

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO

**HOMENS ENCARCERADOS:
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E ESTRATÉGIAS DE VIDA NA PRISÃO**

Vitória
2012

ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO

**HOMENS ENCARCERADOS:
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E ESTRATÉGIAS DE VIDA NA PRISÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa

Vitória
2012

ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO

**HOMENS ENCARCERADOS:
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E ESTRATÉGIAS DE VIDA NA PRISÃO**

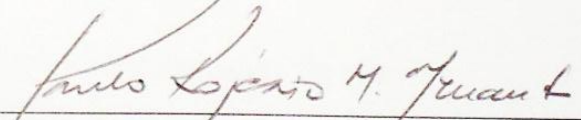
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovado em 02/04/2012

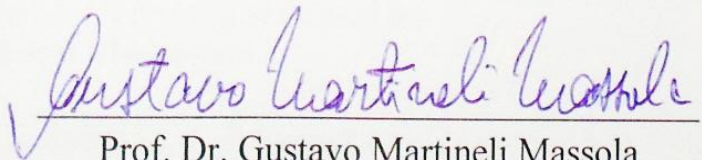
Banca Examinadora



Profª. Drª. Edinete Maria Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Paulo Rogério Meira Menandro
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Gustavo Martineli Massola
Universidade de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L788h Livramento, André Mota do, 1986-
 Homens encarcerados : assistência religiosa e estratégias de vida
 na prisão / André Mota do Livramento. – 2012.
 137 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Psicologia social. 2. Prisões. 3. Religião. 4. Prisioneiros - Vida religiosa. I. Rosa, Edinete Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

*À minha família, que sempre esteve comigo,
desde os meus primeiros passos, dedico este trabalho.
Essa conquista é fruto de tudo o que aprendi com vocês.*

AGRADECIMENTOS

A realização desse mestrado não seria possível sem parcerias tão importantes em minha vida. Parcerias, vínculos, ligações, relações, compartilhamentos. Aos que fizeram e fazem parte da minha formação, pessoal e profissional, aqui vão os meus sinceros agradecimentos, embora com palavras não consiga dizer a importância que vocês têm para mim.

- Ao Grande Arquiteto do Universo, Deus, por me permitir mais essa conquista, em meio a tantas alegrias que fazem parte da minha vida;

- Aos meus pais, Dico e Tida, os verdadeiros mestres da minha família, pelos bons ensinamentos e exemplos de vida que me proporcionaram. E as minhas irmãs, Anny e Thaís, por sempre acreditar em mim e pelo apoio em todos os momentos. Vocês são os alicerces da minha vida e das minhas conquistas. AMOR talvez seja a melhor palavra para representar a nossa família;

- Ao meu amor, Amyne, que entrou em minha vida no começo desse mestrado, por sonhar esse sonho comigo e por compreender os meus momentos de ausência em virtude da realização desse trabalho. E também a toda a sua família, pela acolhida sempre carinhosa;

- Aos parentes, por sempre transmitirem força para realizar esse trabalho;

- Aos meus amigos desde a infância, em especial Magali, Micaela, Junior e Layanne, pela construção de uma linda amizade, que o tempo e a distância nunca conseguiram desmanchar. Isso que é amizade de verdade! Já comemoramos tantas conquistas, agora temos mais uma;

- Aos amigos que encontrei em Vitória, que apesar de não terem feito parte da minha infância, sei que são para toda a vida. Os grandes amigos de curso, representados por Fabiana, Valeska, Gleison, Arielle e Julia, sempre presentes em minha formação, pessoas marcantes da UFES, cheguei até aqui também graças ao companheirismo de vocês;

- Aos meus amigos-irmãos, DeMolays e Maçons, representados por Gustavo, Guilherme, Thales, Jário, Ari, Yuri, Juninho, Laranja, Jorge e Robson. Essa fraternidade, tão importante em minha vida, possibilitou-me vivências especiais, aprendizados valiosos. Vocês, meus irmãos, são a família que pude escolher;

- Aos amigos de república, Junior, Magali, Patrick, Lucas e Victor, que vivenciaram de perto a minha passagem pela UFES, por tornar mais alegres os meus dias em Vitória;

- A tio Sena e tia Águida, por me acolherem durante o período em que entrar na UFES era apenas um sonho;

- À minha orientadora, Edinete, por me acompanhar nesse trabalho com tanto comprometimento e carinho, pelos ensinamentos e observações sempre valiosas, pelas palavras de ânimo e por saber me acalmar quando sentia insegurança. Nesse trabalho você foi mais que uma orientadora, foi uma amiga que sempre pude contar. Também por me apresentar a Psicologia Social ainda na graduação. Desde aquela época você já me mostrava

que o verdadeiro Psicólogo é aquele que exerce a sua profissão com compromisso social. Levarei comigo o exemplo de professor e de pessoa que você é;

- À Mariana Bonomo, pelo companheirismo desde o período de iniciação científica. A sua presença foi muito importante em minha formação. Dentre os vários aprendizados, você me ensinou que para ser pesquisador é necessário assumir um compromisso de investigação ética, cuidadosa. Com a sua amizade aprendi muito sobre comprometimento e respeito ao próximo;

- Aos professores Lídio de Souza e Paulo Menandro, pela participação em minha banca de qualificação, por me auxiliarem na construção desse estudo com boas observações e indicações para conduzir a pesquisa;

- Aos colegas da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePso/UFES), em especial as professoras que de forma brilhante conduzem esse grupo, Maria Cristina Menandro, Zeidi Trindade, Célia Nascimento e Valeschka Guerra, pela experiência adquirida com as diversas atividades e pesquisas realizadas;

- Aos entrevistados, internos da unidade prisional e agentes religiosos, por colaborarem com a construção dessa pesquisa. A participação de vocês foi fundamental;

- À Secretaria Estadual de Justiça e ao Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo, por permitirem a realização desse estudo e acreditarem na importância da pesquisa como um instrumento de conhecimento e transformação social;

- À CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado, que me permitiu dedicação exclusiva a esse trabalho.

RESUMO

Livramento, A. M. (2012). *Homens encarcerados: assistência religiosa e estratégias de vida na prisão*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

A questão penitenciária é amplamente discutida na sociedade atual, seja por aspectos relacionados à segurança pública, pela (in)eficiência do sistema penitenciário na recuperação de apenados ou por suas condições estruturais. A realidade brasileira nos mostra um universo prisional deficitário e carente de políticas que efetivem a garantia dos direitos dos detentos. Nesse contexto, atividades religiosas têm assegurado espaço nos presídios, que são vistos como um campo fértil de atuação. Acredita-se que o discurso religioso seja o discurso com o qual o detento mais tenha contato e que dentre os tipos de assistência, a religiosa seja a que mais se cumpra na prisão. O objetivo desse trabalho foi investigar os significados da vida prisional e religiosa entre internos de um presídio e voluntários que realizam a assistência religiosa na instituição. A pesquisa foi organizada em duas etapas e desenvolvida no Instituto de Readaptação Social (IRS), Vila Velha, Espírito Santo. Em um primeiro momento, que durou cerca de dois meses, foi realizada a observação das práticas religiosas na unidade. Após esse período foram entrevistados individualmente, com auxílio de um roteiro semiestruturado, seis agentes religiosos e 11 internos do IRS. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio mediante autorização dos participantes, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, e posteriormente foram transcritas integralmente, para serem submetidas à análise por meio do *software* Alceste. Utilizou-se também o recurso de diário de campo, onde foram registrados todos os dias de visita a unidade prisional. Pressupostos teóricos de Michel Foucault e Erving Goffman orientaram as discussões desta pesquisa. No estudo realizado com os voluntários religiosos, foi possível perceber singularidades entre as práticas dos diferentes grupos religiosos. A assistência religiosa prestada pelos grupos católico e espírita apresenta semelhanças e parece mais voltada ao coletivo carcerário, sendo a religiosidade menos enfatizada, embora seja um aspecto presente. Católicos e espíritas entendem que a assistência religiosa tem o objetivo de garantir melhores condições de vida aos detentos, pela busca do respeito aos seus direitos. A ressocialização é um objetivo presente, mas é vista a partir da transformação das condições de vida na prisão. O principal objetivo da assistência religiosa evangélica é a conversão, portanto o foco das atividades é no indivíduo e na sua transformação pessoal. A ressocialização, entre os evangélicos, é vista como uma transformação íntima na vida do detento por meio da assimilação de uma doutrina religiosa. No estudo realizado com os internos do presídio foi possível observar algumas estratégias de vida que os detentos criam para viver na prisão. Embora o universo prisional possa ser considerado um espaço de mortificação, os internos não se entregam a esse processo de despotencialização da vida. Na busca de alternativas possíveis para lidar com o encarceramento, criam modos de vida que rompem com essa ideia de sujeição ao sistema penitenciário. O tempo de prisão pode estar associado a determinadas formas de lidar com o encarceramento. As análises indicaram que quanto maior o período de prisão, mais intenso parece ser o processo de mortificação do eu. O encontro com o mundo religioso na prisão também é uma via possível para lidar com o encarceramento. A

religiosidade permite aos internos significar as suas vidas, além de ser um recurso para enfrentar situações adversas na prisão. Por meio dessa vivência os detentos parecem sentir certa autonomia, embora estejam submetidos a um regime de controle. As práticas religiosas funcionam, dessa maneira, como ajustamentos secundários, que permitem aos detentos certo conforto psíquico, uma satisfação que seria difícil de ser atingida por outros meios, nas circunstâncias em que eles se encontram. Enfatiza-se a importância de se construir na prisão espaços que não tenham efeitos mortificadores, mas que potencializem os modos de vida. É fundamental que o detento tenha a possibilidade de cumprir sua pena em melhores condições e de compreender a sua vida por distintas vias discursivas. Transformar o sistema penal é urgente, para que o universo penitenciário não seja um mecanismo de aplicação de práticas punitivas, coercitivas e moralistas. É preciso romper com a visão do presídio como uma instituição custodial.

Palavras-chave: Psicologia Social. Prisões. Religião. Prisioneiros – Vida Religiosa.

ABSTRACT

Livramento, A. M. (2012). *Incarcerated men: religious assistance and life strategies in prison*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

The penitentiary issue is broadly discussed in today's society for the aspects related to public security, the (in)efficiency of the system in recuperating the prisoners, or because of its structural conditions. The Brazilian reality shows us a deficient prison universe which lacks policies that can provide prisoners' rights. In such context, religious activities have secured some space inside the penitentiaries, which are seen as a fertile ground for their actuation. It is believed that the religious speech is the one with which the prisoner has more contact and, among the various types of assistance, it is the most effective in prisons. The objective of this study was to investigate the meaning of prison and religious life for the interns of a prison and the voluntaries who give religious assistance inside the institution. The research was done in two steps and performed at Instituto de Reabilitação Social (IRS), in Vila Velha, Espírito Santo. At the first moment, which lasted about two months, the religious practice inside the institution was observed. After this period, six religious agents and 11 inmates were interviewed with the help of a semi-structured script. All the interviews were recorded with the authorization of the subjects, who signed a clear term of agreement. Later, they were thoroughly transcribed in order to be analyzed by Alceste software. A journal was also used and every day of visitation was registered. Theories by Michel Foucault and Erving Goffman guided the discussions in this work. In the study with the religious group, it was possible to notice singularities between the practices of different groups. The religious assistance given by Catholics and Spiritists present similarities and seem to care more about the prison collective than about religion, although this element is present. Catholics and Spiritists understand that religious assistance has the objective of guarantying better conditions of life for the detents, and respect for their rights. Resocialization is a goal, but it is seen from the perspective of changing life conditions in prison. The main objective of the Evangelical assistance is conversion, so the focus of activities is on the individual and their personal transformation. Resocialization, for the Evangelicals, is seen as an intimate transformation in the life of the inmate by the assimilation of a religious doctrine. In the study done with the prisoners, it was possible to notice some strategies that they create to live inside the prisons. Although the prison universe is considered a space for mortification, the incarcerated do not give in to such process of depotentiation of life. In the search for possible alternatives to deal with imprisonment, they find ways of living that refuse this idea of submission to the prison system. The time of sentence may be associated with certain ways to deal with imprisonment. The analysis indicates that the longer the period, the more intense seems the process of mortification of the self. The meeting with the religious world inside the prison is also a viable way to endure sentence time. Religiosity allows the interns to find meaning for their lives, besides being a resource to help facing adverse situations in prison. Such way of living seems to give the detents some autonomy, although submitted to control. Religious practices work, this way, as secondary adjustments that give the inmates some kind of psychological comfort; a satisfaction that would be hard to find due to the circumstances they are

experiencing. It is necessary to emphasize the need to build, inside the prisons, spaces that do not impose mortification; spaces that promote vitalization. It is fundamental that the prisoner have the possibility of serving his sentence in better conditions and understanding their life through distinct discursive ways. The transformation of the prison system is an urgent need so that the prison universe does not become a mechanism for punitive, coercive, and moralist practices. It is necessary to stop seeing the prison as a custodial institution.

Keywords: Social Psychology. Prisons. Religion. Prisoners - Religious Life.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| 1 – INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 – O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO | 16 |
| 1.2 – A INSTITUIÇÃO PRISÃO | 20 |
| 1.2.1 – <i>O paradoxo do aparelho penitenciário: o manifesto fracasso e o sucesso oculto da prisão.....</i> | 20 |
| 1.2.2 - <i>A prisão como sistema social.....</i> | 27 |
| 1.3 – RELIGIÃO..... | 35 |
| 1.3.1 – <i>Religião, religiosidade e espiritualidade</i> | 35 |
| 1.3.2 – <i>Religião e Sistema Prisional</i> | 37 |
| 2 – OBJETIVO | 42 |
| 2.1 – OBJETIVO GERAL | 42 |
| 2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 42 |
| 3 – METODOLOGIA..... | 43 |
| 3.1 – A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA | 43 |
| 3.2 – O LOCAL DA PESQUISA | 45 |
| 3.3 – PARTICIPANTES..... | 45 |
| 3.4 – PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO..... | 47 |
| 3.5 – ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 49 |
| 4 – CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA | 52 |
| 4.1 – O CENÁRIO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO CAPIXABA | 52 |
| 4.2 – PERCURSOS NO INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL | 56 |
| 5 – RESULTADOS | 66 |
| 5.1 – A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO IRS SEGUNDO AGENTES RELIGIOSOS | 66 |
| 5.1.1 – <i>A Classificação Hierárquica Descendente</i> | 66 |
| 5.1.1.1 - <i>Transformação do universo prisional por meio da assistência religiosa.....</i> | 67 |
| 5.1.1.2 - <i>A conversão como foco da assistência religiosa.....</i> | 73 |
| 5.1.2 – <i>A Análise Fatorial de Correspondência</i> | 76 |
| 5.2 – FACES DA VIDA PRISIONAL E RELIGIOSA: OUVINDO OS INTERNOS | 79 |
| 5.2.1 – <i>A Classificação Hierárquica Descendente</i> | 79 |
| 5.2.1.1 – <i>Trajetórias na prisão</i> | 80 |

| | |
|--|------------|
| 5.2.1.2 – Encarceramento e vida religiosa | 86 |
| 5.2.2 – A Análise Fatorial de Correspondência | 91 |
| 6 – DISCUSSÕES | 96 |
| 6.1 – A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA PRISIONAL: UM RECURSO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO? | 96 |
| 6.1.1 – Assistência religiosa para o coletivo prisional | 97 |
| 6.1.2. Assistência religiosa para o indivíduo | 100 |
| 6.2 – EXPERIÊNCIAS PRISIONAIS E ESTRATÉGIAS DE VIDA PARA LIDAR COM O ENCARCERAMENTO | 103 |
| 6.2.1 – A condição de preso e o tempo de encarceramento | 104 |
| 6.2.2 – Religiosidade e vida prisional | 109 |
| 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 113 |
| REFERÊNCIAS | 117 |
| ANEXOS | 126 |

APRESENTAÇÃO

Os caminhos que me trouxeram ao encontro desse estudo não são facilmente demarcados, foram muitos os encontros – com os amigos, os conhecidos, os estranhos, a Universidade Federal do Espírito Santo, os estágios, os professores, o curso de Psicologia, enfim, com a vida. Nesse trajeto alguns sinais ficaram, marcas que deram sentido a minha curiosidade, a minha vontade em pesquisar questões relacionadas à religião e ao universo prisional.

No período da graduação em Psicologia tive, em uma das minhas atuações, contato com o mundo religioso. Fiz parte de um projeto de extensão da Universidade que se propunha a realizar intervenções com um grupo de homens que buscavam tratamento para a dependência química. Detalhe importante nesse grupo era que o tratamento acontecia em uma instituição religiosa. Saber lidar com essa questão foi um aprendizado, constituído ao longo dos encontros que tínhamos naquele espaço. O mundo acadêmico, algumas vezes, choca-se com o mundo religioso, mas as experiências e as conquistas foram únicas e muito valiosas. Nesse projeto, por três anos, adquiri experiências que carrego comigo.

A inserção no universo prisional também aconteceu na graduação, em um estágio de conclusão de curso, acompanhado de colegas da Universidade. Nesse estágio, problematizávamos inúmeras questões que perpassavam as nossas intervenções no sistema penitenciário. Tínhamos três frentes de trabalho – uma dedicada à pesquisa e as outras a realizar intervenções com agentes penitenciários e internos do sistema prisional. Na Universidade encontrávamo-nos duas vezes por semana, todos os alunos do estágio e uma professora supervisora, e cada aluno era responsável por uma frente de trabalho – a minha atividade acontecia junto aos internos, na Penitenciária Feminina de Cariacica/ES, o conhecido Presídio de Tucum. Atuar em um presídio era uma vontade, por motivos difíceis de enumerar, e, portanto, estar nesse estágio representava uma conquista.

Entretanto, era preciso entrar na penitenciária, e os medos, adquiridos com as experiências e os preconceitos aprendidos na vida, estavam em mim. Ouvia características naturalizadas sobre presídios e presos, reforçados cotidianamente e principalmente pela mídia – o perigo, a desordem, a falta de respeito, a violência – e embora as discussões nas supervisões do estágio rompessem com essa perspectiva acríica do sistema prisional, o meu incômodo, pelo fato de ter que entrar em um presídio, fazia-se presente.

A primeira entrada em uma penitenciária não foi suficiente para superar os meus temores, mas foi fundamental para que eu pudesse rever alguns dos conceitos aprendidos. Deparei-me com a superlotação, um presídio com estrutura antiga e precária, mas acima disso pude observar uma ordem, o respeito, o cuidado, encontrar pessoas que em meio à privação de liberdade e aos sofrimentos advindos dessa condição demonstravam vontade de vida, interesse por inventar coisas novas, superar as dificuldades e criar estratégias para lidar com a vida na prisão. Onde esperava encontrar sujeitos mortificados, entregues ao encarceramento, pude ver pessoas e relacionamentos que fizeram com que eu reconsiderasse algumas das minhas posturas, embora determinados acontecimentos reforçassem certos preconceitos. Durante o ano de estágio – dos encontros, alegrias, tristezas, cuidado, dificuldades, superações e criações – pude (re)construir modos de vida e observar por outros ângulos o universo prisional.

Na prisão, os encontros eram semanais e as intervenções feitas em grupo. A cada semana construíamos conjuntamente, estagiários e internas, as atividades realizadas. Construimos também um espaço de confiança e fortalecemos vínculos, características fundamentais para o andamento dos nossos bons encontros. Falávamos de várias questões: de nós, dos outros, da família, da vida na prisão e fora dela, do trabalho, dos preconceitos, dos sonhos, dos medos... E dentre essas questões, um fato me chamou a atenção, o discurso religioso na fala das internas (religiosas ou não).

O discurso religioso era um discurso presente em nossos encontros, embora não fosse a todo o momento. Não pude desconsiderar esse fato. Surgiu então o interesse em investigar essa questão.

Religião e Sistema Prisional, um universo a ser conhecido.

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

“Após 21 horas, termina rebelião em presídio de Maringá (PR)” - 13/09, “Rebelião em presídio no ES deixa 39 detentas feridas” - 15/08, “OEA determina que Brasil proteja presos de maior prisão de PE” - 08/08, “Rebelião deixa cinco feridos em Goiás” - 23/06, “Presos agredem agentes em tentativa de rebelião em Cuiabá (MT)” - 19/06, “Presos vivem em situação degradante no Brasil, segundo Anistia” - 12/05, “Preso é assassinado durante rebelião no RN” - 03/05, “Inspeção do CNJ reprova unidades prisionais no Maranhão” - 13/04, “Carta assinada por presos denuncia maus-tratos em SC” - 31/03, “Presidente do STF compara prisões a masmorras medievais” - 25/03, “Mulheres dividem cadeia superlotada com homens no interior do TO” - 23/02, “Invisíveis para Judiciário, presas ficam até 2 anos sem defesa” - 14/02, “Tumulto em presídio durante apagão deixa um morto em Recife” - 04/02, “Alagoas tem terceira morte de preso em três dias” - 01/02 (Folha.com, 2011); “Presos se rebelam por causa da superlotação de cadeia em São Roque, SP” - 01/08, “Tortura ainda sobrevive em presídios e delegacias do Brasil, mesmo após fim da ditadura” - 09/04, “Justiça de Rondônia absolve agentes que teriam facilitado massacre de presos” - 28/02 (O Globo, 2011).

Essas manchetes, todas do ano de 2011, nos mostram uma calamitosa realidade do universo prisional brasileiro. Não é a toa que a sua imagem tem sido associada a rebeliões, privação de direitos legais, maus tratos, condições de segurança e habitação degradantes, abusos de autoridade, precariedade na assistência à saúde e à educação, corrupção, superlotação, dentre outras questões (Brasil, 2009).

A população do sistema prisional brasileiro é a quarta do mundo, com cerca de meio milhão de pessoas (Ministério da Justiça, 2011). Fica atrás apenas dos Estados Unidos (2,3 milhões de presos), China (1,65 milhão de presos) e Rússia (806 mil presos) (Walmsley, 2011).

Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de junho de 2011, estimam que a população carcerária seja de 513.802 presos, sendo que em relação à capacidade de ocupação verifica-se que há 304.702 vagas no sistema penitenciário, apontando um déficit de mais de 200 mil vagas. Interessante ater-se à informação de que a taxa de encarcerados provisórios é de cerca de 30% da população total de detentos, aspecto importante a ser considerado quando pensamos na superlotação carcerária (Ministério da Justiça, 2011).

Diante da constatação da realidade precária do sistema carcerário brasileiro, foi instaurada pela Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário entre os meses de agosto de 2007 e abril de 2008, que teve o objetivo de investigar a situação das unidades prisionais no país, apurar a veracidade das inúmeras denúncias e, principalmente, apontar soluções e alternativas capazes de humanizar o sistema prisional (Brasil, 2009).

Essa CPI constatou um sistema carcerário deficitário e carente de políticas que efetivem a garantia dos direitos dos detentos, na maioria dos presídios brasileiros. Presos em degradantes condições de higiene e habitação; alimentação precária; falta de acesso a saúde, educação, trabalho e assistência jurídica; carência de materiais básicos; maus tratos e superpopulação – citando alguns dos aspectos observados (Brasil, 2009).

Apesar de a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.209, 1984), considerada um dos melhores instrumentos jurídicos do mundo, estar em vigor há mais de 25 anos, os presos no Brasil, em sua maioria, vivem em condições precárias.

Sobre a população carcerária, o DEPEN nos fornece os seguintes indicadores sociais: em sua maioria, composta de homens (93%), pessoas de baixa escolaridade (aproximadamente 45% possuem o ensino fundamental incompleto e cerca de 20% são analfabetos ou alfabetizados), jovens (cerca de 55% na faixa etária entre 18 e 29 anos) e afrodescendentes (cerca de 60%, considerando negros e pardos) (Ministério da Justiça, 2011).

Esses dados ratificam a conclusão de Fragoso (1977) que diz que na América Latina são as pessoas das classes de baixa renda e os desfavorecidos socialmente que enchem as prisões, configurando-se como a grande clientela do sistema. Este autor ainda considera que as classes sociais mais favorecidas são praticamente imunes à repressão penal.

Corroborando essa ideia, Thompson (1998) diz que a existência das entidades criminoso e crime é funcional para a conservação da injusta ordem social vigente, pois a maioria das vítimas dos delitos oficialmente reconhecidos pertence às classes baixas.

A elevação de certos comportamentos à classificação de crimes e, sobretudo, a designação de certos indivíduos para serem oficialmente considerados criminosos estão diretamente ligadas com a hierarquização social e o esforço da manutenção do *status quo* que interessa às classes dominantes (Thompson, 1998, p.130).

Adorno (1994) pontua a diferença entre os ilegalismos populares e os ilegalismos das classes médias e altas da sociedade, os últimos classificados como crimes de colarinho branco, apontando que para estes a aplicação das leis penais torna-se mais difícil. Esse autor considera que “se o crime não é privilegio de classe, a punição parece sê-lo” (p.149).

O funcionamento normativo do aparelho penal tem, por efeito, a objetivação das diferenças e das desigualdades, a manutenção das assimetrias, a preservação das distâncias e das hierarquias. [...] a desigualdade jurídica é o efeito de práticas judiciárias destinadas a separar, dividir, revelar diferenças, ordenar partilhas (Adorno, 1994, p.149).

Para Rauter (2003) o indivíduo é punido e julgado mais em função de sua classe social do que de seu crime. “Segundo tal concepção, quem é o criminoso? Alguém pobre, negro, favelado, analfabeto, rude e não tanto alguém que matou ou furtou, simplesmente” (Rauter, 2003. p.98).

Dessa forma, a prisão, ainda segundo essa autora, reproduz estigmas sociais que permitem confundir crime e pobreza, sendo as “parcelas despossuídas” da população colocadas em vigilância permanente.

Coimbra e Nascimento (2005) também nos auxiliam a compreender essa questão, apontando produções de conhecimento do século XX e práticas atuais que associam o jovem pobre ao perigo e à criminalidade.

Diante de tais questões, temos, em nossa sociedade, a criação do estereótipo de criminoso primordialmente como sendo o habitante de bairros empobrecidos, como apontado por Tavares (2006, 2011).

Nessa perspectiva, rompe-se com o paradigma da existência de um criminoso nato, compreendendo os conceitos de crime e criminoso como construções sociais que estão associados a diversos fatores.

Os criminosos que inflacionam os presídios brasileiros são, em sua maioria, vítimas da sociedade, indivíduos que conviveram e convivem com a privação do acesso aos direitos de cidadão – direito à saúde, à educação, à alimentação, à justiça. Enfim, quando buscamos conhecer a população carcerária no Brasil nos deparamos com

[...] corpos expurgados de direitos, corpos que fazem parte de redes sociais privadas dos mínimos acessos, corpos de trajetórias fatais pré-configuradas nas profecias auto-realizadas, corpos-severino, subalternos, corpos que teimam e que, em sua teimosia, perturbam a paz do gozo da propriedade privada e da injusta ordem social (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p.8).

Dessa forma, vemos na realidade brasileira a constituição de um sistema penal perverso, a serviço da manutenção da desigualdade social e dominação política, um sistema que se não inviabiliza explicitamente a possibilidade de ascensão social dos presos, adota mecanismos que o fazem de forma implícita.

1.2 – A INSTITUIÇÃO PRISÃO

As ideias de Michel Foucault e Erving Goffman nos guiaram para a compreensão teórica de aspectos referentes à prisão.

Com Foucault (1979, 2002, 2003, 2009) compreendemos como a legislação penal e os seus respectivos métodos e meios coercitivos e punitivos se configuraram em distintos momentos.

Observamos a construção social da prisão, fato que nos permitiu romper com uma visão naturalizada dessa instituição e analisá-la de forma crítica.

O entendimento da prisão como uma organização social produtora de uma cultura peculiar foi possível a partir das reflexões de Goffman (2008).

1.2.1 – O paradoxo do aparelho penitenciário: o manifesto fracasso e o sucesso oculto da prisão

A evolução histórica da legislação penal nos mostra que cada época teve as suas próprias leis e os respectivos meios de coerção e punição. Foucault (2002, 2009) nos apresenta essa questão relacionando os diferentes sistemas de produção e os regimes punitivos constituídos nos distintos momentos históricos.

[...] numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar – e constituir uma escravidão “civil” ao lado da que é fornecida pelas guerras ou pelo comércio; com o feudalismo, e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco crescimento dos castigos corporais – sendo o corpo na maior parte dos casos o único bem acessível; a casa de correção [...] o trabalho obrigatório, a manufatura penal apareceriam como o desenvolvimento da economia de comércio. Mas como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra

livre, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo (Foucault, 2009, p.28)

O período do Absolutismo Europeu será tomado como ponto de partida para apresentarmos algumas ideias de Michel Foucault.

Entre o século XVI e o XVIII temos um direito penal que é exercido pela autoridade do rei, portanto, subordinado a uma figura central, detentora do poder de punir (Foucault, 2002, 2003, 2009). Nesse período a infração era compreendida como uma “ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano” (Foucault, 2002, p.66).

O delito era, então, considerado um desafio ao soberano, na medida em que perturbava a ordem de seu poder sobre os indivíduos e as coisas (Foucault, 2003). A reafirmação do poder do soberano era, portanto, obtida pela aplicação de uma pena corporal, dolorosa e pública – o suplício.

O suplício judiciário pode ser compreendido como um ritual político, de manifestação do poder do rei, “tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante” (Foucault, 2009, p.49). Dessa forma, o suplício só fazia sentido se fosse público, na medida em que se configurava como uma cerimônia política.

Entretanto tal punição tornou-se, com o tempo, intolerável. Agitações populares começaram a ser mais comuns, visto que algumas condenações eram consideradas injustas – por exemplo, pessoas de classes sociais distintas eram condenadas de forma diferente ao cometerem crimes semelhantes, sendo a punição dos “mais bem nascidos” ou dos mais ricos, mais branda. As agitações aconteciam também contra as penas excessivamente pesadas para delitos considerados pouco graves.

O pavor dos suplícios na realidade acendia focos de ilegalismos: nos dias de execução, o trabalho era interrompido, as tabernas ficavam cheias, lançavam-se injúrias ou pedras ao carrasco, aos policiais e aos soldados; procurava-se apossar do condenado, para salvá-lo ou para melhor matá-lo; brigava-se, e os ladrões não tinham ocasião melhor que o aperto e a curiosidade em torno do cadafalso. Mas principalmente – e aí é que esses inconvenientes se tornavam um perigo político – em nenhuma outra ocasião do que nesses rituais, organizados para mostrar o crime abominável e o poder invencível, o povo se sentia mais próximo dos que sofriam a pena; em nenhuma outra ocasião ele se sentia mais ameaçado, como eles, por uma violência legal sem proporção nem medida (Foucault, 2009, p.61).

Diante de tais questões, os suplícios não eram mais suportados no século XVIII. Ameaçavam a população ao mesmo tempo em que ameaçavam o poder do soberano.

A transição do modo de punir foi acompanhada por um novo ordenamento social. No fim do século XVIII, com a maior subdivisão da propriedade e as exigências da sociedade industrial, a burguesia viu-se obrigada a não tolerar os ilegalismos populares. Era necessário punir de outro modo. Novos métodos de coação do indivíduo, de controle e de vigilância foram estruturados. Pode-se dizer que o direito de punir foi deslocado: da vingança do soberano à defesa da sociedade (Foucault, 2002, 2003, 2009). Era necessário proteger a riqueza – matérias-primas, máquinas e instrumentos – que a capitalização possibilitou a classe popular (Foucault, 1979). “Foi, portanto, essa nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola que tornou necessários novos controles sociais no fim do século XVIII” (Foucault, 2002, p.102).

Em fins do século XVIII e início do XIX temos a constituição do que Foucault denominou “sociedade disciplinar”. Têm-se o nascimento de uma arte do corpo humano, que fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

[...] em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (Foucault, 2009, p.28).

Por meio das disciplinas, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2009, p.133), fabricam-se corpos úteis e obedientes – com o aumento da força produtiva, em termos econômicos, e diminuição da força política, numa relação de sujeição estrita. O corpo se torna força útil porque é ao mesmo tempo produtivo e submisso.

O crime, visto como uma perturbação para a sociedade, deve ser combatido por uma lei penal que permita a reparação dessa perturbação, seja apagando o dano causado pelo indivíduo à sociedade ou impedindo que esse dano seja recomeçado por esse mesmo indivíduo ou por outro. “A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social” (Foucault, 2002, p.82).

A penalidade do século XIX organiza-se em torno de um saber individualizante, pautado no controle, mais ao nível do que os indivíduos podem fazer do que de fato fizeram, do crime cometido. O indivíduo, que agora é considerado ao nível de suas virtualidades é alvo de uma observação cotidiana que não é efetuado pela própria justiça, mas por poderes laterais, à margem dela – a polícia, as instituições de vigilância e correção (Foucault, 2002, 2009).

A transformação do sistema penal é acompanhada por uma reelaboração teórica da lei penal. Teóricos como Beccaria, Bentham e Brissot propõem que somente as condutas definidas como repreensíveis pela lei podem sofrer penalidades.

O crime ou a infração penal é a ruptura com a lei, lei civil explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político. Para que haja infração é preciso haver um poder político, uma lei e que essa lei tenha sido efetivamente formulada (Foucault, 2002, p.80).

Dessa forma, quatro tipos possíveis de punição são arrolados: a deportação; a vergonha, escândalo público; o trabalho forçado e a pena de talião. Entretanto, o sistema de penalidades adotado pelas sociedades industriais em vias de formação na Europa foi diferente do que havia sido projetado.

A deportação desapareceu bem rapidamente; o trabalho forçado foi geralmente uma pena simplesmente simbólica, em sua função de reparação; os mecanismos de escândalo nunca chegaram a ser postos em prática; a pena de talião desapareceu rapidamente, tendo sido denunciada como arcaica para uma sociedade suficientemente desenvolvida (Foucault, 2002, p.83-84).

Assim, a pena de prisão efetivamente se generaliza no século XIX, apesar de não estar prevista nos projetos penais como forma geral de castigo. Era uma punição possível, entre outras penas, para delitos específicos – por exemplo, os que resultavam do abuso da liberdade ou os que atentavam contra a liberdade dos indivíduos. A prisão surge como uma instituição, quase sem aparato teórico. A ideia de uma pena uniforme, modulada pela gravidade da falta, ao contrário, era banida pelos teóricos e legisladores (Foucault, 2002, 2003, 2009).

“Parece-me que se a prisão se impôs foi porque era, no fundo, apenas a forma concentrada, exemplar, simbólica de todas estas instituições de sequestro criadas no século XIX” (Foucault, 2002, p.123), como os colégios, asilos, fábricas, hospitais que se desenvolviam desde o século XVII (Vaz, 2004).

Essa nova forma de punir, no século XIX, marcou um momento importante na história da justiça penal, visto que a prisão passou a ser compreendida pelo seu caráter humanitário. Os suplícios não se faziam mais presentes, o que configurava uma pena dita mais civilizada. Ainda, associada à privação da liberdade, surge, nesse século, o objetivo de recuperação do infrator, a transformação do indivíduo (Foucault, 2002, 2009). Antes disso, a detenção visava apenas à exclusão daqueles que perturbavam a ordem pública. No Brasil, por exemplo, durante o período colonial, as primeiras prisões tiveram funções variadas – como alojamento de escravos, asilo para crianças de rua, instituição para abrigar doentes mentais – no entanto, o objetivo final era a reclusão punitiva. Somente a partir da constituição de 1824 que a nova modalidade penal, com a proposta de correção do infrator, se fez presente (Pedroso, 1997).

O aparelho corretivo age sobre o corpo e a alma, princípios dos comportamentos submetidos à intervenção punitiva. O ponto de aplicação da pena é o corpo, o tempo, os gestos e as atividades cotidianas, e a alma, na medida em que ela é a sede dos hábitos. Os instrumentos utilizados para a correção do indivíduo são “horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeitos, bons hábitos” (Foucault, 2009, p.124).

Para cumprir o seu papel, suposto ou exigido, de transformar os indivíduos, o aparelho carcerário recorreu a três grandes esquemas: o isolamento individual, o trabalho obrigatório e a modulação da pena.

No esquema político-moral do isolamento tem-se a ideia de que a pena não seja apenas individual, mas também individualizante, uma forma de evitar solidariedade entre os detentos e de abafar complôs e revoltas, além da percepção da solidão como um instrumento positivo de reforma, na medida em que suscita momentos de reflexão, vistos como essenciais para a recuperação do criminoso. O trabalho obrigatório, segundo esquema, também é percebido como um agente de transformação do indivíduo, pois sujeita os corpos a movimentos

regulares, impedindo agitações e distrações, além de impor hierarquia e vigilância; assim funciona como um esquema de submissão individual e de ajustamento a um aparelho de produção. Por fim, tem-se a ideia da modulação da pena. Esta só faz sentido se não for fixada em caráter definitivo, pois corre o risco de não ter valor corretivo. A quantificação e o ajuste da pena de acordo com a transformação do detento estão presentes nesse esquema (Foucault, 2009).

Além de ser um local de controle e vigilância constante dos indivíduos punidos, Foucault (1979, 2002, 2009) compreende a prisão como espaço produtor de saber, que regula o exercício da prática penitenciária. “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2009, p.30). Esse saber tem como objeto o infrator, sua biografia e seus comportamentos. Temos, assim, um personagem sobre o qual o aparelho penitenciário exerce a sua prática, o delinquente – “unidade biográfica, núcleo de ‘periculosidade’, representante de um tipo de anomalia” (Foucault, 2009, p.241).

Assim, a prisão fabrica e mantém a delinquência e é sob este aspecto que Foucault (2009) explica a permanência dessa modalidade penal. Embora desde o início do século XIX ela seja alvo de críticas – devido ao fracasso no objetivo de recuperação de infratores e na repressão de novos crimes – a ideia de que é necessária prevalece. A prisão é justificada na medida em que contribui para a composição de uma ilegalidade visível. O seu sucesso está no fato de ter permitido produzir a delinquência, consolidando-a no movimento das ilegalidades (Foucault, 1979, 2003, 2009).

A penalidade de detenção fabricaria – daí sem dúvida sua longevidade – uma ilegalidade fechada, separada e útil. O circuito da delinquência não seria o subproduto de uma prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que, para

gerir as práticas ilegais, investiria algumas delas num mecanismo de “punição-reprodução” de que o encarceramento seria uma das peças principais (Foucault, 2009, p. 263).

Assim, Foucault nos ajuda a compreender o paradoxo da prisão: fracasso manifesto, reconhecido desde o nascimento dessa nova modalidade penal, e sucesso oculto, que nos permite compreender a sua longevidade.

1.2.2 - A prisão como sistema social

A constituição de relações sociais entre sujeitos submetidos ao encarceramento nos permite compreender o universo prisional como um espaço com características específicas. Entendemos, desse modo, a prisão como um sistema social que produz um modo cultural peculiar (Goffman, 2008; Hayner & Ash, 1939; Lemgruber, 1999; Thompson, 1980).

Para Thompson (1980, 1998) o significado da vida carcerária não pode ser resumido a uma questão de celas, trancas, muros e grades, na medida em que as relações possíveis na prisão são drasticamente diferentes das estabelecidas no mundo extramuros. Esse autor entende que enquanto na vida livre o sujeito exerce vários papéis sociais – em sua família, trabalho, comunidade, com várias ligações sociais – em contraste, na prisão o detento é submetido a relações que são temporárias e compulsórias, com pessoas do mesmo sexo, em geral da mesma idade, sendo restritas as possibilidades de diferentes inserções grupais. Embora Thompson aponte essa diferença na vida dos indivíduos antes e após o encarceramento, não se pode desconsiderar que as privações de direitos, discriminações e preconceitos vivenciados no universo prisional também marcam a vida de indivíduos pertencentes às classes populares urbanas, fato que permite observar semelhanças entre a vida na prisão e fora dela. Se na prisão essas características são mais explícitas, para além desse espaço social também estão presentes, mas, na maioria das vezes, de forma implícita. O sistema penitenciário é, dessa

forma, a afirmação de um sistema social que parece agir de forma sincronizada, constituindo cadeias de injustiças que perpassam a vida dos indivíduos antes, durante e após a vida na prisão.

Thompson (1980, 1998) considera que a penitenciária não pode ser vista como uma miniatura da sociedade livre, mas como uma sociedade dentro de uma sociedade, onde as pessoas são submetidas a um regime de controle total, ou quase total (Thompson, 1980, 1998).

Rejeitados pela sociedade, confinados à força, obrigados a uma coabitação não escolhida, privados de autonomia, de recursos, de bens e serviços de caráter pessoal, de iniciativa, de relações heterossexuais, de segurança, separados da família, submetidos a um regime asfixiante de regras abstrusas, obtêm, não obstante, estabelecer e fazer funcionar um sistema social, adequado as condições artificiais de vida que lhe são impostas (Thompson, 1980, p. 79).

Esse sistema social organiza-se em meio a um conjunto de regras constituído a partir das relações entre os internos. Hayner e Ash (1939) denominaram *Convivência* o processo de interação entre os prisioneiros e para esses autores é por meio das interações prisionais que esse código social é assimilado. Thompson (1980) fala do *Código dos Presos*, “um conjunto de normas obrigatórias e sancionadas [...] uma ideologia e uma variedade de papéis sociais a serem desempenhados por seus membros” (p.77), como uma resposta à experiência do encarceramento. Esse código não oficial, juntamente com as normas impostas pela administração (oficiais ou não), organiza as relações sociais intramuros.

A proposição teórica de Goffman (2008), a respeito das Instituições Totais, também nos ajuda a compreender o sistema social prisional. Para esse autor as instituições totais de nossa sociedade podem ser agrupadas de acordo com os seus objetivos. As prisões seriam aquelas organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais.

Goffman (2008) define Instituição Total “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11).

Em uma instituição total quatro características são fundamentais: 1) todos os acontecimentos da vida do sujeito se dão no mesmo local; 2) as atividades são realizadas sempre na companhia de outras pessoas, que fazem as coisas em conjunto; 3) as atividades são programadas em horários rigorosamente estabelecidos, sendo impostas de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários; e 4) há um planejamento realizado para atender os objetivos oficiais da instituição (Goffman, 2008).

Analisando essas características a partir da realidade dos presídios brasileiros notamos que em grande parte dos casos os presos vivenciam os acontecimentos de suas vidas em condições de habitação precária e em meio à superpopulação. As atividades são regulamentadas, sendo exigida a obediência cega dos detentos, que não têm o direito de analisar, julgar e compreender as ordens a que são submetidos. Quanto ao objetivo da prisão, observamos o fracasso na medida em que lidamos com altas taxas de reincidência e carência de ações que possibilitem o retorno da pessoa à vida comunitária distante da criminalidade. Sobre este aspecto “geralmente se reconhece que as instituições totais muitas vezes ficam longe dos seus objetivos oficiais” (Goffman, 2008, p. 77).

Na prisão, nota-se uma divisão básica entre dois grupos: os internados e a equipe de supervisão (Goffman, 2008; Thompson, 1980). Esses grupos não são homogêneos. Thompson (1980), por exemplo, fala dos internos disruptivos (representado pelos Malucos e Arrochadores) e aqueles internos que tendem a sustentar o sistema (o Cadeieiro ou Preso-homem, o Caguete, o Político, o Negociante e o Bacana). Lemgruber (1999), em pesquisa numa penitenciária feminina, observou os seguintes papéis sociais entre as internas: a

“Cagete”, a Cadeeira, a Política, a Bacana, a Madrinha, a “Maluca”, a Guria, a Fanchona, a Meeira, a Cobertura, a Negociante e a Subversiva. Importante compreender que uma pessoa pode desempenhar esses diferentes papéis de acordo com necessidades pessoais ou grupais. Sobre a equipe supervisora, é composta pela Direção, Guarda e Terapeutas (Thompson, 1980). Apesar dessa heterogeneidade, Goffman (2008) pontua que cada um desses agrupamentos tende a conceber o outro por meio de estereótipos hostis e limitados. Enquanto a equipe dirigente muitas vezes vê os internos como amargos, não merecedores de confiança, esses, veem os dirigentes como arbitrários e mesquinhos.

Um conceito trabalhado por Goffman (2008) refere-se ao processo de *Mortificação do Eu*, que corresponde a profunda desestruturação do indivíduo a partir do momento em que ele entra no presídio. Para esse autor, o eu do sujeito interno é sistematicamente mortificado, embora muitas vezes não o seja intencionalmente. Esse processo é relativamente padronizado nas Instituições Totais.

Os mecanismos de mortificação do eu listados por Goffman (2008) são os seguintes: a) barreira com o mundo externo, b) despojamento dos papéis sociais, c) processo de admissão, d) submissão a indignidades físicas e verbais, e) exposição contaminadora e f) as fontes de mortificação menos diretas.

A barreira existente entre a instituição prisional e o mundo externo marca a primeira mutilação do eu, pois o internado vive uma cisão entre os papéis sociais exercidos fora da prisão e os que dentro dela passará a executar. Dessa forma, a concepção que o indivíduo tem de si mesmo, constituída por meio de disposições sociais estáveis na vida extramuros, pode ser abalada ao entrar na prisão, pois nesse espaço social a possibilidade de formação dessa autoimagem e de vivenciar os papéis sociais a ela associados é restrita. Essa barreira com o mundo externo reflete no despojamento dos papéis do interno, que pode continuar por anos.

A admissão geralmente leva a outros processos de mortificação. Caracteriza-se por uma ruptura na vida do indivíduo que marca o começo do encarceramento. A pessoa é despojada de seus bens materiais e simbólicos, que são substituídos por outros padronizados, por exemplo, o traje de uniformes. Mutilações do corpo também podem acontecer, como o corte do cabelo.

A sujeição às indignidades físicas e verbais pode também agredir a imagem que a pessoa tem de si mesma. Algumas posturas evitadas na vida antes da prisão, que traduziriam imagens inferiores dos indivíduos, são vivenciadas na penitenciária. “Assim como o indivíduo pode ser obrigado a manter o corpo em posição humilhante, pode ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes (Goffman, 2008, p.30)”. O interno pode também ser alvo de apelidos pejorativos, xingamentos e humilhações que são incompatíveis com a concepção do seu eu.

A ausência de privacidade e a constante exposição a um número de pessoas, independente de vontade pessoal, configura-se como a exposição contaminadora. Por vezes, os internos podem ser obrigados a compartilhar objetos uns com os outros – cama, talheres, roupas, dentre outros –, o que pode contribuir no processo de mortificação do eu.

Goffman (2008) também discute as fontes de mortificação menos diretas, cujo significado pode ser difícil de ser avaliado pelo indivíduo. O processo de mortificação se dá a partir da perturbação na relação entre o ator individual e seus atos. O detento perde autonomia na realização das atividades mais cotidianas da vida – por exemplo, fumar, barbear-se, telefonar – na medida em que suas ações ficam a mercê de sanções. Thompson (1980) diz que diante da coerção, algumas decisões que seriam simples de ser tomadas pelo recluso são transformadas em pesadelo. Esse autor traz a seguinte fala de um interno para exemplificar essa questão: “Ao deixar o refeitório fui instruído para retornar à cela a mim designada. Quando ali cheguei, a porta estava aberta, mas fiquei hesitante entre continuar ou esperar que me ordenassem que fizesse isso ou outra coisa” (p. 58). Assim, o simples fato de entrar na cela pode ser

vivenciado como uma dúvida cruel pelo detento. Habitado que tomem decisões por ele, o interno tem a sua autonomia sacrificada (Thompson, 1980).

Goffman (2008) pontua que o processo de mortificação do eu pode destreinar a pessoa caso ela volte à vida livre, torná-la temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida cotidiana, o que ele denominou *desculturamento*. Assim, esse autor sugere que o sujeito, ao entrar na prisão, passa a fazer parte de uma sociedade que pouco se parece com o mundo externo, fato que é questionado por Tavares (2006). Esta autora considera que pensando nos indivíduos de classes populares das periferias urbanas brasileiras parece haver uma adaptação prévia, pois são frequentemente recrutados pelo aparato policial-judiciário para habitar as cadeias, além de conviverem cotidianamente com violações dos direitos civis e sociais (antes, durante e após a vida prisional).

A ideia de *Prisonização*, cunhada por Donald Clemmer e apresentada por Thompson (1980, 1998), que em alguns aspectos aproxima-se das reflexões de Goffman (2008), também nos ajuda a compreender a organização social da prisão.

A prisonização corresponderia a “adoção, em maior ou menor grau, dos modos de pensar, dos costumes, dos hábitos – da cultura em geral da penitenciária” (Thompson, 1980, p.23). É, desse modo, um processo lento e gradual, mais ou menos inconsciente, de assimilação da cultura do meio social em que o detento foi inserido. A prisonização é um fenômeno que acontece com todo homem que é confinado ao cárcere, em alguma extensão, e assim como o interno, um novato da administração também está sujeito a esse processo de assimilação. Ou seja, os efeitos da prisonização se dão em todos partícipes das relações penitenciárias.

Thompson (1980) ainda apresenta alguns fatores que ele concebe como fatores universais da prisonização: aceitação de um papel inferior; acumulação de fatos concernentes à organização prisional; desenvolvimento de novos hábitos de comer, vestir, trabalhar e dormir; adoção do

linguajar local; o reconhecimento de que nada é devido ao meio ambiente, quanto à satisfação de necessidades; e o eventual desejo de ter uma boa ocupação laboral.

Entretanto, diferente do que pode parecer à primeira vista, não significa que o indivíduo preso se submeta totalmente aos processos de mortificação do eu e à prisonização. Goffman (2008) sugere que há uma busca pela recomposição identitária e essa reorganização pessoal é possível por meio das relações estabelecidas na prisão que são mediadas por dois sistemas: o de privilégios e o de ajustamentos secundários.

Em contraste com um conjunto formal de prescrições e proibições, que regula a conduta dos detentos, prêmios e privilégios podem ser obtidos por meio da obediência à equipe dirigente. O mundo construído em torno desses privilégios é fundamental na cultura dos internos (Goffman, 2008).

O homem confinado, pois, ao contrário do que se pensa aqui fora, não restringe, passivamente, a esperar o esgotamento da pena, numa espécie de hibernação ou sonoterapia. Ao contrário, engaja-se ao sistema social da penitenciária e luta para obter as vantagens disponíveis e repelir os males passíveis do afastamento – vendo umas e outras numa escala de grandeza completamente diversa da nossa (Thompson, 1980, p. 64).

Os castigos também estão ligados a esse sistema de privilégios e podem acontecer em virtude da desobediência às regras. Goffman (2008) diz que “qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe de internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção (p. 45)”. Assim, um interno pode ser transferido de cela ou galeria para outra considerada pior, ser retirado de um trabalho ou colocado em outro percebido como inferior, sofrer sanções físicas, dentre outros castigos.

Outra possibilidade de recomposição identitária apontada por Goffman (2008) é aquela que e dá por meio dos ajustamentos secundários, nos quais os indivíduos buscam isolar-se do papel social que a instituição admite para eles.

Os ajustamentos secundários podem ser práticas que não desafiam a equipe dirigente, ao menos diretamente, e permitem aos internos obter satisfação pessoal. “O uso que um indivíduo faz de um ajustamento secundário é, inevitavelmente, uma questão sociopsicológica, e com ele obtém satisfações que não conseguiria de outra forma” (Goffman, 2008, p.168). São essas práticas que possibilitam aos detentos sentirem que ainda possuem autonomia para a realização de certas atividades, embora vivam em regime de controle.

Esses ajustamentos podem ser de dois tipos: os perturbadores, que ameaçam a estrutura social da instituição; e os contidos, que se encaixam nas estruturas institucionais sem que seja produzida tensão para uma mudança radical da organização. Estes, portanto, podem assumir a função de proteção aos ajustamentos perturbadores (Goffman, 2008). Nota-se, então, que as instituições totais tendem a se adaptar aos ajustamentos secundários, acentuando a disciplina e legitimando tais práticas, de modo que possam reconquistar o controle sobre os internos.

No caso desse estudo podemos considerar as práticas religiosas na prisão como um tipo de ajustamento secundário. Do mesmo modo, o trabalho prisional, os cursos de artes, os grupos de dança, os corais de detentos, dentre outras atividades – exemplos de ajustamentos contidos.

Dessa maneira, a prisão pode ser compreendida como um sistema social, na medida em que as relações intramuros constituem-se de maneira peculiar, mediadas por um regime de controle. Compreendemos, entretanto, que tal peculiaridade não esgota as possibilidades de constituir distintos modos de vida na prisão. Isso significa dizer que nem todos os presídios são iguais e que os internos não vivenciam do mesmo modo o encarceramento.

1.3 – RELIGIÃO

1.3.1 – Religião, religiosidade e espiritualidade

Questões relacionadas à temática religiosa têm despertado o interesse de pesquisadores acadêmicos das áreas da saúde e das ciências sociais, que procuram, entre outros aspectos, investigar as influências da religião na constituição humana e nos grupos sociais.

A religião, como apresentado por Moscovici (2011), pode ser compreendida como um sistema de crenças e práticas que unem pessoas em uma comunidade moral chamada Igreja. Assim, ela é eminentemente coletiva – religião e Igreja são ideias inseparáveis.

Com o desenvolvimento do campo de estudo relacionado à religião alguns conceitos foram definidos (Panzini & Bandeira, 2007). É o caso dos conceitos de religiosidade e espiritualidade, que antes eram usados como sinônimos.

A definição de religiosidade inclui aspectos institucionais. Corresponde a adoção de crenças e práticas relativas a uma instituição religiosa organizada. Diz respeito, portanto, a adesão a uma entidade social com uma doutrina específica, que é coletivamente compartilhada. Já a espiritualidade pode ser compreendida como um fenômeno individual. Refere-se à relação que a pessoa estabelece com uma crença, o sagrado ou o transcendente e tem a ver com a busca pessoal sobre o significado da vida. Embora sejam definidos de forma distinta, esses conceitos podem ser relacionados da seguinte forma: a religiosidade corresponde à formalização social da espiritualidade (Duarte & Wanderley, 2011; Faria & Seidl, 2005; Panzini & Bandeira, 2007; Peres, Simão & Nasedello, 2007; Roehe, 2004).

A dimensão religiosa/espiritual tem sido apontada por alguns estudiosos como um aspecto importante a ser considerado na vida do homem. Pode ser uma fonte de sentido para vida e um componente importante na constituição da subjetividade do indivíduo (Duarte & Wanderley, 2011; Guimarães & Moreira, 2011; Prandi, 2008).

A religião também é apontada, em alguns estudos, como um recurso para o manejo de situações estressantes (doenças físicas ou psíquicas, internação hospitalar, problemas familiares, dentre outras). Em tais casos tem-se o enfrentamento ou *coping* religioso. O *coping* é um conjunto de estratégias utilizadas pelos indivíduos, cognitivas e comportamentais, para lidar com situações estressantes. Quando essas estratégias são de ordem religiosa temos o enfrentamento religioso (Duarte & Wanderley, 2011; Faria e Seidl, 2005; Paiva, 2007; Paula, Nascimento & Rocha, 2009; Prandi, 2008).

Diante da importância do *coping* religioso, Duarte e Wanderley (2011) e Peres et al. (2007) apontam a relevância de se considerar, em alguns casos, a dimensão religiosa/espiritual como ferramenta de auxílio na intervenção psicoterápica. Vale considerar também que a crença religiosa pode assumir um caráter negativo na intervenção, por exemplo, nos casos em que pacientes esperam que o tratamento ou cura aconteça por meio de intervenção espiritual, ficando passivos diante da condição vivenciada.

Pesquisas também indicam que o envolvimento religioso associa-se positivamente com melhores condições de saúde física e mental. Assim, a religiosidade/espiritualidade pode ser um indicador de bem-estar pessoal (satisfação com a vida, felicidade) e reduzir níveis de depressão, morbidade, uso/abuso de álcool e drogas (Duarte & Wanderley, 2011; Panzini & Bandeira, 2007; Peres et al., 2007; Moreira-Almeida, Lotufo Neto & Koenig, 2006).

Por fim, há estudos que investigam a religião como uma prática terapêutica. Nesse caso a doença é percebida como um mal espiritual e o tratamento religioso apresenta-se como a medida de intervenção adequada entre as pessoas que compartilham dessa crença (Giumbelli, 1997; Rabelo, 1993; Roehle, 2004; Silva & Garcia, 2004). Como exemplos, temos as comunidades terapêuticas religiosas para tratamento de dependentes químicos, os grupos de autoajuda e as terapias espirituais.

A crença religiosa, dessa forma, apresenta-se como um aspecto importante a ser estudado. Neste trabalho, adotamos o conceito de religiosidade, em detrimento do conceito de espiritualidade, visto que no presídio as práticas religiosas são realizadas por grupos específicos, que compartilham discursos, conceitos e práticas pertencentes a instituições religiosas.

1.3.2 – Religião e Sistema Prisional

Diante da constatação da crise do sistema carcerário brasileiro a transformação do universo prisional torna-se um desafio para órgãos técnicos, Estado, organismos de Direitos Humanos e inclusive alguns segmentos da sociedade civil (instituições filantrópicas, organizações profissionais, por exemplo). Nesse contexto, atividades religiosas têm assegurado espaço nos presídios, que são vistos como campo fértil de atuação.

A assistência religiosa é prevista como direito na política penal. A Lei de Execução Penal (LEP) esclarece que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado e visa prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (artigo 10 da LEP). Como forma de efetivar essa situação, diz que a assistência deve ser material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (artigo 11 da LEP).

Em se tratando da assistência religiosa essa mesma lei diz que:

Art. 24 – A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º - No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º - Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa (Lei n. 7.210, 1984).

Assim, a assistência religiosa nos presídios brasileiros tem caráter legal, vista como um recurso para o processo de ressocialização.

A Constituição do estado do Espírito Santo também faz menção à assistência religiosa.

Art. 132 – A política penitenciária estadual visa assegurar a promoção e valorização do indivíduo encarcerado, sua reintegração social, a garantia dos seus direitos e a defesa de sua integridade física, psíquica e mental no período de cumprimento da pena.

[...] § 2º Para garantia do disposto no caput deste artigo, O Poder Público assegurará ao encarcerado:

[...] VIII – Assistência Religiosa respeitada a opção para cada presidiário (Constituição do estado do Espírito Santo, 1989, p.34).

Há ainda portarias estaduais que complementam as regulamentações acima apresentadas. A Portaria 89-S, de junho de 2007, define que a assistência religiosa deve ser exercida por serviços de capelania, prestados por ministros de culto religioso. Esses serviços de assistência religiosa constituir-se-iam de trabalhos pastorais, aconselhamentos, orações e batismo, comunhão (ceia) e a unção dos enfermos.

Em junho de 2008 a Secretaria de Justiça Estadual (SEJUS) criou, por meio da Portaria 242-R, o Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do estado do Espírito Santo, que tem o objetivo de refletir e sistematizar o atendimento religioso nos presídios capixabas, bem como assessorar em questões teológicas e pastorais de assistência religiosa e recomendar ações para o melhor desempenho da assistência religiosa nas unidades prisionais do estado. Por fim a Portaria 879-R, de novembro de 2008, institui que a assistência religiosa deve ser exercida por associações e voluntários religiosos devidamente capacitados para a atividade e determina as normas para cadastramento das instituições e voluntários.

Segundo dados da SEJUS, de janeiro de 2011, o Espírito Santo possuía 30 unidades prisionais. Dentre essas unidades, havia grupos religiosos em 25 delas, totalizando 53 grupos

e 452 voluntários cadastrados na SEJUS. Percebe-se, então, a presença marcante da assistência religiosa nos presídios capixabas.

O trabalho inicial de assistência religiosa nas prisões brasileiras esteve, de certa forma, restrito à atuação de agentes religiosos católicos, através das Pastorais Carcerárias (Quiroga, 2005). No entanto, observamos a marcante presença de igrejas evangélicas nos presídios. No Espírito Santo, cerca de 70% dos grupos religiosos cadastrados na SEJUS são evangélicos, considerando os dados de janeiro de 2011 da Secretaria de Justiça.

Dada a presença de atividades religiosas nos presídios, alguns pesquisadores têm se interessado em realizar estudos com essa temática. Entretanto ainda são escassos os estudos acadêmicos que objetivam investigar esse fenômeno (Moraes & Dalgalarrodo, 2006), apesar da crescente participação de agentes religiosos em presídios brasileiros.

Segato (2005) e Vargas (2005) acreditam que nos presídios brasileiros o discurso religioso é o discurso mais frequente com o qual o detento tem contato, assinalando que o universo prisional é um lugar pobre de alternativas discursivas. Essas autoras consideram que é importante que o detento tenha a possibilidade de pensar a sua vida a partir de outros arcabouços discursivos, de modo que problematize a sua existência com a possibilidade de construir a sua história de vida a partir de distintas narrativas. Indo ao encontro dessa ideia, Frinhani (2004) considera que a assistência religiosa ao detento talvez seja a assistência que mais se cumpra dentro dos estabelecimentos prisionais, mais pelo interesse das diversas instituições religiosas do que por uma iniciativa oficial do governo. Corroborando essa ideia, Massola (2005) aponta, em um estudo realizado na Cadeia Pública de Bragança Paulista (São Paulo), a intensa atividade religiosa realizada por voluntários de diferentes denominações na instituição, embora houvesse, por parte da coordenação dos trabalhos voluntários, um movimento que buscava reduzir essas atividades na vida dos presos.

Tema bastante abordado nos estudos que envolvem religião e sistema prisional é a conversão do detento (Bicca, 2005; Boarccaech, 2009; Dias, 2006, 2007; Lobo, 2005a, 2005b; Scheliga, 2005a, 2005b). De modo geral os autores compreendem a conversão como uma transformação no universo discursivo do indivíduo, englobando mudança de valores, crenças, comportamentos e também a forma de interpretar os acontecimentos da vida. A conversão também é entendida como um processo estratégico na medida em que possibilita a reorganização da vida de acordo com os valores e normas do presídio.

A constituição da identidade religiosa também é abordada em algumas pesquisas (Boarccaech, 2009; Dias, 2006, 2007; Scheliga, 2005a), focalizando tensões e ambiguidades vivenciadas a partir das relações estabelecidas entre detentos convertidos e não convertidos. Esse conflito advém de um embate entre as normas e valores do presídio (Goffmam, 2008; Hayner & Ash, 1939; Thompson, 1980) e a vivência dos ensinamentos religiosos.

Além da possibilidade de singularização, ressignificação da vida e conforto dos conflitos pessoais pelos detentos convertidos, também há a ideia de que os grupos religiosos exercem um papel importante na manutenção da ordem e da disciplina em instituições prisionais (Boarccaech, 2009; Dias, 2006; Lobo, 2005a, 2005b; Quiroga, 2005; Scheliga, 2005a, 2005b; Segato, 2005; Vargas, 2005). Administradores do sistema penitenciário, diretores e funcionários dos presídios, assinalam, em geral, o efeito benéfico da conversão nas instituições penais. Há uma concepção de que o preso convertido é mais calmo. Assim os grupos religiosos constituiriam um mecanismo indireto, porém efetivo, de controle sobre a massa carcerária, na medida em que as práticas religiosas suavizam e amenizam as tensões vivenciadas diariamente.

A comparação entre as atividades realizadas por católicos e evangélicos também é discutida. A atuação dos agentes religiosos católicos parece ser mais condizente com a realidade dos presídios, na medida em que procura conscientizar sobre os direitos e deveres do detento no

sistema penitenciário e também defender os direitos humanos. Entre os católicos não há a intenção de conversão, ao contrário dos evangélicos, que manifestam uma preocupação de tendência mais individual, da relação da pessoa com Deus e com a igreja (Lobo, 2005a; Vargas, 2005).

O estudo realizado por Moraes e Dalgarrondo (2006) em uma penitenciária feminina do estado de São Paulo procurou investigar a relação entre a religiosidade e a saúde mental entre as detentas. Esses autores verificaram uma possível relação positiva entre essas variáveis, ou seja, a religiosidade, de forma geral, seria um elemento protetor da saúde mental. Assim, a experiência religiosa poderia atribuir sentido para a experiência do aprisionamento.

Outros estudos realizados em penitenciárias não investigaram diretamente a experiência religiosa no sistema prisional, mas assinalaram a importância da religião nas relações estabelecidas nessas instituições. Tavares e Menandro (2008) apresentaram como o discurso religioso pode atribuir sentido à vida de um detento, carente de outras possibilidades de transformação. Frinhani e Souza (2005) observaram que as práticas religiosas existentes nos presídios podem influenciar as representações de prisão e ressocialização, entre os detentos.

Nota-se, então, que apesar de não ser encontrado na literatura acadêmica muitos estudos que investiguem as experiências religiosas no sistema prisional, esse campo de pesquisa apresenta-se como uma área bastante interessante ao pesquisador e importante a ser explorada.

2 – OBJETIVO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Essa pesquisa teve como objetivo investigar os significados da experiência religiosa e prisional entre os internos do Instituto de Readaptação Social do Espírito Santo, participantes e não participantes de atividades religiosas, e agentes religiosos que atuam nessa instituição.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as práticas religiosas da instituição prisional pesquisada;
- Compreender o significado de assistência religiosa entre os voluntários religiosos;
- Averiguar a influência das atividades religiosas nas relações prisionais;
- Investigar os significados da experiência prisional e religiosa entre detentos, participantes e não participantes de atividades religiosas.

3 – METODOLOGIA

3.1 – A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O primeiro procedimento adotado no desenvolvimento desta pesquisa foi a solicitação de autorização para realizar a investigação em uma penitenciária. Era necessária a liberação da Secretaria de Estado de Justiça, a SEJUS, e a possibilidade de surgir entraves e questões que interferissem nesse processo não era descartada, principalmente devido ao momento vivido no estado, referente às condições das unidades prisionais.

As denúncias, pela mídia local e nacional, de graves violações aos direitos de presos capixabas reforçavam a imagem de um sistema em falência. Tal questão chegou a ser discutida em Genebra, Suíça, na reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que aconteceu em março de 2010 (Folha Vitória, 2010; Folha.com, 2010; Gazeta Online, 2010; O Globo, 2010; Seculodiario.com, 2010; Violações de direitos humanos, 2011).

Importante, nesse processo de busca de autorização, foi o contato realizado com o Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo (GINTER), vinculado à SEJUS, responsável por gerenciar questões relativas às práticas religiosas nas unidades prisionais do estado. O GINTER foi criado em junho de 2008 com o objetivo de sistematizar o atendimento religioso nas unidades prisionais capixabas, propor reflexões e assessorar em questões que dizem respeito às práticas religiosas nos presídios (Portaria 242-R, 2008). É formado por voluntários religiosos de diferentes denominações – católicos, espíritas e protestantes – e funcionários da própria SEJUS.

Por meio desse grupo fizemos a solicitação ao Secretário de Justiça, via ofício. Neste, foi apresentado o tema da pesquisa e solicitada a autorização para realizar o projeto de mestrado, o acesso às instituições do sistema prisional capixaba, bem como informações acerca das atividades religiosas nas penitenciárias.

Os temores iniciais foram superados, pois em menos de 48 horas após o envio do ofício a pesquisa foi autorizada, bem como o acesso a todas as unidades prisionais do estado (Anexos A e B).

Optamos, então, em realizar o estudo em uma unidade prisional do estado onde houvesse atividades de assistência religiosa de grupos católicos, espíritas e protestantes. Segundo informações da SEJUS apenas duas unidades prisionais atendiam esse critério no momento de realização da pesquisa: o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim e o Instituto de Readaptação Social de Vila Velha (IRS).

Pelo fato de estar localizado na Grande Vitória o IRS foi eleito o local do estudo, pois era a unidade mais próxima da residência do pesquisador.

A pesquisa foi organizada em duas etapas. Num primeiro momento foi feito contato com os gestores do IRS e a entrada na instituição deu-se com o objetivo de observar as práticas religiosas no presídio, além de estabelecer contato com os participantes do estudo. Sabendo das especificidades do universo prisional, local repleto de conflitos entre diferentes grupos e, ainda, de intensa desconfiança (Tavares, 2006), esse período de inserção foi considerado fundamental para o andamento da pesquisa. Nesse momento foi informado aos participantes dos grupos religiosos os objetivos e os procedimentos da pesquisa. A socialização da proposta foi uma estratégia adotada para evitar possíveis conflitos entre os internos (principalmente pelo fato de realizarmos entrevistas individuais).

Por cerca de dois meses foram coletadas relevantes informações, diante da observação das atividades religiosas e do contato com os agentes religiosos, os internos e os profissionais do presídio.

Na segunda etapa da coleta foram realizadas as entrevistas individuais, com os agentes religiosos que atuam voluntariamente no presídio e com os internos do IRS.

3.2 – O LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto de Readaptação Social (IRS) “Professor Jair Etienne Dessaune”, localizado no Complexo Penitenciário de Vila Velha, Espírito Santo.

Criado em 1924, sendo uma unidade prisional destinada à execução de penas privativas de liberdade, regime fechado (Lei n. 7.209, 1984; Secretaria de Estado da Justiça [Sejus], 2011a), o IRS tem a capacidade de 231 vagas (Sejus, 2011c).

Quanto aos grupos religiosos presentes na instituição, havia três: um protestante pentecostal, um católico e um espírita.

3.3 – PARTICIPANTES

Diante dos objetivos propostos para a pesquisa, entrevistamos seis agentes religiosos¹ dos diferentes grupos presentes na instituição e 11 internos que frequentavam ou não atividades religiosas no IRS.

Quanto aos agentes religiosos, foram entrevistados dois integrantes de cada grupo. Duas mulheres e quatro homens, com idades que variaram dos 30 aos 69 anos. Todos eram casados e tinham filhos. O período de atuação em atividades religiosas nos presídios variou de um ano e meio a dezoito anos.

¹ Chamamos de “agentes religiosos” os voluntários dos grupos que realizam assistência religiosa na unidade prisional e que estão devidamente cadastrados na SEJUS para exercer essa atividade.

Na tabela abaixo apresentamos os dados detalhados dos entrevistados. Os nomes dos participantes são fictícios e foram escolhidos com iniciais que os associassem ao grupo de pertença (“C” para católicos, “E” para espíritas e “P” para protestantes).

Tabela 1 – Informações sobre os agentes religiosos entrevistados.

| Participante | Idade | Estado civil/Filhos | Grupo Religioso | Tempo que realiza assistência religiosa nos presídios |
|---------------------|--------------|----------------------------|------------------------|--|
| Cristina | 55 anos | Casada/Tem filho | Católico | 18 anos |
| Carmem | 69 anos | Casada/Tem filho | Católico | 07 anos |
| Edson | 63 anos | Casado/Tem filho | Espírita | 03 anos |
| Eduardo | 35 anos | Casado/Tem filho | Espírita | 01 ano e 06 meses |
| Paulo | 30 anos | Casado/Tem filho | Protestante | 04 anos |
| Pedro | 35 anos | Casado/Tem filho | Protestante | 02 anos |

Consideramos importante entrevistar internos de diferentes inserções grupais, tendo por base a filiação religiosa. Assim, foram entrevistados três internos que participavam do grupo católico, três do grupo evangélico, um do grupo espírita e quatro que não tinham o hábito de participar de grupos religiosos no presídio. As idades variaram dos 23 aos 50 anos e o tempo de prisão de um ano e um mês a 14 anos. A tabela abaixo apresenta as informações detalhadas.

O critério para escolha dos nomes dos entrevistados do IRS foi o mesmo usado para a escolha dos nomes dos agentes religiosos. Acrescentamos nomes com a letra “N” para os entrevistados que não participavam de grupos religiosos.

Tabela 2 – Informações sobre os internos do IRS entrevistados.

| Participante | Idade | Estado civil/Filhos | Tempo de prisão | Grupo/Tempo de participação |
|---------------------|--------------|----------------------------|------------------------|------------------------------------|
| Carlos | 47 anos | Casado/Tem filho | 14 anos | Católico/ 14 anos |
| Cícero | 24 anos | Casado | 02 anos | Católico/08 meses |
| Caio | 23 anos | Casado/Tem filho | 01 ano e 01 mês | Católico/05 meses |
| Ernesto | 46 anos | Solteiro/Tem filho | 11 anos | Espírita/01 ano e 04 meses |
| Pablo | 29 anos | Casado/Tem filho | 08 anos e 03 meses | Protestante/03 anos e 03 meses |
| Plínio | 40 anos | Casado/Tem filho | 08 anos e 07 meses | Protestante/01 ano |
| Patrick | 24 anos | Solteiro | 03 anos e 05 meses | Protestante/07 meses |
| Nei | 29 anos | Casado/Tem filho | 04 anos e 01 mês | Não participa |
| Nestor | 26 anos | Solteiro | 01 ano e 08 meses | Não participa |
| Nelson | 50 anos | Solteiro/Tem filho | 02 anos e 01 mês | Não participa |
| Nilton | 33 anos | Solteiro | 01 ano e 05 meses | Não participa |

3.4 – PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO

A inserção inicial no IRS permitiu a coleta de informações importantes, principalmente quanto à realização das atividades religiosas. As informações, impressões e observações do pesquisador referentes aos dias de visita à unidade prisional foram registradas em diários de campo, durante todo o percurso da pesquisa.

Na segunda etapa do estudo foram realizadas as entrevistas individuais. Para conseguir entrevistar os internos do IRS o período de familiarização (primeira etapa da pesquisa) foi importante. Em dias de atividades religiosas foi possível contatar participantes, pois durante os encontros dos grupos os objetivos da pesquisa foram apresentados. Em outros momentos foi permitido ao pesquisador o acesso a galerias e a celas do presídio e novos participantes aceitaram ser entrevistados. Esse acesso foi importante, principalmente para conseguir contato

com detentos que não participavam de grupos religiosos. Inicialmente solicitei aos participantes dos grupos religiosos que indicassem pessoas que não tinham o hábito de participar desses encontros para serem entrevistados – amigos, companheiros de cela – explicando-lhes sobre as propostas do estudo. Esta estratégia, no entanto, não se mostrou eficaz.

As entrevistas com os internos do IRS foram realizadas individualmente, sem a presença de funcionários do presídio. Um dos gestores da instituição propôs que um agente penitenciário acompanhasse as entrevistas, mas após esclarecimento essa hipótese foi descartada. Além de assegurar ao participante o sigilo das informações fornecidas, a presença de um funcionário do presídio poderia intimidar o entrevistado e atrapalhar o andamento da conversa.

As entrevistas com os agentes religiosos foram agendadas mediante a disponibilidade dos participantes. Aconteceram nas sedes das igrejas que frequentavam, em locais públicos ou em ambiente de trabalho. Também foram realizadas individualmente.

Antes de todas as entrevistas, novamente era explicado ao participante os objetivos do estudo, esclarecidas as dúvidas e realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F). Após esse procedimento era solicitada a permissão para gravação em áudio. Somente ao fim da entrevista que o termo de consentimento era assinado, pois caso o entrevistado optasse em não participar mais da pesquisa, o áudio da gravação seria descartado, na sua presença. Todas as entrevistas ocorreram com tranquilidade e a gravação em áudio parece não ter sido uma questão importante para os participantes.

Foi utilizado roteiro semiestruturado nas entrevistas. Para os agentes religiosos o roteiro contemplou os seguintes blocos de perguntas: 01. Dados pessoais; 02. Caracterização da assistência religiosa; 03. Importância e objetivos da assistência religiosa no sistema prisional;

04. Concepções de crime e criminoso e 05. O interno e a participação em atividades religiosas (Anexo C).

Para os internos do IRS foram abordadas as seguintes questões: 01. Dados pessoais; 02. Vida antes da prisão; 03. Cotidiano no presídio; 04. Vida religiosa na prisão; 05. Processos de identificação e 06. Futuro. Os roteiros sofreram adaptações segundo a inserção grupal do entrevistado (Anexos D e E).

3.5 – ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados todas as entrevistas foram transcritas integralmente e, posteriormente, submetidas à análise por meio do *software* “Alceste” (*Analyse Lexicale par Context d’un Ensemble de Segments de Texte*), desenvolvido por Max Reinert.

Esse programa permite a realização de uma análise lexical de conteúdo por técnicas quantitativas de tratamento de dados textuais. (Alba, 2004; Camargo, 2005; Lima, 2008a, 2008b; Nascimento & Menandro, 2006; Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

Lima (2008a) pontua que

[...] a detecção e o exame estatístico das distribuições das formas lexicais presentes no texto contribui para circunscrever *os lugares da enunciação* onde *Sujeitos* e *Mundo* se elaboram, a partir de *lugares primeiros*, que ele nomeia *fundos tópicos*. Por intermédio das oposições lexicais que ele detecta, *Alceste* consegue atingir as oposições entre os diferentes *pontos de vista coletivos* inscritos no vocabulário de um texto. O objetivo do programa *Alceste* é de estabelecer uma cartografia dos principais *lugares comuns*, sobre os quais se arquetam, simultaneamente, o *mundo do discurso* e o *mundo dos enunciadores* (p. 248).

A análise principal do Alceste é realizada a partir do tratamento estatístico da co-ocorrência das “palavras-plenas”, como denomina Reinert, em segmentos de texto. Esse autor considera que essas palavras são portadoras de sentido e, portanto, revelam o mundo semântico que o pesquisador deve explorar. As palavras plenas são os verbos, os substantivos, os adjetivos e os advérbios, e as análises são feitas considerando as suas formas reduzidas, ou seja, sem as desinências gramaticais e alguns sufixos (Alba, 2004; Lima, 2008b; Nascimento & Menandro, 2006; Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

Para Reinert todo discurso expressa um sistema de “mundos lexicais” e estes podem ser conhecidos através da estruturação e distribuição de palavras plenas co-ocorrentes que os compõem (Alba, 2004; Lima, 2008b; Nascimento & Menandro, 2006). Como aponta Lima (Lima, 2008a, 2008b), o discurso é construído numa relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, que continuamente se transformam, e essa interação deixa rastros na linguagem. São esses rastros que permitem identificar os núcleos de sentido que organizam as representações do objeto estudado.

É importante, ainda, definir alguns termos utilizados pelo Alceste, como: *Corpus*, Unidades de Contexto Iniciais (UCIs) e Unidades de Contexto Elementar (UCEs).

O Alceste faz as análises com base em arquivo único, o *corpus*. Este é formado por um conjunto de UCIs, que são definidas pelo pesquisador dependendo da natureza da pesquisa. Neste estudo cada entrevista transcrita corresponde a uma UCI. Ao realizar a análise o *software* faz uma divisão do *corpus* em segmentos de texto, as chamadas UCEs. Estas são dimensionadas pelo programa em função do tamanho do *corpus*, respeitando-se a pontuação, e possuem no máximo 250 caracteres. É a partir da listagem de UCEs gerada que o pesquisador interpreta os resultados, pois é possível ver os contextos em que aparecem as

formas reduzidas das palavras (Camargo, 2005; Nascimento & Menandro, 2006; Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

Após o tratamento estatístico o *software* fornece uma apresentação dos dados a partir de uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), no formato de um dendrograma. O dendrograma permite visualizar o número de classes geradas, a estrutura e a força de relação entre elas. Outro recurso de apresentação dos resultados gerado pelo Alceste, a partir da CHD, é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). A AFC permite uma representação gráfica entre variáveis determinadas pelo pesquisador e as classes geradas pelo programa num plano fatorial (Alba, 2004; Camargo, 2005, Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

4 – CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

O objetivo desse estudo foi investigar os significados da experiência religiosa e prisional entre internos do IRS e agentes religiosos que atuam nessa instituição. Antes de adentrar nessa questão, a contextualização do campo da pesquisa é importante.

Inicialmente serão abordadas questões referentes ao cenário do sistema penitenciário capixaba, para depois ser apresentado o IRS e o percurso da coleta de dados.

4.1 – O CENÁRIO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO CAPIXABA

A organização do sistema penitenciário brasileiro é complexa e a compreensão desse cenário é mais rica quando associada a outras questões, como: corrupção, violência, desigualdade social, condições dos presídios, políticas públicas, dentre outras. Para o Espírito Santo, isso não é diferente.

Optamos, no entanto, por apresentar e discutir apenas algumas questões, que ajudarão no entendimento de aspectos observados e vivenciados no IRS durante o período da coleta de dados.

Nos últimos anos o sistema prisional do Espírito Santo tem recebido visibilidade nacional e internacional, em virtude de casos de violação de direitos humanos. O relatório elaborado pela SEJUS apresenta um pouco dessa realidade. No ano de 2003 o estado tinha 13 unidades prisionais (Governo do Estado do Espírito Santo, 2010), o que correspondia a 1783 vagas. A população carcerária, no entanto, excedia essa capacidade, com 4128 internos nas penitenciárias estaduais (Ministério da Justiça, 2011).

A superpopulação carcerária não era o único problema presente, pode ser citado também: péssimas condições de habitação, tortura, carência de assistência médica e jurídica, falta de

alimentação adequada, reduzido número de profissionais no sistema, sendo que estes não eram qualificados para o trabalho, dentre outras questões que demarcavam o cenário de falência dos presídios capixabas (Brasil, 2009; Governo do Estado do Espírito Santo, 2010; Violações de direitos humanos, 2011).

Diante dessa situação, o governo estadual propôs políticas públicas destinadas ao sistema penitenciário, buscando reverter esse quadro. A construção de novas unidades prisionais parece ter sido o foco dessas políticas.

Em sete anos, entre os anos de 2003 e 2010, foram investidos cerca de 430 milhões de reais, dos quais a grande parte, 420 milhões, proveniente de recursos estaduais (Governo do Estado do Espírito Santo, 2010), na construção de 26 unidades prisionais, o que representou a criação de cerca de 10.000 novas vagas no sistema penitenciários capixaba. As políticas também foram destinadas para a contratação de profissionais. Cerca de 3.000 novos agentes penitenciários foram inseridos no sistema, entre efetivos, designados temporariamente e terceirizados (Governo do Estado do Espírito Santo, 2010).

Apropriando-nos das proposições de Wacquant (2001), parece haver uma tentativa em “remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social” (p.7). Nesse sentido, o Estado penal desenvolve-se como uma resposta “às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos os contingentes do proletariado urbano” (p.10).

Nota-se, no entanto, que esses investimentos, apesar de contribuírem para diminuição da superpopulação carcerária, não foram acompanhados por outras transformações. A violação aos direitos dos presos – situações de maus tratos e violência – continuaram comuns (Brasil, 2009), sendo inclusive denunciadas pela mídia local e nacional.

É importante compreender que a diminuição da superpopulação carcerária no Espírito Santo aconteceu em virtude do aumento de número de vagas no sistema prisional e não da diminuição do contingente de internos. Em dezembro de 2011 essa população era de 13.027 internos, para 10.482 vagas disponíveis nas 34 unidades prisionais do estado, diferença que corresponde a um déficit de 2.545 vagas no sistema (Sejus, 2011b). O gráfico abaixo apresenta melhor essa questão.

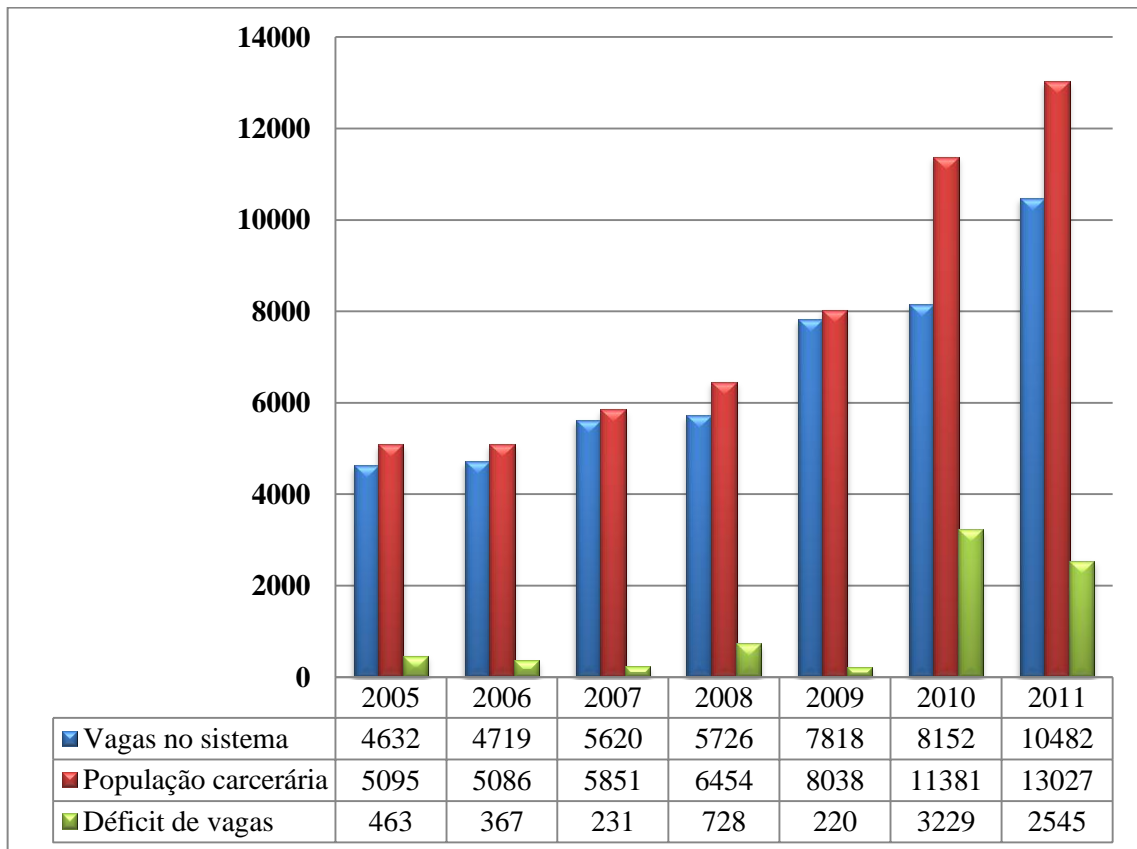


Gráfico 1. Informações do sistema penitenciário do Espírito Santo.

Percebe-se, dessa maneira, o crescimento da taxa de encarceramento, que pode ser observada a partir de estatísticas da SEJUS, que indicam que a taxa de entrada de presos no sistema penal capixaba é superior a de saída (Sejus, 2011b).

A taxa de encarceramento no Espírito Santo é maior do que a média nacional, com 310 presos para cada 100 mil habitantes (Sejus, 2011b), enquanto a média brasileira é de 260 presos para cada 100 mil habitantes (Ministério da Justiça, 2011).

Essa alta taxa de encarceramento é preocupante principalmente quando pensamos as consequências em longo prazo, visto que a superpopulação prisional pode ser associada ao agravamento das condições de vida nas penitenciárias (Salla, 2006). É fundamental ater-se ao fato de que a pena de prisão, como uma alternativa no combate à violência, é uma falácia.

O fracasso da pena de prisão é observado, ainda, pelo alto índice de reincidência. No combate a essa situação, a Lei de Execução Penal determina a assistência ao preso com o objetivo de prevenir a criminalidade e orientar a sua reinserção social. Sobre essa questão, pode-se citar o trabalho penal, visto como um instrumento que potencializa a ressocialização. No Espírito Santo há um decreto que determina que empresas contratadas ou conveniadas aos órgãos do governo estadual devem empregar internos e egressos para a execução de obras ou serviços advindos do sistema penitenciário, numa parcela de 6% da mão-de-obra total para o serviço contratado (Governo do Estado do Espírito Santo, 2010). Foucault (2009) argumenta que desde o início do século XIX o trabalho penal é percebido como um agente de transformação carcerária.

Pode ser citada ainda a assistência jurídica, educacional, religiosa, dentre outras, que são empregadas como meios para se buscar a ressocialização do egresso.

A intenção dessa breve apresentação sobre o sistema penitenciário capixaba é fornecer algumas informações que ajudarão a compreender melhor questões que compuseram o panorama do período de coleta de dados. O IRS, inserido nesse cenário, é caracterizado por questões que aqui foram apresentadas.

4.2 – PERCURSOS NO INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL²

O IRS foi escolhido para realizar a pesquisa em virtude da possibilidade de encontro com três distintos grupos religiosos: um católico, um protestante e um espírita. Investigar os significados da experiência religiosa e prisional era o objetivo do estudo, mas mal sabia dos encontros, para além dessa questão, que os percursos no IRS me permitiriam.

Munido das autorizações da SEJUS fui até a unidade prisional. Tudo era novidade e as expectativas intensas.

O primeiro contato foi marcante. O IRS fica a cerca de um quilômetro do portão de entrada do Complexo Penitenciário e essa distância pareceu ainda maior na primeira visita à unidade. O trajeto foi feito a pé, pois só depois soube da possibilidade de entrar de carro na instituição. Entretanto não foi o fato de ir caminhando que tornou o percurso longo, mas a caminhada solitária e as representações acerca daquele espaço, que me causavam uma sensação de medo e insegurança. Parecia que a curiosidade havia ficado no portão de entrada.

Por um momento houve a sensação de que eu estava no caminho errado, mas continuei a caminhada. Os passos eram rápidos na busca pelo IRS, principalmente para encontrar alguém que pudesse me garantir segurança. No percurso, sons de vozes e gritos, provavelmente da outra unidade do Complexo, e um cheiro forte de fumaça me acompanhavam. Após percorrer mais alguns metros avistei um prédio antigo com o seguinte dizer: *“Aqui trabalhamos na ressocialização do homem”*. Era o indicativo de que o caminho era o certo. Encontrava, enfim, o IRS.

O IRS, unidade prisional destinada à execução de penas privativas de liberdade, regime fechado, tem a capacidade de receber 231 homens (Sejus, 2011c), no entanto a população

² Para descrever o período da coleta de dados dentro da prisão optamos por fazer a narrativa em primeira pessoa, por considerar o caráter singular do olhar do pesquisador em meio às experiências dentro da instituição prisional.

carcerária excedia essa real capacidade da instituição, no período da coleta de dados, início do ano de 2011.

A superpopulação carcerária começou a ser resolvida com a transferência de presos para uma unidade prisional recém inaugurada, movimento bastante atual e comum no Espírito Santo. Em outubro de 2010, por exemplo, a população no IRS era de 735 presos, passando a 283 e 156 nos meses de maio e agosto de 2011, respectivamente (Sejus, 2011c). Havia rumores de que a unidade seria desativada, fato que não aconteceu durante o período de coleta dos dados. Porém, observava o esvaziamento do presídio.

Esse esvaziamento não se dava apenas pela transferência de internos para uma penitenciária recém inaugurada, mas também pelo fato de muitos internos estarem trabalhando, inclusive fora da unidade prisional. Por sinal, esse foi um aspecto que me chamou a atenção. Certo dia, observei, ao entrar numa sala da administração do presídio, um quadro que dizia que 252 homens estavam trabalhando, dos 298 que estavam na instituição.

A utilidade do trabalho penal pode ser compreendida a partir das reflexões de Foucault (2009). Este teórico considera que o trabalho penal não visa o lucro ou o aprendizado de uma habilidade útil, mas a “constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (Foucault, 2009, p.230).

O Código Penal Brasileiro, ao determinar as normas para a realização de atividades laborais no regime fechado, assegura o direito do preso trabalhar no período diurno, sendo duas as possibilidades: a) trabalho dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado; e b) trabalho externo, em serviços ou obras públicas (Lei n. 7.209, 1984).

No IRS o trabalho interno era, por exemplo, de limpeza e organização das galerias, administrativo (no almoxarifado), na distribuição de marmitas, e no caso dos trabalhos externos, em empresas prestadoras de serviço do governo estadual, por exemplo, na construção civil. A entrevista com os internos mostrou a importância que eles atribuem ao trabalho, diante da impossibilidade de ocupar o tempo com outras atividades, da remuneração recebida (somente nos trabalhos externos, segundo os entrevistados) e principalmente da remição da pena (um dia para cada três dias trabalhados).

A primeira etapa da coleta de dados foi fundamental para a compreensão de algumas questões que emergiram no contexto da pesquisa.

Como pesquisador, sei que muitas percepções escaparam aos meus sentidos, e que a compreensão das relações no sistema prisional é limitada pelo curto período de inserção naquele espaço. Como me alertou um entrevistado, *“pra você saber como é o presídio, falando assim não dá não, só você passando por ele mesmo pra saber o que é. Falando assim não adianta nada, só passando por ele mesmo”* (Caio, 23 anos). Apesar dessas limitações, a inserção no IRS foi importante e, sem dúvida, as informações adquiridas e as entrevistas realizadas me forneceram dados que são ricos para a realização desse estudo.

A primeira etapa da coleta de dados da pesquisa durou cerca de dois meses, desde o primeiro contato com os gestores da instituição até a realização das entrevistas individuais. As idas ao presídio aconteceram sempre em dias de atividades religiosas. Dias específicos da semana eram reservados para os grupos: segunda-feira para os protestantes, terça-feira para os católicos e sexta-feira para os espíritas. Buscava, desse modo, além da familiarização com o ambiente e com os possíveis participantes da pesquisa, observar os momentos de realização das atividades religiosas.

Referindo-se a estudos que tem como objeto questões que dizem respeito à religião, Proença (2008) aponta a importância de o pesquisador usar metodologias que permitam maior proximidade e inserção no âmbito do grupo pesquisado, estratégia importante para se evitar interpretações precipitadas ou superficiais do fenômeno investigado. “Havendo maior proximidade do contexto ou ambiente do grupo a ser investigado, o pesquisador poderá então efetuar interpretações sobre o seu objeto de estudo com maior correspondência ao modo como os próprios integrantes vivenciam sua crença” (Proença, 2008, p.16).

Durante esse período também foi possível apresentar aos participantes os objetivos da pesquisa, esclarecer dúvidas, conhecer pessoas e conversar informalmente com funcionários da instituição. Os vínculos com os agentes penitenciários também foram fortalecidos.

De início, cheguei a pensar que não receberia o apoio dos agentes penitenciários na coleta dos dados. Acreditava que a minha presença poderia ser motivo de incômodo, pelo fato da pesquisa ser uma atividade a mais na unidade. Entendia que em um local onde o controle e a segurança são centrais (Thompson, 1980), qualquer movimento diferente poderia ser indesejado. Com o tempo, essa imagem foi desfeita. Pelo contrário, os agentes mostraram-se interessados pelo tema da investigação e em alguns momentos perguntavam, curiosos, sobre os resultados da pesquisa.

Comentando sobre a assistência religiosa um agente penitenciário apresentou a seguinte impressão: *“esse tipo de assistência, sem dúvida, é a mais eficaz dentro do presídio. Se todas as outras alcançassem à proporção que a assistência religiosa alcança, seria melhor”* (diário de campo). Em outra oportunidade, enquanto esperava o início do encontro religioso do dia, atentei-me para a conversa de dois agentes, na qual diziam que *“ao menos o trabalho religioso conseguia transformar as pessoas no presídio”* (diário de campo). Naquele dia um

ex-interno do IRS voltava à unidade para dar o seu testemunho aos irmãos³, no culto, e dizer da sua experiência e transformação de vida após a conversão religiosa. Para os agentes, ele era um exemplo real do que diziam.

A familiaridade com os agentes e o apoio recebido deles, sem dúvida, foi fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Com o tempo, até mesmo os procedimentos de segurança, quando chegava ao IRS, tornaram-se mais superficiais. A vistoria da bolsa e materiais não acontecia com o mesmo cuidado e atenção dos primeiros dias, assim como a entrada no Complexo era menos vigiada.

Apesar de observar outras questões, que diziam respeito à organização prisional, sempre estava atento aos aspectos relacionados às práticas religiosas na instituição.

A assistência religiosa é regulamentada na política penal como uma modalidade de assistência que visa prevenir o crime e orientar à convivência em sociedade. Para a sua execução, essa lei ainda determina que haja local apropriado na unidade prisional para a realização dos cultos religiosos (Lei n. 7210, 1984).

No IRS os encontros religiosos eram realizados em um refeitório desativado, com mesas e bancos de cimento. A estrutura do refeitório é antiga, assim como o presídio, com parte da fiação exposta. Era um espaço grande, que parecia ainda maior pela ausência de objetos. Além das mesas e bancos de cimento, existia apenas um pequeno quadro negro e dois cartazes colados nas paredes com os seguintes dizeres bíblicos: *“Porque não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a futura (Hebreus, 14:13)”* e *“Porque ainda um pouquinho de tempo, E o que há de vir virá, e não tardará (Hebreus, 10:37).”* Havia, no IRS, um local

³ “Irmãos” é como eram chamados os internos que tinham o costume de participar de atividades religiosas, independente da denominação religiosa.

destinado para as práticas religiosas, mas tudo indicava que ele não havia sido projetado para esse fim.

As idas ao presídio, como já dito, aconteciam nos dias de assistência religiosa. Sempre buscava chegar antes das atividades começarem. Nos momentos da assistência religiosa, pedia para me apresentar aos participantes e após os encontros conversava rapidamente com alguns deles, que sempre vinham até mim para saber melhor do estudo. Nesses contatos, algumas pessoas pediram para participar da pesquisa e outras aceitaram após o convite feito – entre internos do IRS e agentes religiosos.

Quanto às atividades dos grupos religiosos, cada qual tinha o seu modo de funcionamento e especificidades, orientados, sem dúvida, por questões doutrinárias – questões estas que não serão pontos de análises, já que neste trabalho não há o objetivo de discutir as crenças religiosas em si, mas os significados da religiosidade na vida de homens encarcerados.

Na segunda-feira era o dia de assistência religiosa do grupo evangélico, da Assembleia de Deus. Um pastor e uma obreira⁴ eram os responsáveis pelos encontros, que eventualmente também aconteciam com a presença de um voluntário, ex-interno do IRS que se converteu dentro do presídio. Os encontros duravam cerca de duas horas, começavam pontualmente às 13 horas e iam até as 15 horas. O pastor dizia que “*dentro do presídio não podiam perder tempo*”. As atividades eram semelhantes todas as semanas. Iniciavam com alguns louvores, enquanto os agentes penitenciários chamavam os participantes nas galerias. Os cânticos duravam cerca de meia hora. Passado esse momento o pastor fazia a leitura da Bíblia, seguida de uma reflexão e mais alguns cantos. Depois passava a palavra para a obreira, que sempre

⁴ Os obreiros são membros da igreja que auxiliam o líder, o pastor, nas atividades durante os cultos. Dessa forma, estão hierarquicamente abaixo do pastor. São pessoas que para assumir essa função necessitam de conhecimento bíblico.

fazia revelações⁵. Para finalizar, o pastor retomava o comando do culto, que terminava com algumas orações. Quando o voluntário religioso que havia se convertido no IRS estava presente, o momento antes da palavra final do Pastor era direcionado a ele, que fazia algumas reflexões com base na Bíblia e no seu testemunho de vida. Gritos de “Aleluia”, “Glória a Deus”, “Amém”, “*Ta repreendido em nome de Jesus*” e palmas eram comuns durante o encontro. Algumas vezes, enquanto estacionava o carro na entrada do presídio, já era possível saber que o culto havia começado. Nos cultos havia sempre cerca de 30 participantes. O pastor chegou a dizer que antes do período de transferência para a nova unidade prisional cerca de 100 homens participavam dos encontros. Ele também explicava o esvaziamento pela quantidade de internos trabalhando no momento dos cultos.

A Pastoral Carcerária fazia as suas atividades no IRS na terça-feira. Geralmente começava às 13 horas e 30 minutos e ia até as 15 horas. Cerca de cinco mulheres conduziam os encontros. Estes também começavam com alguns cânticos e posteriormente era feita a leitura da Bíblia, que era seguida por reflexões. Neste momento, a palavra também era aberta aos participantes e em alguns momentos confundia-se com um bate papo. Alguns cantos finalizavam a celebração, que durava cerca de uma hora. O período restante era usado para conversar com os participantes, que buscavam saber da situação processual – os voluntários anotavam os nomes dos internos que solicitavam informações do seu processo e as traziam na semana seguinte. Conversavam também sobre as condições do presídio. Parecia haver uma aliança entre os participantes e voluntários da Pastoral, que se uniam para denunciar situações de violência e das difíceis condições de vida no presídio. Ofícios chegaram a ser feitos, em alguns encontros, e os agentes da Pastoral eram os responsáveis por levar a denúncia adiante.

Uma voluntária disse que era preciso “*anunciar e denunciar*” – anunciar a Palavra de Deus e

⁵ As revelações são manifestações divinas, nas quais Deus usa uma pessoa para transmitir mensagens, informações à igreja, de acordo com os escritos e os ensinamentos bíblicos. São dons sobrenaturais. Por exemplo, no decorrer de um culto o líder pode mudar a sua liturgia, pois percebe que Deus tem algo importante, às vezes inesperado, para ser transmitido à igreja ou a determinadas pessoas presentes.

denunciar as dificuldades vivenciadas no presídio. Passado esse momento o encontro era finalizado com a oração do Pai Nosso. Todos rezavam de mãos dadas, formando um círculo. Segundo uma agente da Pastoral *“eles não formavam uma corrente, porque a corrente aprisiona, mas elos, porque o elo dá força”*. A quantidade de participantes era similar à verificada nos grupos evangélicos.

A assistência religiosa espírita tinha a peculiaridade de envolver poucos participantes do IRS. Assim como os evangélicos e católicos, os agentes espíritas explicavam o esvaziamento devido à transferência de internos para o presídio novo, além da questão do horário de trabalho. Nos encontros, havia um participante assíduo, que frequentava o grupo há pouco mais de um ano. Algumas vezes o encontro aconteceu só com ele. Outras vezes com três ou cinco pessoas. Diziam os voluntários espíritas que a quantidade de pessoas não importava, até mesmo porque *“irmãos do plano espiritual estavam presentes naquele momento”*. Falavam também do preconceito que sentiam, dizendo que alguns agentes penitenciários quando iam chamar os participantes para o encontro usavam termos pejorativos, como macumbeiros ou grupo da macumba. Atribuía a ausência de participantes também devido a essa questão. Quanto à organização das atividades, começava com uma prece e a continuidade era no estilo de uma palestra. Um tema da doutrina espírita era escolhido para discussão e um agente religioso ficava responsável pela condução do encontro. Levavam sempre informativos, para leitura do tema escolhido. As leituras eram intercaladas com reflexões e perguntas dos participantes. Ao final, outra prece era realizada. O encontro durava cerca de uma hora e meia e, geralmente, se estendia até 15 horas.

Passado esse período de observações e contato com os participantes, foi iniciada a segunda etapa da coleta de dados, a realização de entrevistas individuais – com internos do IRS e agentes religiosos. Essa etapa durou pouco mais de dois meses.

As idas ao presídio já não aconteciam nos dias da assistência religiosa. Pelo contrário, a direção da unidade aconselhou que eu fosse nas quartas ou quintas-feiras, sempre no horário da manhã, pois o acesso aos entrevistados seria mais fácil já que estavam no momento de banho de sol. O banho de sol começava 9 horas, quando as celas eram abertas e as pessoas podiam ficar nos pátios e pelas galerias, e durava até 14 horas.

As entrevistas iniciais aconteceram com algumas pessoas que haviam se voluntariado (os nomes haviam sido anotados nos dias das atividades religiosas). Vivenciei, nesse momento, a primeira dificuldade na coleta de dados. Muitas das pessoas que se voluntariaram para a entrevista já não estavam mais no IRS: haviam sido transferidas de presídio, ou trabalhavam fora da instituição, no horário disponível para realizar as entrevistas.

A parceria com os agentes penitenciários foi fundamental para conseguir novos participantes para a pesquisa. Junto deles, ia até as galerias, ao pátio do banho de sol e às celas para falar do estudo e seus objetivos. Fazia questão de deixar claro o caráter voluntário da participação. O acesso à maioria dos entrevistados deu-se por meio desses contatos.

A proposta inicial era entrevistar três participantes de cada grupo: católicos, evangélicos, espíritas e pessoas que não participavam dos encontros religiosos. No entanto, percebi que não seria possível atingir essa meta para o grupo dos espíritas. Nas buscas, não encontrava alguém que frequentasse esse grupo e os agentes penitenciários diziam que, no momento, só tinha na unidade um participante dessa atividade, que já havia sido entrevistado.

Estava por finalizar a coleta de dados, faltavam apenas duas entrevistas, quando mais um obstáculo surgiu. Cheguei ao Complexo Penitenciário, tudo conforme os dias anteriores. No IRS fui recebido por um agente penitenciário que era novo para mim, com quem nunca havia estado, e por isso ele nada sabia da pesquisa. Expliquei do que se tratava e como estava procedendo para realizar as entrevistas. Ao saber da gravação em áudio ele entrou em contato

com a administração e me encaminhou para tratar do assunto pessoalmente com o responsável pelo presídio, que era o subdiretor da unidade (o diretor estava ficando mais tempo no Complexo recém construído e na sua ausência o subdiretor quem o representava). Apesar de explicar que as entrevistas já estavam acontecendo, o subdiretor solicitou uma autorização formal da SEJUS, especificamente para essa questão, já que no ofício da liberação inicial não havia nada que relatasse sobre esse procedimento da coleta de dados. Tentei argumentar dizendo que o foco da pesquisa era a experiência religiosa e que até então tudo estava correndo bem. A sua resposta foi bem direta: “*E o foco do presídio é a segurança*”, o que me fez lembrar uma reflexão de Wacquant (2001) que diz que a segurança e a austeridade dominam o funcionamento interno dos estabelecimentos penais, sendo o objetivo de reinserção reduzido apenas a slogan de marketing burocrático.

Após conseguir a autorização da SEJUS para as gravações em áudio, voltei ao IRS para finalizar a coleta de dados com os internos.

Concomitante à coleta com os internos também foram realizadas as entrevistas com os agentes religiosos. Como já tinha contato com eles, devido aos dias de observação das atividades no presídio, não foi difícil marcar as entrevistas, que aconteceram fora do IRS, nos dias, locais e horários marcados pelos entrevistados.

O período de coleta de dados foi, sem dúvida, muito interessante. Foi possível observar situações que revelavam um pouco do funcionamento da instituição, por exemplo, sobre o trabalho e a transferência de internos para uma nova unidade prisional. Referente às práticas religiosas, essa vivência possibilitou-me compreender aspectos que somente pelas entrevistas individuais não seria possível.

5 – RESULTADOS

5.1 – A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO IRS SEGUNDO AGENTES RELIGIOSOS

A primeira etapa do estudo nos possibilitou adquirir importantes informações acerca da assistência religiosa na unidade prisional. Entretanto, as entrevistas realizadas com os agentes religiosos católicos, evangélicos e espíritas nos permitiram compreender melhor o modo como as atividades de cada grupo são conduzidas, bem como seus objetivos.

Os resultados serão apresentados a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), geradas pelo *software* Alceste.

5.1.1 – A Classificação Hierárquica Descendente

O *corpus* analisado pelo Alceste foi composto por seis UCIs, que correspondem as entrevistas feitas com voluntários religiosos do IRS.

Ao realizar a análise o *software* gerou 593 UCEs, das quais 477 foram analisadas. Cerca de 80% das UCEs foram consideradas pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), fato que nos permite dizer que houve um bom aproveitamento dos dados (Camargo, 2005).

O dendrograma gerado, produto da CHD, está representado pela figura abaixo.

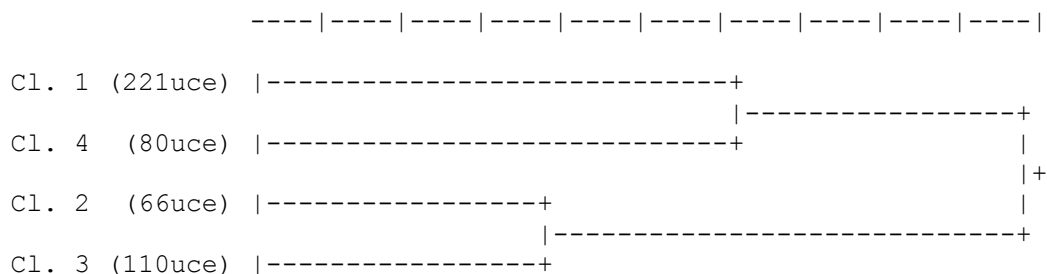


Figura 1. Dendrograma dos voluntários religiosos

É possível observar que inicialmente o corpus foi dividido em dois *subcorpora*, originando dois eixos ($R^6=0,02$). No primeiro eixo temos as classes 1 e 4 ($R=0,38$) e no segundo eixo as classes 2 e 3 ($R=0,62$).

Para a descrição do vocabulário das classes consideramos dois critérios simultâneos, que nos permitiram selecionar as palavras características de cada classe. O critério da frequência mínima da palavra ($f \geq 9$) e o critério do qui-quadrado ($\chi^2 > 3,17$), indicados no relatório gerado pelo *software*. O qui-quadrado nos permite verificar o grau de associação das palavras à classe.

A interpretação dos resultados foi feita considerando-se as 15 palavras mais representativas de cada classe, selecionadas a partir do valor do qui-quadrado em ordem decrescente. A compreensão dos conteúdos foi possível pela leitura das UCEs listadas pelo Alceste.

5.1.1.1 - Transformação do universo prisional por meio da assistência religiosa

Os discursos dos católicos e espíritas compuseram esse eixo.

⁶ O R corresponde ao material compartilhado entre as classes do dendrograma.

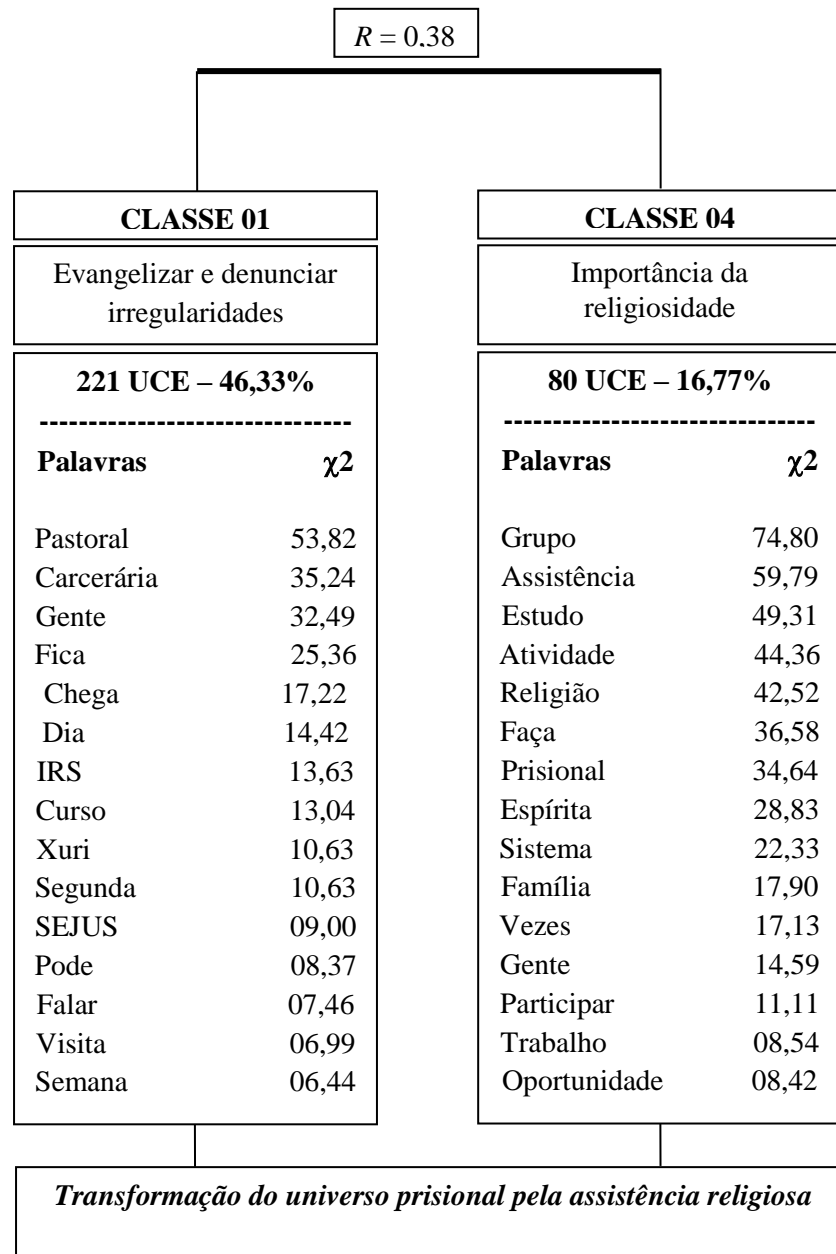


Figura 2. Eixo 1 do dendrograma dos voluntários religiosos

Na primeira classe, que nomeamos “Evangelizar e denunciar irregularidades”, o discurso dos entrevistados católicos é o predominante e os temas abordados dizem respeito à assistência religiosa desenvolvida pela Pastoral Carcerária.

Os entrevistados falam dos objetivos da Pastoral Carcerária, apontando a necessidade da evangelização no presídio, percebida como instrumento de transformação pessoal e de luta por melhores condições de vida na penitenciária, sendo este o objetivo mais enfatizado pelos

agentes religiosos católicos. Ele diz respeito ao compromisso que a Pastoral Carcerária assume em denunciar irregularidades no presídio para assegurar melhores condições de vida aos detentos.

Os agentes religiosos explicitam essa questão dizendo dos documentos que são elaborados, junto com os internos, para serem destinados aos órgãos públicos, como o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Justiça, de modo que sejam averiguadas as condições do presídio e os direitos dos internos sejam garantidos. Situações de maus tratos, abuso de autoridade, precariedade da alimentação, dentre outras questões, são os alvos das denúncias realizadas.

*[...] então quando nós **chegamos** na outra **semana** ele já estava de alvará e pediu um outro preso pra agradecer a **Pastoral Carcerária** pelo pedido que ela fez e o outro preso estava com a carta lá pra **gente** entregar pro promotor. Aí eu fui no promotor, entreguei essa carta pro promotor e pedi a ele que lesse com carinho e desse bastante atenção aquela carta, a qual os presos estavam falando o que estavam sentindo no **IRS** (Cristina).*

*Logo na nossa **chegada** ele **ficava** numa cela assim, ele gritava tanto que atrapalhava o nosso trabalho, de tanto que ele gritava. Então depois ele começou a ir na **Pastoral**, pedir pra **gente** entregar essa carta pro secretário de justiça, promotor e a **gente** pegando. E a **gente** lia as cartas primeiro, antes de ser entregue e ia lá e protocolava (Carmem).*

A participação da Pastoral Carcerária em outras unidades prisionais é relatada, mostrando que há um grupo maior de pessoas que está envolvido no mesmo trabalho.

*Eu não tenho problema nenhum, nem aqui no **IRS**, nem na casa de detenção, nem na casa de passagem que era antigamente, que a **gente** visitava também, nem no seguro da casa de detenção que a gente visitava também e nem agora lá no **Xuri**. [...] nós estamos no **IRS**,*

mas tem um grupo que visita a CDP, que é o grupo que visita na segunda feira, segunda e quinta no CDP (Cristina).

As dificuldades vivenciadas também são apontadas, sendo ressaltada principalmente a necessidade de outros membros ingressarem na Pastoral, pois a quantidade de pessoas ainda limita uma atuação mais exitosa do grupo católico nas penitenciárias.

Dois fatores são considerados pelos entrevistados quando falam da dificuldade em conseguir mais membros para a Pastoral Carcerária: o preconceito da comunidade direcionado ao presidiário e os requisitos exigidos pela igreja para ingresso no grupo. Segundo as entrevistadas é necessário que os voluntários passem por cursos de formação, oferecidos pela igreja, antes de iniciarem as atividades nos presídios. Contudo, algumas pessoas, apesar do interesse, não têm a possibilidade de participar da formação inicial por estarem envolvidas com outras funções (seja religiosa, familiar ou profissional).

A gente fala, “padre, pelo amor de Deus, diminui esses cursos, pra que eles venham pra fazer visita com nós, porque como o senhor está vendo nós estamos com poucos agentes de pastoral e daqui que eles vão fazer esses cursos todos, que vai pra SEJUS” (Cristina).

Uma avaliação da faixa etária da população carcerária também é realizada. As entrevistadas dizem que atualmente é preocupante a quantidade de jovens nos presídios, fazendo uma relação com o passado, quando começaram as atividades na Pastoral Carcerária.

É isso aí que você vê nos presídios hoje, porque o presídio hoje é feito de jovens. Os presídios eram feito de senhores de idade [...]. Hoje você vai no presídio feminino, você vai no IRS, você vai na CASCUVV, vai no Xuri e você olha assim e você fica de boca aberta, quantos jovens, quantos jovens que a gente vê ali dentro (Carmem).

Relacionada à classe 1 temos a classe 4, que fala da “Importância da religiosidade” na vida do interno e para a melhoria dos relacionamentos estabelecidas no ambiente prisional. O discurso dos espíritas é o mais presente nesta classe.

Os entrevistados falam da assistência religiosa como um direito previsto em lei, mas acima de tudo como um instrumento de transformação da pessoa e das relações prisionais, principalmente diante das dificuldades e limitações vivenciadas na prisão e da ruptura na vida causada pelo encarceramento. Não falam exclusivamente da assistência religiosa espírita, mas da necessidade da religiosidade na vida do homem, independente de doutrina ou denominação religiosa que a pessoa seguir.

*Eu acredito e muito porque a **assistência religiosa**, veja bem, porque a maioria das pessoas estão presas lá dentro? Porque quando a pessoa vai presa, olha só a ruptura na vida dele, primeiro a **família**, segundo o **trabalho**, o **estudo** e a religiosidade dele se desestrutura, porque isso raramente ele tem no presídio (Edson).*

*[...] então assim, eu acho que é muito profícuo e muito exitoso o **trabalho** que as **assistências religiosas** prestam nos presídios porque muitas vezes o preso está ali sem família, sem condições básicas de higiene, sem condições humanas, inclusive, de alojamento, de estrutura que eu acho que a **gente** peca muito no **sistema prisional brasileiro** (Eduardo).*

Enfatizam, porém, que a administração prisional não percebe a importância da assistência religiosa no presídio e esse fato é visto como uma dificuldade na realização dos trabalhos do grupo.

*O que a **gente** percebe, às vezes, o que eu percebo, a **gente** não, no caso sou eu, o que eu percebo, às vezes, é que a administração **prisional** não consegue perceber os objetivos de*

*você ter **assistência religiosa** na prisão e principalmente dos reflexos que poderiam ter lá dentro, do **sistema lá dentro** (Eduardo).*

Outra questão abordada, somente pelos entrevistados espíritas, diz respeito ao preconceito. Eles falaram que sentem, em alguns momentos, discriminação e preconceito, devido a uma representação pejorativa do trabalho que realizam. Diante dessa representação, consideram que alguns agentes penitenciários dificultam a liberação dos presos para participarem dos encontros religiosos espíritas.

*[...] só que tem certas, certos plantonistas, certos funcionários lá que criam certa resistência. O preconceito, às vezes, pela doutrina **espírita**, não conhecer o **trabalho** nosso e eles acabam dificultando um pouco na triagem a liberação dos prisioneiros para virem das alas lá (Eduardo).*

Falando exclusivamente dos objetivos da assistência espírita, os entrevistados dizem da importância da evangelização, por meio da doutrina religiosa embasada em três aspectos - ciência, filosofia e religião. Por meio desses aspectos discutem questões relacionadas às condições de vida e ao processo de ressocialização. Outro objetivo é a assistência material, que procura suprir a necessidade de materiais básicos para a higiene e alimentação, necessários para uma melhor condição de vida na prisão.

*[...] preencher um pouco dessa ausência de condições materiais mínimos, por exemplo, de higiene, no caso, que falta muito isso. E o outro que é o da **religiosidade**, tentar preencher esse espaço do presidiário no lado da **religiosidade**. Esses seriam os objetivos básicos da nossa **atividade dentro do sistema prisional** (Edson).*

5.1.1.2 - A conversão como foco da assistência religiosa

Neste eixo o discurso dos entrevistados protestantes é o mais representativo.

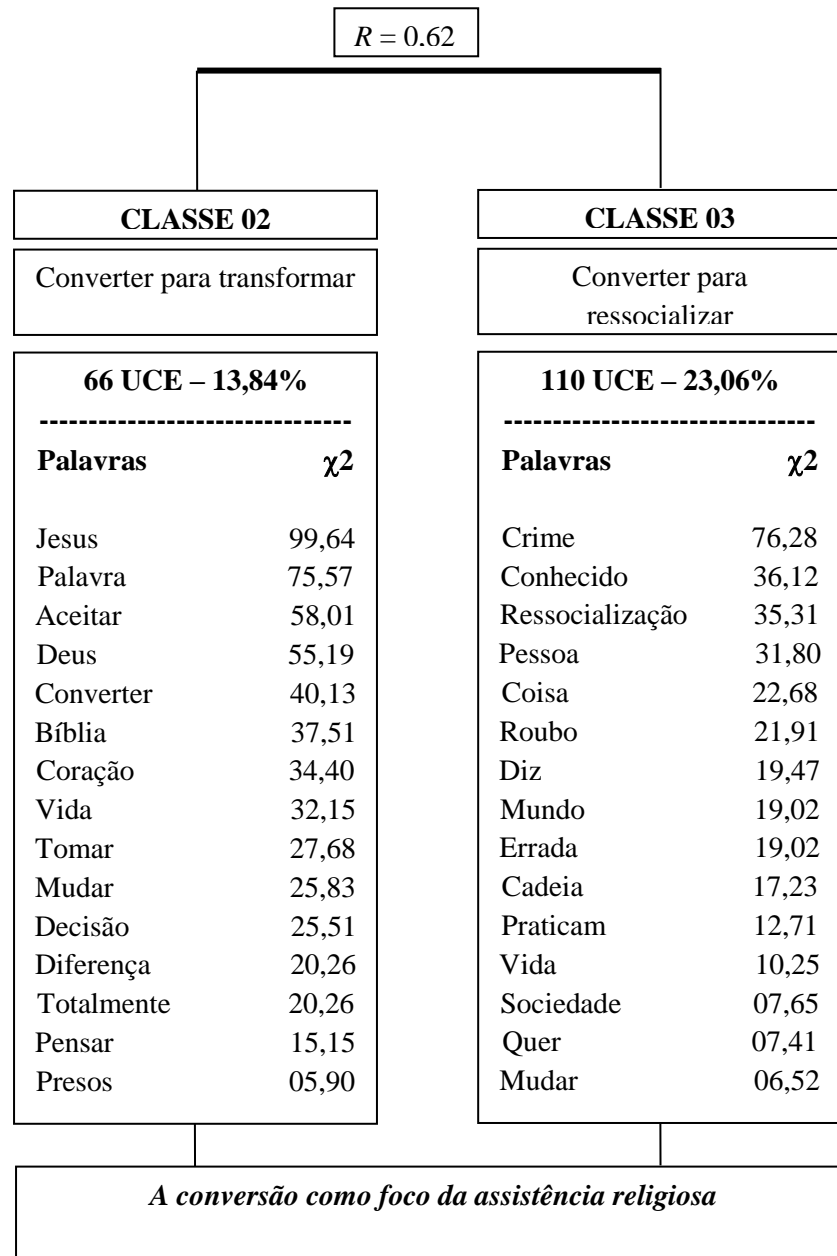


Figura 3. Eixo 2 do dendrograma dos voluntários religiosos

Na classe 2, “Converter para transformar”, observamos o discurso que compreende a assistência religiosa nas prisões como instrumento capaz de transformar a vida dos internos,

com base nos ensinamentos cristãos. Os entrevistados falam, então, da necessidade da evangelização no presídio e do trabalho realizado, focado na conversão religiosa.

*[...] essa **conversão** parte da hora que a pessoa toma a iniciativa de a pessoa entregar a sua **vida totalmente** pra **Jesus**, da **Palavra** ser pregada por intermédio da **Bíblia**, ser entregada pra eles e eles entenderem que a **Palavra** ela é de significância pra **vida** deles (Paulo).*

Sobre a conversão, os entrevistados falam de uma “conversão verdadeira”, que só é possível quando a pessoa faz um compromisso com Deus e entrega a sua vida para Ele. Entendem que só por meio dessa conversão legítima o homem é capaz de transformar-se, mudar de comportamento. A mudança de comportamento é ressaltada pelo abandono da vida no crime e a construção de uma vida nova, pautada nos ensinamentos bíblicos, com novas regras de comportamento. Assim, a Bíblia passa a ser o livro que rege a vida homem.

*Realmente eles **mudam** de **tomar** aquela **decisão**, aquela **decisão** que eles iam **tomar**, porque realmente a **Palavra de Deus**, a **Palavra de Jesus Cristo** é que faz a **diferença**, **muda** o procedimento do homem [...] que quando a pessoa não tem a conversão, não se **converte**, tem um espírito mau que acompanha e o espírito mau somente é retirado quando a **palavra de Deus** entra (Pedro).*

Além do objetivo da conversão, os entrevistados entendem que a vida religiosa no presídio pode ser um conforto para o interno, um caminho para uma vida feliz em meio ao encarceramento. Esse aspecto é ressaltado por um agente religioso que se converteu na prisão, portanto, explicita essa questão dizendo de uma experiência pessoal.

*Só no momento quando os irmãos vinham de fora pra fazer um culto, um louvor, aquilo ali comovia o meu **coração**. Então os **presos** se sentem bem e os **presos** estando bem flui nos*

*nossos **corações**, entra nos nossos **corações**, trabalha nas nossas **vidas**, tira àquela angústia, tira àquela tristeza, nós se sente feliz (Pedro).*

A classe 3, “Converter para ressocializar”, apresenta um discurso que diz respeito aos significados de criminoso e da ressocialização.

Os entrevistados entendem que o homem tem o livre arbítrio para tomar as decisões na vida e por isso o envolvimento com o crime é fruto de uma escolha pessoal. Como uma escolha, é responsabilidade e dever do homem pagar pelos atos que cometeu. Assim, compartilham a ideia de que o criminoso é o único responsável pela sua condição de vida.

*[...] ninguém leva ninguém pra vida **errada**, a **pessoa** tem o livre arbítrio pra escolher o que ele quer pra vida dele. Vou te fazer uma pergunta, por que você não se corrompeu por **coisas erradas**? Eu convivo com **pessoas** que praticam **crimes**, porque eu faço visita em presídios, mas eu não me corrompo (Pedro).*

Da mesma forma, a conversão religiosa no presídio partiria de escolha e esforço pessoal e seria um passo para a ressocialização do preso. As mudanças de comportamento, ainda em meio ao encarceramento, podem ser compreendidas como indícios da transformação do homem, da ressocialização. O convertido, na penitenciária, deixa de usar gírias, muda a forma de se vestir, não fala palavrões, abandona a vida no crime.

*[...] uma **pessoa ressocializada** através da Palavra de Deus. Por exemplo, ela matava e não mata mais, roubava e já não rouba mais. A conversão ela somente é confirmada quando ela deixa o **erro**, quando realmente ela prova as suas obras, porque a gente falar que nós somos convertidos, que nós somos crentes, que nós nos convertemos é a **coisa** mais fácil (Pedro).*

*[...] então esses realmente convertidos são realmente **conhecidos** como crentes. Lá, na verdade, o preso que é convertido como crente é aquele que realmente abandonou o **crime** e que não anda mais **praticando** gírias, preso que fala gírias, que fica na frente de uma televisão (Paulo).*

Nesse sentido, a vida religiosa na prisão pode ser entendida como uma preparação para a liberdade, e o encarceramento, para alguns entrevistados, seria uma oportunidade que Deus propiciou ao detento convertido para que ele constituísse uma vida nova.

*[...] porque eu já não **queria**, eu já sentia uma angústia tão grande que eu passei lá dentro, longe da família, muitas decepções. Então eu pedia a Deus pra me deixar um bom tempo lá pra que eu viesse a me **ressocializar**, pra que eu viesse sair preparado pra encarar as **coisas do mundo**, pra eu encarar as **coisas que eu praticava** (Pedro).*

5.1.2 – A Análise Fatorial de Correspondência

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) nos permitiu fazer uma análise complementar à realizada pela CHD. Na figura abaixo é possível observar no plano fatorial as formas reduzidas das palavras, a variável referente à pertença religiosa dos entrevistados, o Eixo 1 (x), formado pelos pólos Indivíduo e Coletivo, e o Eixo 2 (y), com os pólos Presente e Futuro.

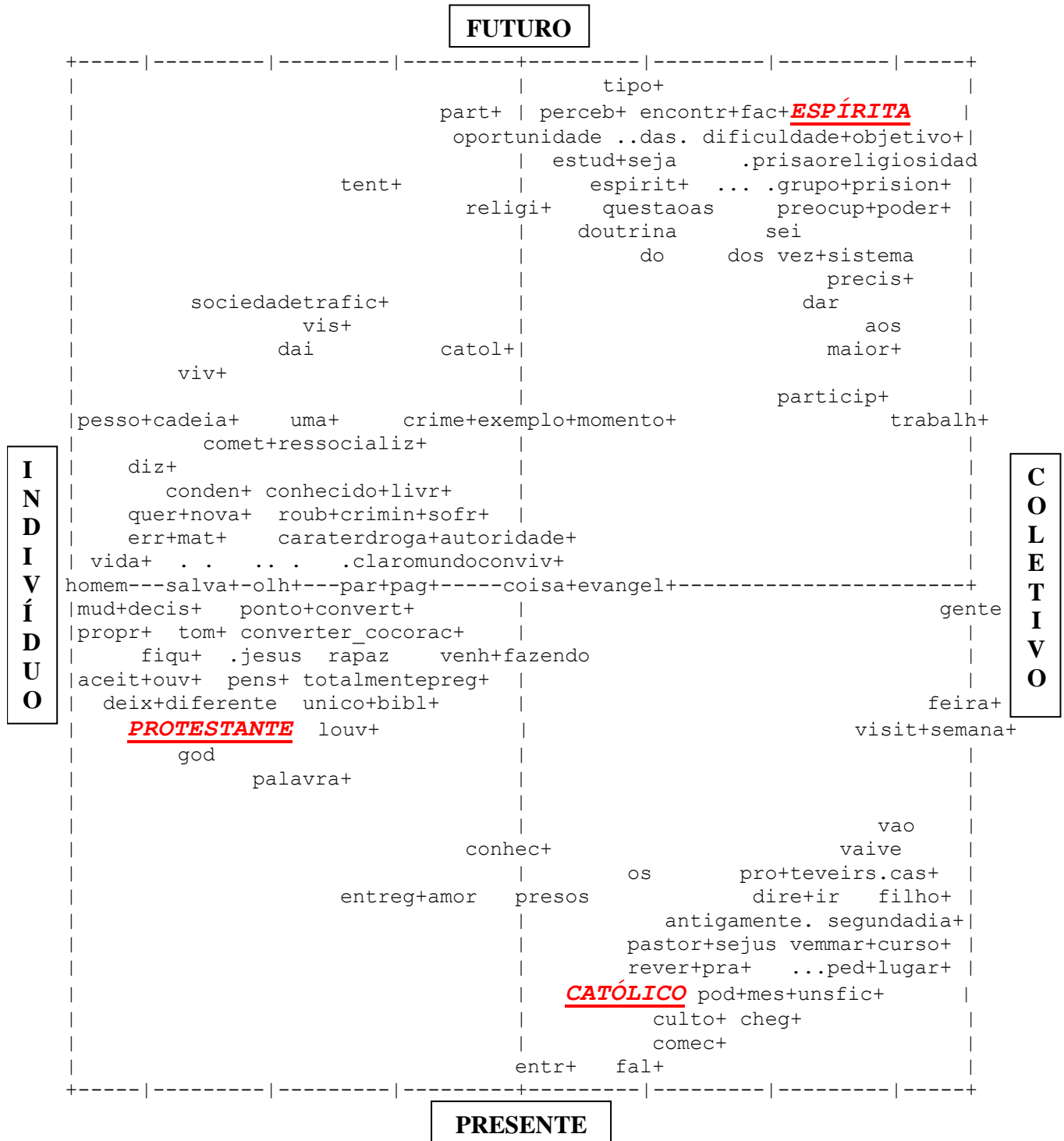


Figura 4. Formas reduzidas, variável de grupo, eixos e pólos no plano fatorial.

A partir da identificação dos pólos dos eixos e das análises feitas por meio da CHD fizemos a seguinte nomeação para os agrupamentos de elementos dispostos no plano fatorial.

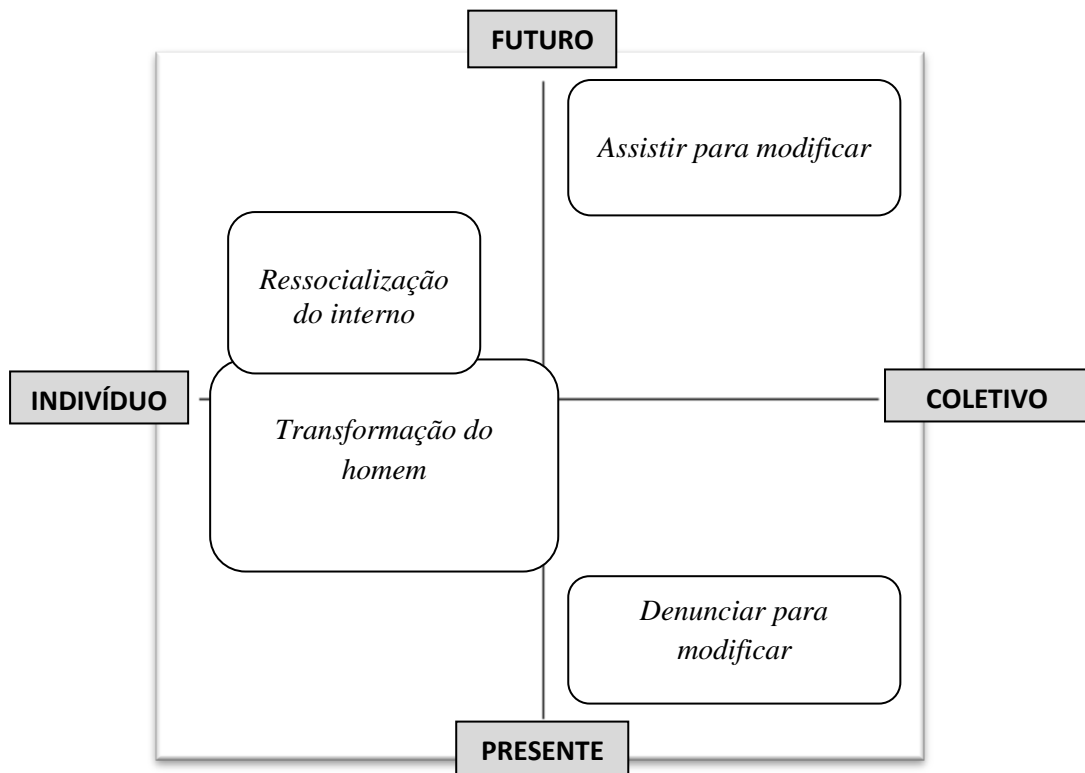


Figura 5. Categorização dos elementos no plano fatorial.

Os elementos próximos ao pólo Indivíduo, no Eixo 1 (x), foram nomeados “Ressocialização do interno” e “Transformação do homem” e estão fortemente associados. Corresponde ao discurso dos protestantes e a assistência religiosa é percebida como um instrumento de conversão. A conversão é importante para a transformação do homem no presídio, condição presente, mas também como um meio de alcançar a ressocialização, expectativa para o futuro do interno. Podemos compreender, então, que o trabalho realizado pelos agentes religiosos é focado no indivíduo, já que a conversão fala de uma experiência pessoal.

O agrupamento das formas (radicais das palavras) próximo aos pólos Coletivo (Eixo 1) e Futuro (Eixo 2) recebeu o nome de “Assistir para modificar”. Diz respeito ao discurso dos entrevistados espíritas. Para eles a assistência religiosa é vista como um meio de se buscar transformações no universo prisional, transformações possíveis a partir da criação de

oportunidades para o interno, que refletiriam nas relações prisionais e potencializariam a ressocialização.

Próximo aos pólos Coletivo (Eixo 1) e Presente (Eixo 2) observamos a disposição de elementos que configuram o discurso dos católicos, que nomeamos “Denunciar para modificar”. Assim como para os Espíritas, o trabalho parece ser mais voltado para o coletivo. Os católicos enfatizam a necessidade de buscar melhorias no presídio, para que o encarceramento, atual condição, possa ser vivenciado mais dignamente. Os agentes religiosos buscam então, junto dos internos, identificar as demandas do presídio e procuram resolvê-las por meio de denúncias feitas aos órgãos governamentais.

5.2 – FACES DA VIDA PRISIONAL E RELIGIOSA: OUVINDO OS INTERNOS

Assim como na seção anterior, os resultados das entrevistas realizadas com os internos do IRS serão apresentados segundo as duas análises geradas pelo Alceste.

5.2.1 – A Classificação Hierárquica Descendente

O *corpus* analisado pelo Alceste foi composto por 11 UCIs, que correspondem as entrevistas feitas com internos do IRS.

O *software* gerou 1090 UCEs das quais 871 foram analisadas. Tivemos, assim, um bom aproveitamento dos dados, pois cerca de 80% das UCEs foram consideradas pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), semelhante à análise dos dados referente aos agentes religiosos.

Abaixo está apresentado o dendrograma dos internos do IRS.

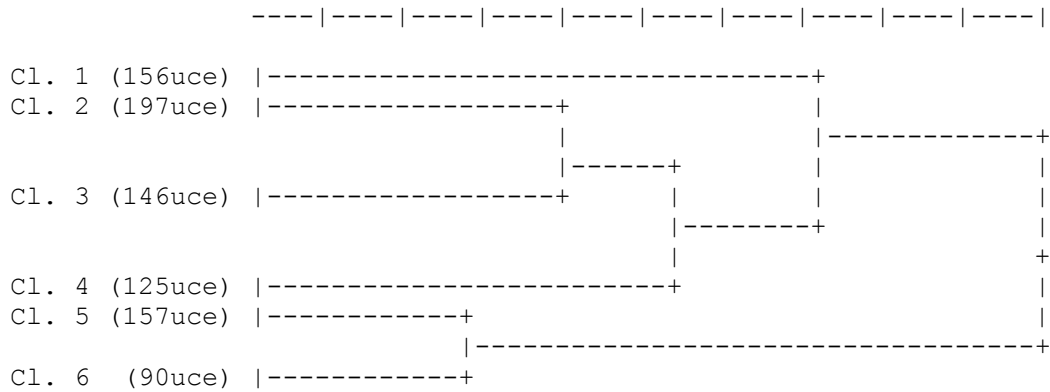


Figura 6. Dendrograma dos internos do IRS

A divisão inicial originou dois eixos ($R=0,00$), que configuram dois *subcorpora*. No primeiro ocorreram mais três divisões, que originaram as classes 1, 2, 3 e 4. As classes 2 e 3 são as mais relacionadas nesse eixo ($R=0,60$) e ambas estão associadas à classe 4 ($R=0,46$). Por fim a classe 1 está associada as demais que organizam esse eixo ($R=0,28$).

O segundo *subcorpora* sofreu apenas mais uma divisão e originou as classes 5 e 6 ($R=0,72$), as mais associadas no dendrograma.

Os critérios adotados para a descrição do vocabulário das classes foram os mesmos utilizados para as análises realizadas com os dados dos agentes religiosos – a frequência mínima da palavra ($f \geq 11$) e o valor do qui-quadrado ($\chi^2 > 3,17$), informados no relatório gerado pelo programa. Também selecionamos as 15 palavras mais representativas de cada classe e fizemos a leitura das UCEs para a compreensão dos conteúdos presentes nas classes.

5.2.1.1 – Trajetórias na prisão

Neste eixo, a partir da análise do *software*, a variável tempo de encarceramento dos participantes foi importante na interpretação dos conteúdos presentes nas classes do dendrograma.

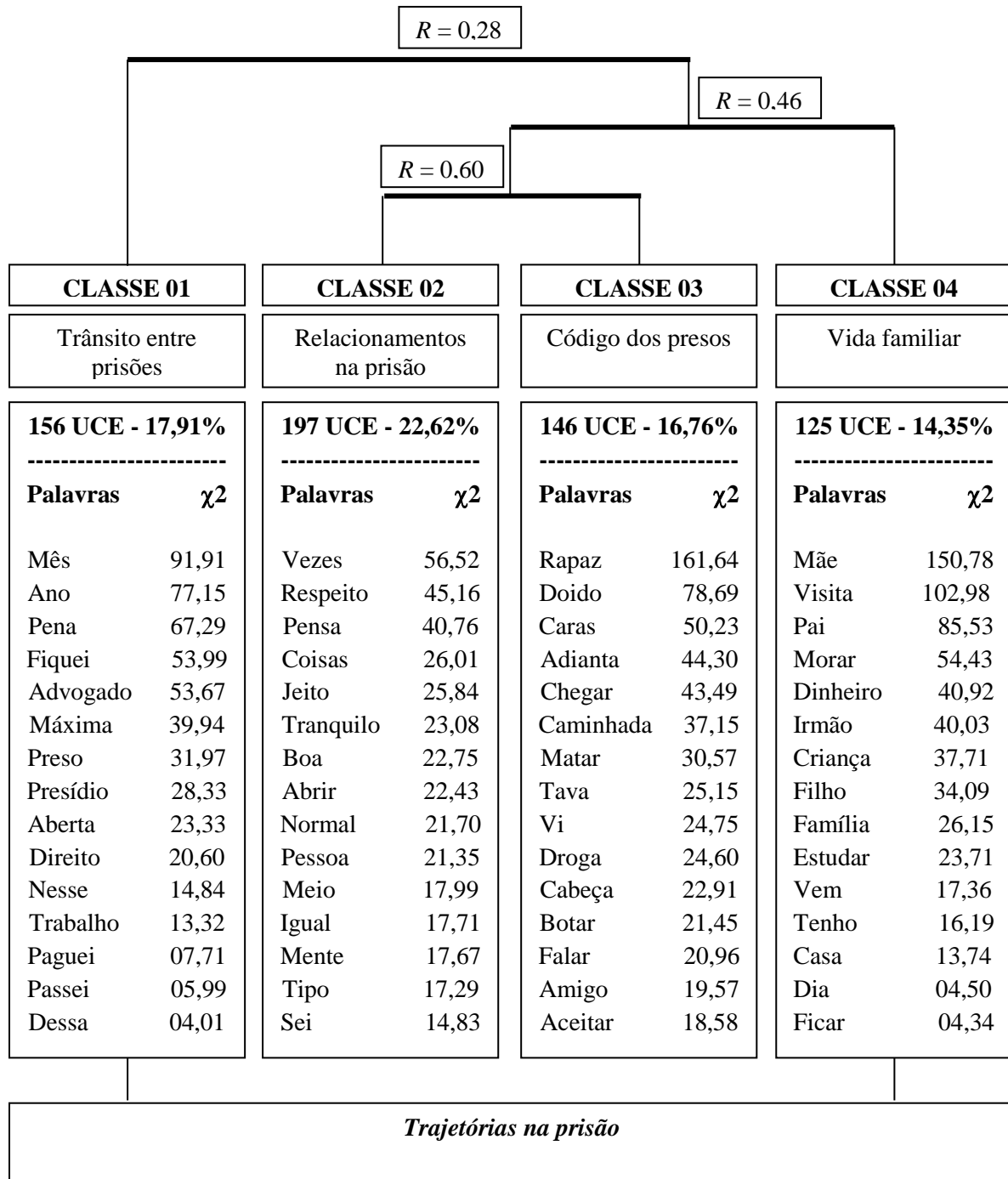


Figura 7. Eixo 1 do dendrograma dos internos do IRS

Na classe 1, “Trânsito entre prisões”, temos narrativas que dizem de alguns aspectos vivenciados pelos entrevistados durante o período de encarceramento. Esse período é um aspecto importante nessa classe, sendo as falas daqueles com mais de 10 anos de prisão predominantes.

Os internos falam do cumprimento da pena em diferentes unidades prisionais, seja pela reincidência criminal ou por transferências. As transferências de uma unidade prisional a outra são justificadas sob o aspecto legal, em virtude da progressão ou regressão de regime. A progressão, direito adquirido pelo tempo de encarceramento. A regressão, devido alguma sanção pela realização de atividade ilegal na prisão.

*[...] eu **passei** por vários **presídios**. Desde quando eu entrei não tive nenhuma liberdade ainda não, só foi de transferência. Eu já **passei** aqui na Casa de Passagem, já **passei** na Casa de Custódia, no MOSESP II que hoje é a **Máxima I**, já **passei** na Média II e agora eu vim pra cá, pro IRS (Pablo).*

*[...] aí eu fui regredido da minha **pena**, fui regredido, fui lá pra Casa de Detenção, **paguei** um **ano** e dois **meses** lá na Serra, depois fui lá pra Casa de Custódia, pro CDP, **fiquei** três **meses** lá e depois me mandaram pra Xuri e **fiquei** mais três **meses** (Plínio).*

Além do trânsito entre unidades prisionais, outra possibilidade de sair da prisão é lembrada: o direito a saída temporária em épocas comemorativas (Natal, virada de ano, dia dos pais).

*[...] eu, praticamente eu **fiquei**, todos os meus colegas de saída temporária e eu praticamente **fiquei** sozinho, ficou só mais um na galeria comigo **nesse** período todinho de natal. Então eu pensei até, passou em minha cabeça ideias suicidas (Ernesto).*

*Um **ano** e oito **meses**. [...] no IRS tem uns seis **meses**, seis **meses** que estou aqui. CDP, CDP, CDP de Colatina. Teve a saída temporária, que foi em dezembro, depois em março e agora **nesse mês** de maio (Nestor).*

Outra possibilidade na prisão, explicitada nessa classe, é a do interno trabalhar. Entretanto, o trabalho aqui é associado a uma sanção e não visto como um direito legal.

[...] então, por causa desses cinco chips eu tomei, eu assinei uma sanção de seis meses, paguei a sanção de seis meses e depois dessa sanção de seis meses eu fui regredido, paguei ela trabalhando, trabalhando aí fora na capina [...] (Plínio).

Enquanto na classe 1 os entrevistados falam sobre o período de encarceramento, trazendo elementos que dizem respeito à trajetória na prisão, passado e presente, na classe 2 o discurso aponta para a vida atual no presídio e refere-se aos “Relacionamentos na prisão” – entre os internos e destes com os funcionários. São as falas dos entrevistados que estão entre dois e cinco anos presos que predominam nessa classe.

Sobre o relacionamento entre os internos, os entrevistados apontam o respeito como o aspecto principal. Apesar das singularidades serem consideradas, visto que cada um tem uma história de vida única, a condição de preso, semelhante a todos, é ressaltada e o respeito é visto como um aspecto necessário para uma melhor vivência na prisão.

É Normal, o respeito prevalece. Todo mundo respeita, respeita. É raro ter um desentendimento, ninguém é perfeito, às vezes tem um momento assim de um estar estressado e acaba atingindo uma pessoa, mas não é comum não, é raro (Nei).

[...] então um tem um sistema de pensar de um jeito, outro tem um sistema de pensar de outro, a forma é essa. A prisão é igual, mas nós detentos não somos iguais no sentido do cérebro da pessoa, cada um pensa uma coisa e cada um pensa outro (Nelson).

Os entrevistados também falam da ausência de diálogo e da rigidez com que são tratados pelos funcionários do presídio.

[...] porque eles são muito rígidos com uma coisa que não tem necessidade aqui. Por exemplo, tem um diálogo entre você e a autoridade aqui dentro e eles ouvia e amenizava as dificuldades aqui dentro pra satisfazer um problema maior. Às vezes você não tem a

atenção necessária pra explicar pra aquele problema não virar uma situação aqui dentro (Carlos).

O controle psicológico e as mudanças de comportamento são características que os entrevistados falam ter aprendido durante o tempo em que estão presos.

[...] às vezes fica meio inquieto, às vezes fica quase o dia todo ali dentro e então não tem como, o estado de nervos às vezes quer subir. Mas em termos da gente ter um controle psicológico, por a gente conhecer, saber viver um pouquinho e entender as coisas dá pra segurar (Nestor).

A condição do presídio também é abordada. Os entrevistados falam das limitações a que são submetidos, por exemplo, pela precária assistência a saúde, alimentação inadequada. Mas quando comparam as condições do IRS a outros presídios que passaram, apontam o IRS como melhor, apesar das privações vivenciadas.

[...] se eu estivesse trabalhando ia ser bem melhor, por quê? Eu saio de manhã cedo e só volto à noite, pelo menos na rua eu me alimento melhor. Igual aqui, a dificuldade, a dificuldade de remédio. Não sei se você me viu discutindo, discutindo assim, entre aspas, conversando com ele a respeito, poxa eu tenho sinusite crônica, minha família mora lá em Linhares (Patrick).

Fortemente associada à classe 2, temos a classe 3, nomeada “Código dos presos”. Enquanto na segunda classe os relacionamentos entre os internos são abordados, na terceira os entrevistados falam das normas informais, compartilhadas entre os internos, que organizam esses relacionamentos na prisão. São as falas dos entrevistados que estão há menos tempo no presídio (até dois anos) que, predominantemente, compõem essa classe.

As regras estabelecidas por acordos informais entre os internos parecem ser fundamentais não só para a estruturação das relações no presídio, mas também para que a possibilidade de conflitos seja minimizada. Os entrevistados explicitam essa questão dizendo da importância do respeito às mulheres – filhas, mães, esposas ou companheiras dos detentos.

*Até um mudo aprendeu a **falar** hoje no sinal. Então você **aceita** se quiser. A vida do cara muda, o cara. Às vezes você aprende muita coisa. Na cadeia você não vai ficar cantando a mulher dos outros, igual na rua (Cícero).*

A vida religiosa é abordada nessa classe e os entrevistados falam do compromisso estabelecido diante da conversão. Caso seja uma conversão falsa, como eles dizem, “*para se esconder atrás da Bíblia*”, somente para fugir de algum perigo vivenciado na prisão, o interno corre o risco de ser submetido a punições se for descoberta a farsa. Enfatizam, desse modo, a necessidade do convertido se comportar adequadamente na prisão, não fazendo nada que provoque desconfianças ou desaprove sua conduta diante dos companheiros.

*Casos de conversão é, “você **aceitou** Jesus? Já **aceitei**. Ta na igreja? Tô! Então fica firme, porque se você não ficar o pau vai comer. Não adianta você vê o bicho e ir pra igreja. Dever, você vim aqui, pegar essa folha e **falar** que não foi você e sabendo nós que foi você, que você vai ver” (Cícero).*

O discurso presente na classe 4 não é associado a um grupo específico de internos, sendo o conteúdo compartilhado por todos eles. Diz respeito à “vida familiar” e essa parece ser uma questão relevante para todos os entrevistados. Eles falam da importância da família para superarem as dificuldades vivenciadas na prisão e do apoio que recebem para constituírem uma vida diferente quando saírem dela, longe da criminalidade. Neste aspecto, a família é percebida como um fator de apoio para a ressocialização.

Minha mãe mudou todo mundo lá em casa, meu irmão que andava comigo mesmo lado a lado hoje ele é trabalhador. Hoje em dia ele é promotor de loja, está ganhando mil e duzentos reais. Imagina eu ganhando mil e duzentos reais por mês? (Cícero).

Enfatizando ainda mais a importância atribuída à família, os entrevistados falam das visitas recebidas na prisão, geralmente de suas esposas, mães, pais, filhos e irmãos. A visita seria um momento de descontração, de contato com a realidade externa.

Aos familiares é de quinze em quinze dias. Aí é as esposas. Aí domingo já pode vim a esposa com as crianças, as mães. É duas visitas que tem direito. Ou vem sua esposa e sua mãe e os filhos ou vem sua esposa e sua irmã, seu irmão. É duas visitas só. Esse final de semana é de A a J e no outro final de semana é de K a Z (Carlos).

Associando família, visita e religião, os entrevistados falam também dos cultos que são realizados aos domingos, no momento da visita.

[...] dia de final de semana, dia de visita familiar, que é no domingo, tem o culto no pátio e aí tem os irmãos que é interno e os que não e vai lá receber o culto, participar do culto. E aí nisso vai a família que está vindo visitar o interno e acaba indo junto (Nei).

5.2.1.2 – Encarceramento e vida religiosa

Neste eixo, temos as falas de entrevistados sobre a vida religiosa na prisão. A pertença religiosa foi a variável que parece ter organizado os discursos presentes nas classes.

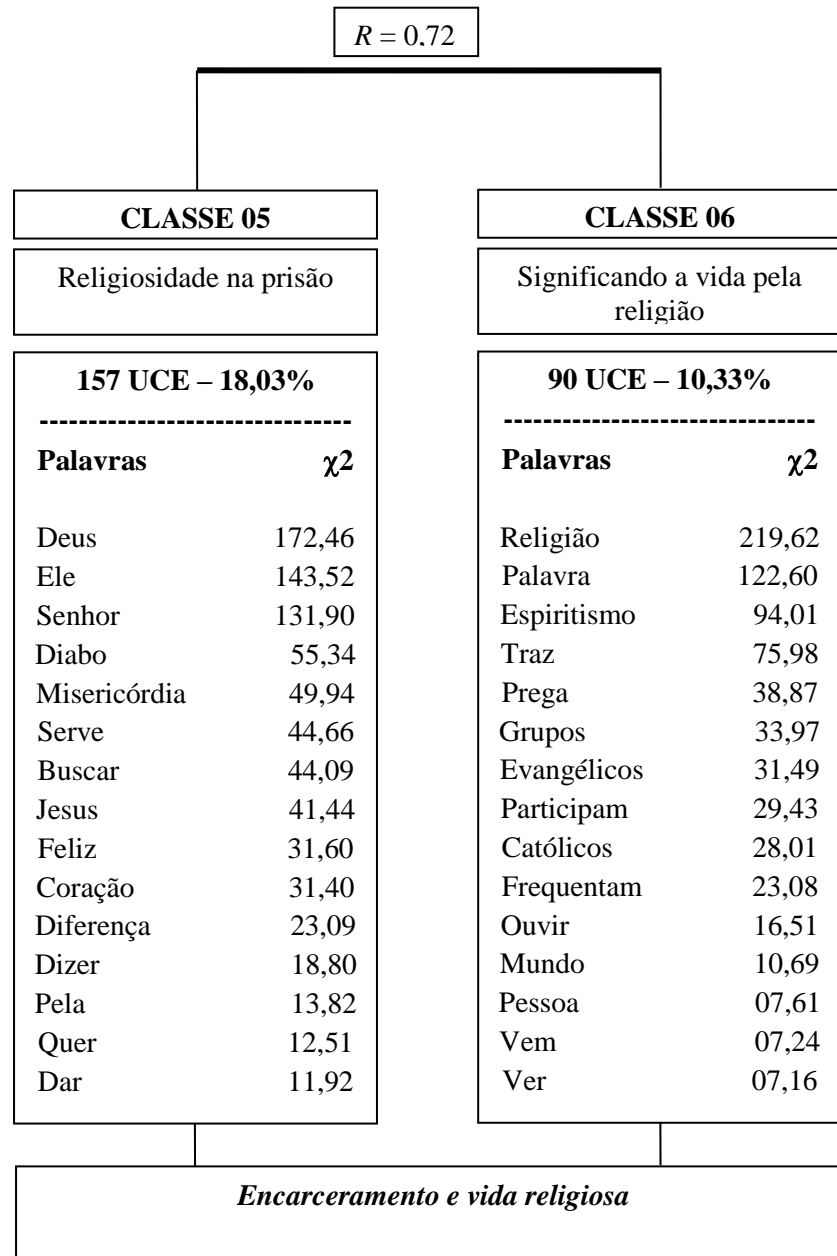


Figura 8. Eixo 2 do dendrograma dos internos do IRS

A experiência religiosa no IRS norteia o discurso presente na classe 5, “Religiosidade na prisão”, predominantemente organizada pela fala dos evangélicos.

A religiosidade é percebida como uma forma de enfrentamento das dificuldades advindas do encarceramento. Os entrevistados falam do compromisso religioso, enfatizando a importância de uma relação honesta, sincera com Deus, e da oração.

*Então **Ele** te toma de maneira especial porque você já deu um basta e chega de sofrer, em tudo temos que dar um basta. Então eu estou muito **feliz**, o **Senhor** tem trabalhado de maneira especial em minha vida, mas é necessário que nós venhamos **buscar** ao **Senhor** verdadeiramente, com veracidade, com verdade (Plínio).*

Os evangélicos entendem que por meio dessa vivência o homem é capaz de transformar-se, mudar os seus comportamentos, adquirir novos hábitos na vida, baseados nos ensinamentos cristãos.

*Graças a **Deus**. Mudou muitas coisas porque antes eu fazia muitas coisas ao qual não agradava ao **Senhor** e hoje em dia não, hoje em dia está totalmente **diferente**. Já não penso mais, já não maquino as coisas mais, não penso de fazer mais aquelas coisas que eu fazia antes, eu não faço mais isso (Pablo).*

Eles também acreditam que só entregando a vida a Deus é que o homem é capaz de solucionar os seus problemas. Assim, a religiosidade na prisão configura-se como um caminho para superar as dificuldades vivenciadas, um conforto para o interno, meio para alcançar a felicidade. Além de ser a esperança para a constituição de uma vida melhor, não só na prisão, mas também quando conseguirem a liberdade.

*Graças a **Deus** eu estou muito **feliz** porque o **Senhor** me tirou das garras do fedorento, aquelas unhas sujas fedorentas estavam encravadas nas minhas costas, no meu lombo. Trinta e três anos aprisionado pelo **diabo**. Então estou **feliz**, o **Senhor** me aceitou como filho (Plínio).*

*Então quer **dizer**, é **Deus** ou não é que está trabalhando? Ontem pela misericórdia de **Deus** eu estou chorando, chorando, chorando e ontem deu mais de cem empregos ontem*

da galeria sul, da galeria A, da galeria 37. Então quer dizer, Deus tá no negócio ou não tá no negócio? (Plínio).

A significação da vida pela experiência religiosa é o conteúdo presente na classe 6, que foi nomeada “Significando a vida pela religião”, e o discurso do entrevistado espírita é o mais representativo. Essa classe, que apresenta um conteúdo referente à importância da religiosidade na vida da pessoa, possui forte associação com a classe 5, visto que compartilham discursos que as aproximam.

[...] quando a gente busca ao Senhor com sinceridade o Senhor ouve verdadeiramente com clamor, porque nós temos que buscar, nós temos que orar com sinceridade, com veracidade, buscar ao Senhor pelas madrugadas, chorar nos pés do Senhor porque o Senhor tem benção pra me dar, pra mim, pra você, pra todos esses povos (Plínio).

É enfatizada a importância da vivência religiosa na prisão, independente da denominação que o interno seguir, principalmente para compreender os acontecimentos da vida. Assim como na classe 5, a religião é também percebida como uma forma de confortar a vida dentro da prisão.

[...] que aquela explicação que eu procurava desde lá do passado, desde lá dos quatro primeiros meses de cadeia, o espiritismo me trouxe essa explicação pra minha questão. Então isso tudo me traz um grande conforto espiritual, um grande conforto. Lógico que não tira toda a culpa que eu carrego, a dor que eu carrego, mas me conforta, conforta, me traz um pouco de alívio (Ernesto).

O comprometimento com a religião é também abordado nessa classe, bem como são feitos julgamentos do interesse do interno em participar das atividades dos grupos religiosos. Há uma visão negativa daquelas pessoas que frequentam as atividades religiosas sem viver cotidianamente os ensinamentos adquiridos no grupo – já que em virtude de interesses

peçoais utilizam o envolvimento religioso como uma estratégia para lidar com possíveis perigos dentro da prisão. No caso daqueles que são vistos pelos entrevistados como os que verdadeiramente estão envolvidos com as práticas religiosas, a tranquilidade é descrita como uma característica marcante. Dessa forma, a atividade religiosa é percebida como um instrumento que pode minimizar os conflitos na prisão.

*Aí a gente percebe que esse ali não vai ficar muito tempo em qualquer tipo de **religião**, ele está ali só pra se esconder atrás da **religião**, enfim, pra não ser agredido, pra não ser morto. A gente percebe que não é uma, a pessoa não tem um comprometimento com a **religião** ou com a religiosidade. Seja **católica**, seja **evangélico** e até espírita também, a gente percebe alguns que **frequentam**, a gente percebe que alguns chegam aqui até equivocados (Ernesto).*

*[...] é importante a vinda dos **católicos** que **trazem** coisas boas, apesar de não serem organizados **traz** coisas boas. Os **evangélicos**, mesmo com esse fardo pesado que eles **trazem**, **traz** coisas boas. Quem **participa** ativamente são pessoas assim que tem um comportamento mais tranquilo na cadeia, os **evangélicos**, **católicos** também e os espíritas também (Ernesto).*

Apesar de ser ressaltada a importância da vida religiosa independente da denominação seguida, a doutrina espírita é bastante enfatizada nessa classe, principalmente pelo fato da entrevista com o participante espírita ser a que predominantemente produziu os conteúdos aqui abordados. O espiritismo considera três aspectos em sua doutrina – ciência, filosofia e religião – e são esses saberes que dão significado aos acontecimentos da vida. O crime cometido, o encarceramento e as expectativas para o futuro são mediados pelos conhecimentos adquiridos no espiritismo.

*O espiritismo é um combinado de ciência, filosofia e **religião**. Aí sim dizimou todas as dúvidas que eu tinha entre religiosidade e ciência, **religião** e ciência. Porque eu sempre fui um homem dedicado a estudos, minha vida inteira, eu entrei na faculdade com praticamente 14 anos (Ernesto).*

*[...] um grande conhecimento do evangelho, da **palavra** de Deus e científico também. Então isso me ajudou muito, tudo, eu encontrei no **espiritismo** aquele fundamento, aquele pilar que eu precisava pra estar ligado a alguma denominação religiosa, porque eu não tinha encontrado até hoje nesse tempo de conflitos que eu passei (Ernesto).*

Da mesma forma que os agentes religiosos espíritas, o interno que frequenta as práticas desse grupo também citou o preconceito e a discriminação que o espiritismo recebe na prisão.

5.2.2 – A Análise Fatorial de Correspondência

A AFC nos possibilitou complementar as análises da CHD. No plano fatorial abaixo é possível observar as formas reduzidas das palavras, as variáveis de pertença religiosa e período de encarceramento, além dos eixos e pólos. No Eixo 1 (x), observamos os pólos Experiência Religiosa e Experiências do Cotidiano Prisional. No Eixo 2 (y), temos os pólos Vida Pessoal e Relacionamentos.

RELACIONAMENTOS

| | | | |
|-----------------------|----------|---|-------------------------------|
| | | falt+ vou | |
| | | igu+ vaobot+ A aprend+tipo+cabec+ | |
| | | vai viv+ peg+ CATÓLICO | |
| | | amigo+ irvir+ cheg+cadeia+ | |
| | vida+ | menti+bat+ tava .adiantatranquil+ | |
| | preg+ | perd+ odio igreja+bichorapaz | |
| | | pens+mulher+rol+ .brinc+carasdoid+ | |
| | | xing+mort+ men+fum+ sentidotrafic+ | |
| | explic+ | camisa mano melhor+jeito droga+uma+ | |
| | quer+ | boa+mat+ rui+relacaovi respeit+caminh+peguei | |
| | | conselho+coist+ fevez+ preconceitobanh+ | |
| | | aceit+ as nerv+precis+ B seifamili+ NÃO | |
| | | aliment+trabalhad+ casa+ PARTICIPA | |
| | convert+ | pesso+abr+ meio+ .tiverestud+istema | |
| | ouv+ | | |
| | | irm+ esp+dinheir+ | |
| | | negoc+ ama+ mesm+ idadeexemplo | |
| EXPERIÊNCIA RELIGIOSA | | important+ | |
| | | dar traz+escut+ | peculiomor+ falt+ |
| | | creiojesus-----malptecresc+--mae+ganh+visit+pretendo----- | |
| | | chor+ | domingo+der+crianc+assembleia |
| | | diz+ misericordiapalavra+ | |
| | | . diferenca+feli+coracao | vemcomportament grupo+ |
| | | god senhor+nac+sincer+ | venh+pai+ cas+ pro+ |
| | | poder+pec+diabogloria | osfilh+ pequen+ |
| | | hele serv+maravilh+ora+ | unic+ti+ .catol+ |
| | | sant+verdadeira+ vista | |
| | | busc+ C digamosexist+permit+ | compr+ |
| | | aoabenco+aprision+ | tenh+ receb+ pres+ |
| | | maneiraespirit+ PROTESTANTE | ness+religi+ |
| | | do nomecrist+ | |
| | | | evangel+ retorn+remiss+ |
| | | dos | |
| | | cheguei .nov+.livr+aberto+ | |
| | | fiqueiregimesemi.petic+jurid+ | |
| | pel+ | pont+ exame+advog+ D iareaquase | |
| | | troux+maxim+ ESPÍRITA pen+ano+ | |
| | | trabalh+ lei+ epocarealidade | |
| | | comet+espiri+ | |

EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO PRISIONAL

VIDA PESSOAL

Nota. Tempo de prisão - A = até 2 anos; B = 2 - 5 anos; C = 5 - 10 anos; D = mais de 10 anos.

Figura 9. Formas reduzidas, variáveis de pertença religiosa e período de encarceramento, eixos e pólos no plano fatorial.

A oposição entre os pólos não nos permite pensar em oposição semântica entre os elementos dispostos no plano fatorial, mas em uma relação de complementaridade. No Eixo 1, por exemplo, só é possível compreender os significados atribuídos a experiência religiosa se considerarmos as vivências cotidianas no presídio, já que a religiosidade não é alheia aos demais acontecimentos que perpassam o universo prisional. Para o Eixo 2 a visão é semelhante – não podemos desconsiderar a dimensão social na constituição humana. Assim, os relacionamentos interpessoais são fundamentais para compreendermos os significados que as pessoas dão às suas vidas. Sem dúvida, cada pessoa tem uma história única e as experiências de vida são singulares, contudo elas só são possíveis quando consideramos as inserções grupais.

Abaixo apresentamos uma categorização feita para os elementos dispostos no plano fatorial.

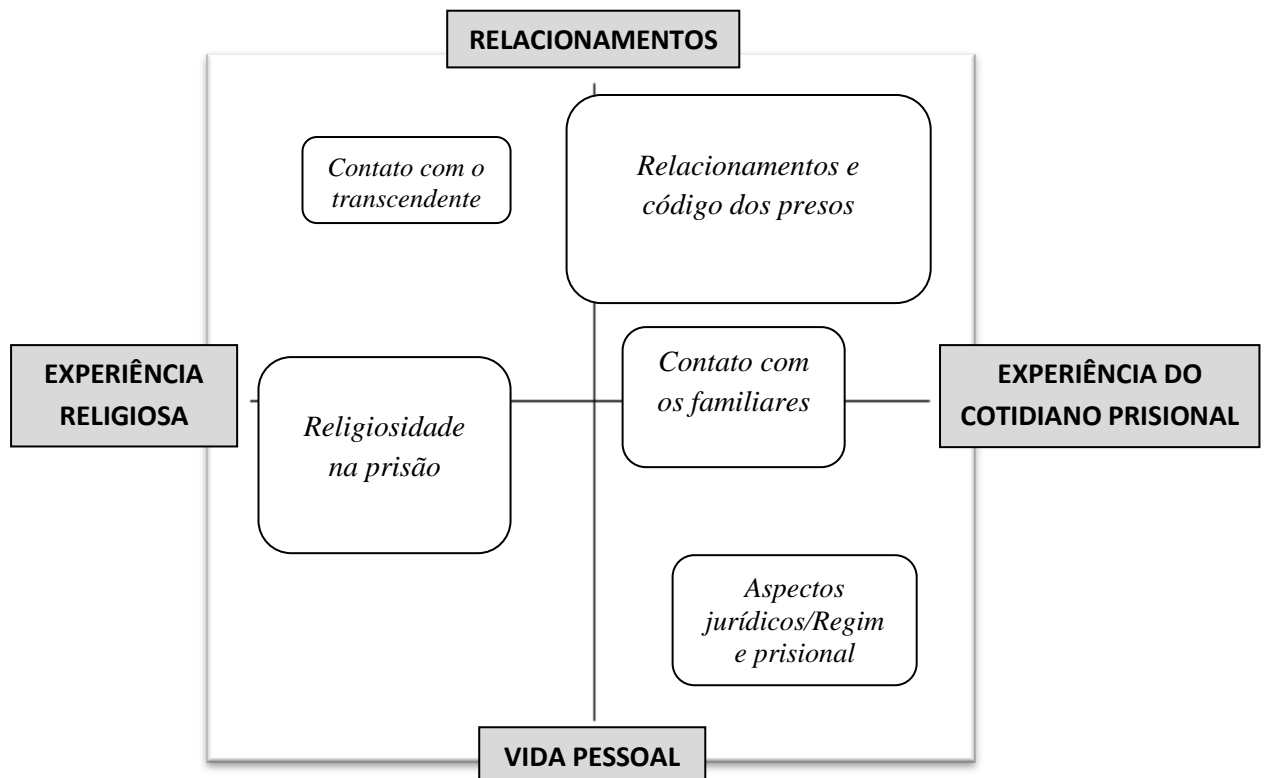


Figura 10. Categorização dos elementos no plano fatorial.

A primeira divisão no Plano Fatorial deu origem aos pólos do Eixo 1 (x). A organização dos discursos, nesse eixo, deu-se em virtude da presença e ausência de conteúdo religioso. Temos então, de um lado, o discurso de entrevistados protestantes, próximo ao pólo Experiência Religiosa, e no outro pólo – Experiência do Cotidiano Prisional – os discursos dos entrevistados católicos, espíritas e os que não participam de grupos religiosos no IRS.

Para os entrevistados protestantes, a vida religiosa parece assumir um papel central na constituição de suas vidas. Por meio da religiosidade, conseguem não apenas atribuir significados as vivências na prisão, mas também usam de estratégias para lidar com os acontecimentos cotidianos do universo prisional.

Os protestantes dão mais enfoque às questões pessoais, às suas trajetórias de vida e ao encontro com o mundo religioso – para alguns entrevistados, a prisão é percebida como uma permissão divina para que esse encontro fosse possível. Assim, essa experiência religiosa na prisão é compreendida pelos internos como uma forma de problematizar a vida, repensar as suas histórias e planejar o futuro.

Os elementos próximos aos pólos Relacionamentos e Experiência Religiosa dizem de um relacionamento dos internos com o transcendente. Os entrevistados falam de um Deus que escuta, que ouve e conforta e que explica os acontecimentos da vida.

No Eixo 2 (y) os elementos próximos ao pólo Experiência do Cotidiano Prisional estão mais dispersos e os agrupamentos de palavras podem ser compreendidos pela variável tempo de encarceramento.

Os entrevistados que estão há mais tempo presos enfatizam a questão jurídica que envolve o encarceramento. Falam do tipo de pena que estão cumprindo e do percurso na prisão – passagem por outras unidades prisionais, mudança de regime de prisão (do fechado para o

semiaberto, por exemplo), da remição da pena, dentre outras questões, associadas as suas trajetórias pessoais. O contato familiar também é ressaltado, contudo parece ser os entrevistados que estão há menos tempo presos que dão mais destaque a essa vivência.

Os elementos próximos aos pólos Relacionamentos e Experiência do Cotidiano Prisional falam dos relacionamentos estabelecidos na prisão e das normas que estruturam esses contatos. Essas normas são as que os internos cotidianamente aprendem na prisão, um código informal compartilhado pelos detentos que organiza não apenas as relações sociais entre os internos, mas destes com os funcionários e com os familiares. Notamos, no plano fatorial, a proximidade entre os elementos relativos ao código dos presos, relacionamentos na prisão e vivência familiar. Assim como apresentado na CHD, é possível enfatizar a ideia presente de que os entrevistados “novatos” na prisão que mais dão ênfase e destacam a importância do respeito e assimilação dos códigos sociais compartilhados entre os internos.

6 – DISCUSSÕES

6.1 – A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA PRISIONAL: UM RECURSO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO?

A assistência religiosa no IRS pode ser compreendida a partir das distintas visões que os voluntários religiosos têm acerca das atividades realizadas no presídio. O percurso traçado na pesquisa, iniciado com a observação dessas práticas, possibilitou observar diferenças e semelhanças entre as propostas dos grupos religiosos na unidade prisional, e as entrevistas com os voluntários católicos, espíritas e evangélicos foram fundamentais para melhor entender os objetivos de cada grupo religioso, o que pensam sobre o encarceramento, o crime/criminoso, a ressocialização, enfim, sobre questões que perpassam a vida do homem recluso no sistema penitenciário.

Embora a ressocialização do interno seja um objetivo comum entre os diferentes grupos religiosos, os discursos dos entrevistados católicos e espíritas aproximam-se e, em alguns aspectos, contrapõem-se ao discurso dos voluntários evangélicos, fato também observado em estudo preliminar (Livramento & Rosa, 2011). Católicos e espíritas não apresentam um discurso predominantemente religioso – a evangelização é um dos objetivos do trabalho realizado, mas também falam sobre os direitos e deveres dos presos, direcionando a assistência religiosa ao coletivo carcerário. Já o discurso dos evangélicos é focado no indivíduo e a conversão é o objetivo central da assistência religiosa. Esses dados corroboram outros estudos realizados em presídios sobre a assistência religiosa, nos quais foi possível observar a oposição entre a postura dos católicos e evangélicos nas prisões (Lobo, 2005a, 2005b; Nascimento, 2005; Oliveira, 1978, Vargas, 2005).

6.1.1 – Assistência religiosa para o coletivo prisional

O trabalho religioso voltado para o coletivo carcerário pode ser considerado o aspecto basilar da assistência realizada por católicos e espíritas, percebida como instrumento de transformação do universo prisional. Essa transformação é possível não apenas pela mudança promovida nos internos, por meio da evangelização (sem aparente cunho proselitista), mas principalmente pela melhoria das condições de vida e dos relacionamentos dentro da instituição.

Melhorar as condições prisionais é, para os católicos, uma demanda do presente e por isso buscam conseguir que os direitos dos presos sejam respeitados. Desse modo, junto dos internos, elaboram documentos que denunciam o desrespeito aos direitos humanos no presídio, entendendo que tais denúncias podem mobilizar transformações na instituição.

L. de Souza (Conferência X Semana de Psicologia UVV, 1 de setembro de 2011) pontua que os grupos minoritários, como o de presidiários – categoria social subordinada, submetida a desvantagens sociais e tratamento discriminatório –, carecem de canais formais de negociação com os grupos dominantes. Diante dessa condição, a aliança dos detentos com os voluntários religiosos parece ser uma estratégia possível na luta por melhorias no presídio. Os agentes religiosos atuam, dessa forma, como porta-vozes dos internos.

Embora o discurso dos espíritas não seja predominantemente religioso, esses entrevistados parecem enfatizar, mais do que os católicos e menos do que os evangélicos, a importância da religiosidade na vida do homem preso. Assim como os católicos, não se preocupam com a conversão, mas entendem que o comprometimento religioso (independentemente de denominação) pode promover relacionamentos positivos entre os internos, além de minimizar os conflitos na prisão. Esse aspecto também foi observado em outras pesquisas (Boarcceach,

2009; Dias, 2006; Lobo, 2005a, 2005b; Moraes & Dalgalarrodo, 2006; Oliveira, 1978; Quiroga, 2005; Rodrigues, 2005; Scheliga, 2005a; Segato, 2005; Vargas, 2005).

Os espíritas também consideram importante a assistência material, devido à carência de recursos disponíveis aos internos, inclusive de bens materiais básicos (como produtos de higiene). Os grupos religiosos, tão presentes nos presídios capixabas, inclusive sob legitimação de um órgão estadual – Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional Capixaba – passam a assumir algumas das funções que seriam do Estado. Diante da carência de recursos destinados à educação, à saúde, à profissionalização, ao apoio jurídico, psicológico e social e da superpopulação carcerária, da insegurança, dentre outras questões, os grupos religiosos asseguram o seu espaço nas prisões, como aponta Boarccaech (2009).

De modo geral, espíritas e católicos compreendem a ressocialização do interno como fruto da transformação do universo prisional, principalmente pela promoção de um trabalho voltado para o coletivo carcerário – que promova melhores relacionamentos entre os internos, minimize os conflitos e lute por melhorias na prisão (físicas, criação de oportunidades de trabalho, assistência médica, social, jurídica de qualidade, etc.) – e também, embora seja menos ressaltado pelos entrevistados, pela evangelização, o conhecimento religioso.

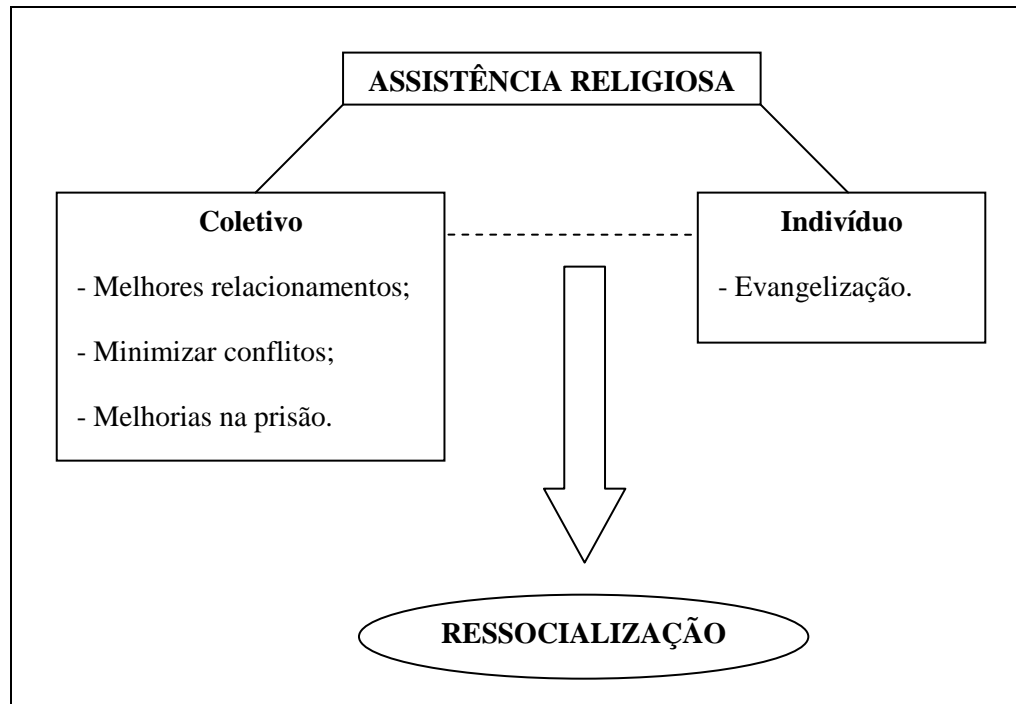


Figura 11. Assistência religiosa para espíritas e católicos

Embora seja possível observar aspectos da assistência religiosa voltados ao coletivo prisional e ao indivíduo, os trabalhos dos voluntários não podem ser vistos de maneira isolada. A assistência ao indivíduo, por meio da evangelização, não é alheia as práticas que visam à melhoria do universo prisional. Para os entrevistados a religiosidade é importante, mas acima disso a religião, como uma organização social, coletiva, pode ser instrumento de lutas (mas não o único), meio de intervir na realidade penitenciária para garantir que os direitos da população encarcerada sejam assegurados.

Embora os entrevistados compreendam a ressocialização do detento dessa forma, somente a transformação do sistema prisional é incapaz de garantir que os direitos do egresso sejam assegurados quando ele sair da prisão. É preciso proporcionar oportunidades ao interno e construir espaços para que a sua inserção social, ao deixar a prisão, seja assegurada sem estar associada à criminalidade.

6.1.2. Assistência religiosa para o indivíduo

A conversão religiosa, para os voluntários evangélicos, é o aspecto central da assistência realizada, que visa à transformação pessoal do detento para alcançar a ressocialização. O indivíduo é o foco do trabalho, ou seja, o proselitismo é a principal prática da assistência religiosa evangélica, aspecto também apontando em outros estudos (Boarccaech, 2009; Lobo, 2005a, 2005b; Oliveira, 1978; Vargas, 2005).

Essa conversão implica uma mudança radical na vida da pessoa. Abandona-se o mundo do crime e as crenças, as normas e os valores associados a ele, para adentrar ao mundo religioso, no qual o indivíduo adota um novo código para nortear a sua vida. A ideia é a do renascimento. Como aponta Prandi (2008), a religião “intervém na visão de mundo, muda hábitos, inculca valores, enfim, é fonte de orientação da conduta” (p.155).

A conversão religiosa e a consequente mudança de comportamento do detento – que deixa de falar gírias, passa a usar calças compridas, andar com a Bíblia, evita conversas com internos que fazem parte do mundo do crime (a não ser quando está evangelizando), dentre outras transformações no modo de ser – é vista como o indício de que a pessoa está no caminho certo para a ressocialização, embora a própria conversão seja, em alguns casos, vista com desconfiança. Pode-se pensar, então, em dois tipos de conversão: a conversão verdadeira e a falsa conversão ou conversão estratégica, apesar de não ser possível aferir com exatidão a veracidade de qualquer uma delas.

Em determinados casos a conversão é motivo de desconfiança – detentos que estão ameaçados por terem desrespeitado alguma norma do código dos presos, que tenham cometido crimes que não são aceitos pelos demais internos na prisão (como no caso de crimes sexuais, principalmente contra crianças) ou que contraíram dívidas no presídio e não pagaram corretamente, dentre outras situações. Diz-se que o interno usa a conversão para “se esconder

atrás da Bíblia”, ou seja, a conversão é uma estratégia para assegurar proteção no universo prisional (Bicca, 2005; Boarcaech, 2009; Dias, 2006, 2007; Lobo, 2005a, 2005b; Scheliga, 2005a).

Vargas (2005) aponta que no contexto prisional, onde o “discurso cristão ou de ‘superioridade moral’ se faz onipresente” (p.36) o único caminho para a transformação do sujeito passa ser a conversão. Esse discurso, “que monopoliza e regula a palavra no cárcere... as vias de acesso ao bem, à autorreflexão, à auto-avaliação e à redenção” (Vargas, 2005, p.36), permite aos evangélicos (internos e voluntários religiosos) explicar os acontecimentos da vida, como a criminalidade.

Alguns estudos apresentam a ideia compartilhada por agentes religiosos e internos evangélicos do crime como um acontecimento de responsabilidade do “demônio”, força inimiga que se apossou do corpo de quem o cometeu (Dias, 2006; Lobo, 2005a, 2005b; Nascimento 2005; Quiroga, 2005; Vargas, 2005). Essa não foi uma concepção presente entre os agentes religiosos evangélicos neste estudo. Para eles, o crime parte de uma escolha pessoal em virtude de uma oportunidade, fruto do livre-arbítrio, sendo o criminoso o único responsável pelo ato delituoso cometido. Tem-se a ideia da causalidade situacional (Vaz, 2004), que sugere que “o criminoso é livre em seus atos. O crime seria uma questão de oportunidade momentânea, de avaliação por quem está prestes a cometer um crime, da situação segundo um cálculo de risco de aprisionamento e benefício do ato (p.118)”.

Dessa forma tem-se a culpabilização do sujeito, a individualização de uma questão que é social. Desconsideram-se questões como a privação de direitos básicos do cidadão (à saúde, à educação, ao trabalho, à justiça), a desigualdade social. O criminoso passa a ser visto como um desviante, alguém com algum transtorno de personalidade (em determinados casos um criminoso nato), indivíduo com problemas familiares, enfim, sujeito marcado pela

criminalidade, que atravessa a sua vida em aspectos e situações diversas, sendo a conversão religiosa o caminho mais eficaz (talvez o único) para solucionar os problemas de sua vida.

Da mesma forma que a entrada no mundo do crime, a saída dele seria uma questão individual. Os entrevistados chegam a compreender que a passagem pela prisão foi uma oportunidade concedida por Deus ao interno para que ele pudesse repensar a sua vida e traçar novos caminhos, baseados nos ensinamentos cristãos. Oliveira (1975, citado por Boarccaech, 2009), a esse respeito, fala da *inversão simbólica*, quando a condição de pobreza e de pertença a um grupo marginalizado socialmente é redimensionada: da “posição de desconexão social no plano objetivo para uma *eleição divina para a salvação no plano simbólico*” (p.47), fato que torna a condição social aceitável. É um discurso despolitizado, que reafirma a posição do preso como merecedor da condição na qual se encontra, cabendo a ele optar ou não pela vida na criminalidade.

Em síntese, a ressocialização, para os entrevistados evangélicos, seria fruto de uma transformação íntima do detento e a conversão religiosa um meio possível de alcançar essa transformação.



Figura 12. Assistência religiosa para evangélicos

Apesar de ser possível observar especificidades entre as atividades realizadas pelos católicos, espíritas e evangélicos no IRS, é necessário um cuidado para não correr o risco de cairmos em reducionismos simplistas. Dizer que a assistência religiosa católica e a espírita apresentam semelhanças e que se voltam ao coletivo do universo prisional, não significa dizer que os contatos que os internos tenham com esses grupos não podem produzir significados que são únicos, singulares, na vida de cada sujeito. Da mesma forma, a atuação dos evangélicos pode refletir no coletivo carcerário, nas formas de relacionamento entre os internos e destes com os funcionários do presídio.

6.2 – EXPERIÊNCIAS PRISIONAIS E ESTRATÉGIAS DE VIDA PARA LIDAR COM O ENCARCERAMENTO

As entrevistas com os internos do IRS mostraram o quanto as suas histórias de vida e experiências prisionais são atravessadas por aspectos que os aproximam, embora cada um deles tenha vivências singulares. Dar voz aos detentos, pertencentes a um grupo social

constantemente silenciado ou pouco escutado, não apenas foi necessário neste estudo, mas essencial diante dos objetivos propostos.

As relações prisionais são socialmente construídas e ao contrário do que se pode imaginar os internos não esperam passivamente a pena judicial ser cumprida, mas criam estratégias de vida para lidar com os acontecimentos da prisão. O comprometimento religioso, o controle psicológico, as mudanças de comportamento, a aceitação da condição de preso, as rebeliões, o uso da violência e o aprendizado de um novo código de regras são algumas dessas estratégias, constituídas em meio ao universo prisional.

6.2.1 – A condição de preso e o tempo de encarceramento

Os dados das entrevistas mostraram que o tempo de prisão pode estar associado a determinadas formas de lidar com o encarceramento.

A assimilação do código dos presos (Boarcceach, 2009; Dias, 2006, 2007; Hayner & Ash, 1939; Thompson, 1980; Varella, 1999) é essencial na organização dos relacionamentos entre os internos. Esse código informal dita modos como a pessoa deve se portar na prisão e burlar as suas normas pode ser perigoso para o detento, principalmente em um ambiente onde a desconfiança se faz presente a todo o momento (Tavares, 2006). Assim, a vida prisional implica o aprendizado de regras informais que medeiam às relações entre os internos, além das regras oficiais (impostas pela administração). Sobre essa questão, o discurso dos internos que estão presos por menos tempo (até dois anos) é o mais representativo. Infere-se que pelo fato de estarem em um período de aprendizado desse novo código, são os “novatos” do presídio que mais enfatizam essa questão, enquanto os “veteranos” parecem lidar com essas normas de forma mais naturalizada.

As regras de comportamento ditadas pelos internos podem sofrer variações, de acordo com a inserção social do detento na prisão. Para os internos convertidos algumas especificidades são válidas, pois ao mesmo tempo em que devem seguir os ensinamentos religiosos, não podem desprezar o código do universo prisional, fato que pode, algumas vezes, ser conflituoso e gerar tensão nos relacionamentos estabelecidos (Bicca, 2005; Boarccaech, 2009; Dias, 2007).

Ao mesmo tempo em que os “irmãos” procuram personificar os ideais e valores cristãos, também transitam pelos códigos e valores do universo carcerário para obter respeito entre os presos. Por transitarem entre esses dois universos de significações, muitas vezes conflitantes e aparentemente opostos entre si, os “irmãos” enfrentam a desconfiança dos demais presos acerca de sua real conversão (Boarccaech, 2009, p. 63).

Os convertidos são vigiados pelos demais detentos (convertidos ou não) e funcionários, e qualquer deslize pode servir de motivo para o descrédito da identidade religiosa. Saber posicionar-se na prisão é necessário – o distanciamento do mundo do crime é fundamental, como prevê o código religioso, embora esse distanciamento seja comprometido pela necessidade também de respeito ao código dos presos. “É a relação dialética de distância/proximidade com os códigos do universo carcerário que confere honra e permite aos crentes acessarem e transitarem entre os demais presos (Bicca, 2005, p.96)”.

Enquanto os “novatos” falam dos códigos que organizam as relações na prisão, os “veteranos” falam dos modos como esses relacionamentos se dão, entre os internos e destes com os funcionários.

O respeito é o aspecto mais ressaltado, o que significa dizer que os internos devem saber compreender os limites uns dos outros, evitar conflitos, de modo que cada um “*tire a sua cadeia em paz*”, como costumam dizer. Há a ideia compartilhada de que cada interno é o único responsável pelo caminho trilhado para entrar no sistema prisional e do mesmo modo a

passagem e a saída desse sistema é vista como um compromisso individual. O indivíduo, culpabilizado, assume essa posição, que despotencializa a construção de vínculos e laços de solidariedade entre os internos, fator que permite maior controle dos presos⁷. Para Vargas (2005), “as estratégias de poder e controle institucionais incidem sobre as formas de sociabilidade e as relações interpessoais fomentando um ambiente de extremo individualismo, pois com a existência de união e de solidariedade coletiva é mais difícil controlar a massa carcerária” (p.33).

Os relacionamentos entre internos e funcionários, internados e equipe dirigente (Goffman, 2008), são marcados pela assimetria de poder, hierarquia autoritária (Dias, 2007), sustentada pelas restrições de contato.

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos (Goffman, 2008, p. 19).

Os mecanismos do sistema carcerário possibilitam que a submissão dos internos aos funcionários da prisão seja sustentada (principalmente os agentes penitenciários, visto que são eles os que convivem mais diretamente com os presos) e as práticas de violência naturalizadas. Foucault (2009) diz que o sistema carcerário “consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixar pelo menos o limite de tolerância à penalidade. Tende a apagar o que possa haver de exorbitante no exercício do castigo (p.286)”. Assim, para que haja uma boa relação entre funcionários e detentos, estes devem “demonstrar submissão às ordens dos guardas e tratá-los com respeito” (Boarccaech, 2009, p.73). É por meio dessa relação que a equipe dirigente consegue conter a massa carcerária, visto que a sua posição

⁷ Não significa dizer que essa relação impeça que vínculos de solidariedade sejam construídos entre os internos, embora a produção da individualidade enfraqueça esses movimentos.

social permite administrar não apenas as punições, como também as recompensas na instituição (Thompson, 1980).

Diante das questões levantadas, sobre os relacionamentos na prisão, os internos apontam que o aprendizado de estratégias para lidar com o outro é fundamental. Os entrevistados mencionaram o controle psicológico para vivenciar situações de violência e submissão, e as mudanças de comportamento, aquisição de novos hábitos – estratégias aprendidas diante das experiências do aprisionamento, efeito da prisonização (Thompson, 1980).

O longo período de encarceramento parece garantir aos internos maior segurança na prisão, mas também maior sujeição. Entre os entrevistados detentos por mais de dez anos, o aprisionamento físico parece não ser distinto do aprisionamento das suas condições de vida. O discurso deles é o mais associado ao universo da prisão, o que não significa que seja um discurso relacionado ao mundo do crime, mas ao sistema penitenciário. Falar das transferências entre instituições, de direitos adquiridos e sanções, da reincidência criminal, da progressão e regressão de regime penal, parece ser assumir uma condição de vida de forma acrítica, naturalizada, embora seja possível constituir modos de vida que rompem com esse movimento mortificante.

Já foi dito que a maioria dos integrantes da massa carcerária é proveniente de classes populares, das periferias urbanas, e que, devido a essa situação, eles conviviam cotidianamente com violações de direitos civis e sociais. Embora possa ser pensada numa adaptação prévia dessas pessoas ao sistema prisional (Tavares, 2006), foi possível observar que os efeitos do encarceramento na vida dos internos são mais intensos quanto maior for o tempo de reclusão. Assim, a compreensão de que um extenso período de institucionalização (ininterrupto ou com pequenas interrupções) parece treinar o indivíduo para uma longa vida na prisão é válida. Há um processo de adaptação que parece contrariar o objetivo da

ressocialização, como aponta Thompson (1980, 1998). “Parece, pois, que treinar homens para a vida livre, submetendo-os a condições de cativo, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas (Thompson, 1980, p.13)”. Goffman (2008) fala do “desculturamento”, quando o período de internamento é muito longo, fato que pode deixar o interno temporariamente incapaz de lidar com as atividades da vida diária.

Os detentos “novatos” parecem mais descontentes com a vida que levam na instituição, mostrando-se mais questionadores, críticos, reflexivos com o aprisionamento, enquanto os “veteranos” parecem viver de forma mais naturalizada a reclusão, demonstrando maior aceitação da condição de vida atual. Dessa maneira, o processo de mortificação do eu (Goffman, 2008) parece ser mais intenso quanto mais tempo a pessoa está institucionalizada.

Em um universo de repressão, controle e relações sociais desiguais, questionar a todo o momento a condição de vida pode não ser uma estratégia eficaz para lidar com o encarceramento. Dizer que o detento vive de maneira naturalizada, sem questionar ou refletindo pouco acerca da sua condição de vida, pode não significar a aceitação da condição de preso, mas uma estratégia de enfrentamento a essa condição. Embora possa ser visto como um processo de despotencialização da vida, o processo de mortificação do eu (Goffman, 2008) pode ser compreendido como um recurso (mais ou menos eficaz, dependendo de cada interno) para lidar com o mundo da prisão.

O discurso atribuído à importância da vivência familiar é compartilhado por todos os entrevistados. Os contatos mantidos com os familiares, por meio das visitas na prisão, são percebidos como fator de apoio para deixar o mundo do crime. Assim, a manutenção dos vínculos familiares pode ser compreendida como uma maneira do interno sustentar alguns de seus contatos com o mundo extramuros, já que a barreira imposta entre a instituição e o mundo externo permite cisão entre os papéis sociais exercidos antes e após o aprisionamento

(Goffman, 2008). Se a pena de prisão não é para ser uma pena perpétua, o interno deve ser preparado para a vida livre do sistema penitenciário e distante da criminalidade, e, portanto, manter vínculos sociais que podem potencializar essa reinserção social longe do mundo do crime é fundamental.

As privações vividas na prisão, o ambiente de desconfiança – que minimiza as possibilidades de constituição de relações afetivas e de solidariedade entre os internos –, a carência de oportunidades de profissionalização, dentre outras questões, mostram que os internos, em meio a essa realidade, constroem estratégias e criam recursos de vida para que consigam superar as adversidades da prisão. Assim, o processo de mortificação do eu é inerente aos modos de vida constituídos em uma Instituição Total (Goffman, 2008), mas junto dele é possível apontar processos de vitalização, modos de vida que rompem com a ideia de sujeição do preso ao sistema penitenciário, sem os quais seria impossível viver na prisão. Rauter (2003) diz que “apesar de toda a pressão institucional em contrário, existem formas infinitas de resistência individual e coletiva, que podem ser vistas como formas de preservação da vida, ou, se quisermos chamar assim, de saúde psíquica” (p.107).

6.2.2 – Religiosidade e vida prisional

A religiosidade pode ser compreendida como aspecto importante na constituição da vida de alguns internos na prisão, principalmente dos evangélicos convertidos⁸. O encontro com o mundo religioso parece possibilitar formas de significar a vida na prisão, além de ser um recurso para lidar com as condições advindas do encarceramento.

⁸ Os entrevistados que se dizem católicos e os que não participam de atividades religiosas não demonstram que a religiosidade é um aspecto importante em suas vidas, embora apontem positivamente a presença de grupos religiosos no presídio.

A participação em atividades religiosas no presídio pode ser percebida pelo interno como uma forma de sentir certa autonomia no cotidiano prisional. Em meio a um regime de controle, em um ambiente onde há profunda desestruturação do indivíduo, onde o detento perde autonomia até mesmo na realização das atividades mais cotidianas da vida (Goffman, 2008), o discurso religioso pode ser compreendido como possibilidade de singularização, que dota de sentido a vivência prisional. Dessa forma, as práticas religiosas, compreendidas como ajustamentos secundários, permitem aos internos do presídio obter satisfações que seriam difíceis por outros meios, dado as condições de vida que eles se encontram (Goffman, 2008).

O *coping* religioso (Duarte & Wanderley, 2011; Faria & Seidl, 2005; Paiva, 2007; Paula, Nascimento & Rocha, 2009; Prandi, 2008) no sistema prisional pode ser percebido no discurso dos evangélicos e a religiosidade pode ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência nesse ambiente.

Num mundo social onde as regras e normas são arbitrariamente impostas por grupos organizados e mantidas a partir do estabelecimento das relações sociais entre indivíduos confinados por anos a fio, onde a infração a estas é punida com a maior severidade possível, descortinar possibilidades de sobrevivência – física e psicológica – torna-se uma das mais importantes tarefas a serem desempenhadas. E é nesta chave que a religiosidade evangélica deve ser entendida (Dias, 2006, p.23).

A religiosidade funciona como uma forma de obter conforto na prisão, de buscar solução para os problemas da vida. Carente de outros recursos para lidar com o aprisionamento, a esperança em um auxílio divino – uma graça, algumas vezes um milagre – parece ser uma alternativa de não se entregar aos acontecimentos do presídio. Embora essa espera possa ser compreendida como uma forma passiva de lidar com o aprisionamento (na medida em que o detento espera do outro, Deus, uma bênção), enfatiza-se o caráter ativo do interno na

constituição da sua vida, na medida em que há o engajamento com a igreja, o comprometimento religioso para lidar com o encarceramento.

A conversão parece ser uma marca desse comprometimento. Corroborando os achados em outros estudos (Dias, 2006, 2007; Lobo, 2005b; Moraes & Dalgalarrodo, 2006; Rodrigues, 2005; Vargas, 2005), os nossos dados indicaram que aquisição de uma doutrina religiosa dá margem não apenas para o detento mudar os seus hábitos no presídio (adotando comportamentos que o distanciam do que é, tradicionalmente, visto como o mundo do crime), como também para analisar a sua condição de vida, fornecendo significados para ela.

Converter-se ao mundo religioso não significa apenas firmar uma aliança com o mundo divino, mas também assumir um modo de vida que determina posturas nos relacionamentos sociais, em virtude das prescrições e das proibições que balizam a vida e as ações na sociedade (Moscovici, 2011). Para o detento convertido, tais prescrições e proibições advêm do código dos presos e da doutrina religiosa de pertença. Desse modo, não se pode compreender que o posicionamento religioso na prisão (assumir uma identidade religiosa) está associado apenas a um mundo transcendente, na medida em que ele reflete nos relacionamentos do universo prisional. Sobre essa questão, Moscovici (2011) diz que “a antiga aliança que os judeus haviam contraído e a nova aliança dos cristãos não são, na realidade, alianças com uma personalidade consciente e transcendente, mas com sua comunidade imanente e concreta” (p.67).

Segato (2005) e Vargas (2005) alertam para o fato do discurso religioso não permitir ao interno convertido compreender criticamente a sua condição de vida, levando em consideração questões econômicas, políticas e sociais relacionadas à criminalidade. Segato (2005) diz que o discurso do detento convertido constitui o que ela chama de “mimese regressiva”.

O que estou chamando de “mimese regressiva” é exatamente a imitação que o preso faz do discurso do “bem”, copiando um discurso cristão, com seus valores familiares e suas fórmulas de boas maneiras e repetindo o mesmo, *ad infinitum*. O que impressiona é a fórmula mecânica em que são aplicadas as fórmulas discursivas, sem introduzir-lhes comentários alusivos à situação específica vivida pelo preso ou suas famílias.... Assim sendo, nega sua própria condição e sacrifica seu lugar de fala, seu lugar de sujeito diferenciado, contraventor. Uma das consequências da mimese moral regressiva é que produz discursivamente a morte daquele que cometera o crime. Aquele que matou, que estuprou, que causou sofrimento não existe mais. Nesta elaboração sobre o crime não há verdadeiramente uma continuidade, não há uma reflexão profunda sobre o que ele foi e sobre o que ele pode voltar a ser.... O aprendizado religioso sob o modo da mimese regressiva tem como seu correlato lógico instaurar um novo sujeito que não se reconhece nem se implica nas condições de produção do seu crime (p.44-45).

Embora o discurso religioso possa não permitir aos internos uma compreensão crítica de suas condições de vida, a religiosidade pode fornecer conforto psíquico ao detento. O conforto pode ser resultado da esperança pela libertação, do presídio e espiritual, e da compreensão da responsabilidade pelo crime cometido, que pode ser vista numa perspectiva transcendente.

A religiosidade é também apontada pelos detentos como fator de apoio para constituir a vida fora da prisão longe da criminalidade. Enfatiza-se, então, a necessidade de construir espaços no presídio que promovam a cidadania, de modo que seja possível proporcionar aos internos vivências que tenham esse mesmo efeito. A religião pode ser uma via possível de encontrar apoio na prisão, para alguns, mas não pode ser a única disponível no universo prisional.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão penitenciária é amplamente discutida na sociedade atual. Seja por aspectos relacionados à segurança pública, dentre os quais a pena de prisão é vista como dispositivo capaz de reduzir a criminalidade; pela (in)eficiência do sistema penitenciário na recuperação de apenados ou por suas condições estruturais.

Neste trabalho, foram investigados os significados da vida prisional e religiosa entre internos de um presídio e voluntários que realizam a assistência religiosa nessa instituição. Portanto, abordaram-se questões relacionadas às condições prisionais, as estratégias de lidar com o encarceramento criadas pelos detentos e a um dos tipos de assistência direcionada ao interno – a assistência religiosa.

Os resultados encontrados nos estudos realizados com os voluntários religiosos e os internos do IRS corroboraram investigações feitas em outras unidades prisionais, de diferentes estados do Brasil. Não foi possível observar características que pudessem demarcar especificidades em um presídio capixaba, demonstrando que o sistema penitenciário brasileiro é atravessado por questões que tornam os acontecimentos do universo prisional semelhantes entre distintas instituições do país.

A assistência religiosa é uma atividade bastante presente nos presídios capixabas. Segundo informações da SEJUS em janeiro de 2012, das 34 unidades prisionais do estado, 31 tinham grupos religiosos atuando em suas dependências. Para Frinhani (2004) a assistência religiosa, dentre os outros tipos previstos de assistência na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.209, 1984), é a que mais se cumpre nas prisões. Ressaltando essa ideia, Segato (2005) e Vargas (2005) também apontam que o discurso que o detento mais tem contato na prisão é o discurso religioso. Observa-se, dessa forma, o movimento de aproximação dos grupos religiosos à

realidade prisional, situação que contraria uma lógica na qual a sociedade parece buscar se distanciar dos presídios.

No estudo realizado com os voluntários religiosos foi possível perceber singularidades entre as práticas dos diferentes grupos religiosos. A assistência religiosa prestada pelos grupos católico e espírita apresenta semelhanças e parece mais voltada ao coletivo carcerário, com o propósito de transformação do universo prisional, sendo a religiosidade menos enfatizada, embora seja um aspecto presente. Minimizar conflitos, promover melhorias nas condições prisionais e nos relacionamentos são os aspectos mais abordados. Pode-se dizer que católicos e espíritas entendem que a assistência religiosa tem o objetivo de garantir melhores condições de vida aos detentos, pela busca do respeito aos direitos dos presos. A ressocialização é um objetivo presente, mas é vista a partir da transformação das condições de vida na prisão, não por uma perspectiva meramente individual.

Em contrapartida, o principal objetivo da assistência religiosa evangélica é a conversão, portanto o foco das atividades é no indivíduo e na sua transformação pessoal. O encontro com o mundo religioso na prisão é apontado como uma alternativa não apenas de buscar conforto diante do encarceramento, mas principalmente de constituir uma vida longe da criminalidade, necessária para a ressocialização. A percepção que os voluntários evangélicos têm acerca das questões que perpassam a vida prisional parece ser mais naturalizada do que a dos católicos e espíritas, fato que reforça um discurso de culpabilização do homem preso.

Destacam-se, desse modo, dois conceitos que parecem estar mais relacionados com as práticas de cada grupo – o de *Religião*, para católicos e espíritas, e o de *Religiosidade*, para evangélicos. O primeiro, relativo ao caráter de uma organização social, o grupo religioso, que luta para promover ações possíveis de transformar o universo prisional. O segundo, referente

a uma vivência subjetiva, capaz de promover a transformação íntima na vida do detento por meio da assimilação da doutrina religiosa.

No estudo realizado com os internos do presídio foi possível observar algumas estratégias de vida que os detentos criam para viver na prisão. Embora o universo prisional possa ser considerado um espaço de mortificação, os internos não se entregam a esse processo de despotencialização da vida. Na busca de alternativas possíveis para lidar com o encarceramento, criam modos de vida que rompem com essa ideia de sujeição ao sistema penitenciário, formas de resistência, de preservação da vida – processos de vitalização.

Foi possível discutir o processo de mortificação do eu (Goffman, 2008) considerando o tempo de encarceramento do interno. Infere-se, a partir dos dados analisados, que quanto maior o período de prisão, menos os internos questionam-se acerca da vida que levam, tratando-a de forma mais naturalizada do que aqueles que estão presos por menos tempo. Desse modo, quanto maior o período de internação, mais intenso parece ser o processo de mortificação do eu.

A religiosidade também é uma via possível para lidar com o encarceramento. Nesse estudo, nos atemos às produções sociais advindas dessa experiência na vida dos internos.

Por meio do encontro com o mundo religioso na prisão, os internos parecem sentir certa autonomia em suas vidas. As práticas religiosas funcionam, dessa maneira, como ajustamentos secundários (Goffman, 2008), que permitem aos detentos certo conforto psíquico, uma satisfação que seria difícil de ser atingida por outros meios, nas circunstâncias em que eles se encontram. A religiosidade também permite aos internos significar as suas vidas, seja na prisão ou por fatos que aconteceram antes do encarceramento, além de planejar questões futuras.

A vivência religiosa parece limitar o detento quanto a uma compressão mais crítica das suas condições de vida. Questões políticas, econômicas e sociais que atravessam a criminalidade são desconsideradas, ou minimizadas, em detrimento de explicações transcendentais e naturalizadas. Dessa forma, o discurso religioso pode reforçar o discurso de culpabilização do sujeito.

A ressocialização é apontada como um dos objetivos da assistência religiosa na prisão. Quanto a esse propósito, não é possível dizer das implicações que o comprometimento religioso produz na vida do egresso do sistema penal. Para alguns, essa adesão é percebida como fator de apoio à vida na prisão e uma forma de buscar a reinserção social distante da criminalidade. Todavia, é fundamental que outros tipos de assistência, ações, projetos e políticas sejam efetivos, de modo que o detento tenha a possibilidade de cumprir sua pena em melhores condições e de compreender a sua vida por distintas vias discursivas.

É necessário que no universo prisional os internos tenham distintas possibilidades de encontro com o mundo extramuros, pois com essa perspectiva o processo de inserção social distante do mundo do crime pode ser favorecido. Enfatiza-se a importância de se construir na prisão espaços que não tenham efeitos mortificadores, mas que potencializem os modos de vida – pelo trabalho, intervenções em grupos, arte, atendimentos individuais, dentre outros –, estratégias que promovam a vitalização, como aponta Rauter (2007).

Transformar o sistema penal é urgente, para que o universo penitenciário não seja um mecanismo de aplicação de práticas punitivas, coercitivas e moralistas. É preciso romper com a visão do presídio como uma instituição custodial.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1994). Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, Dossiê Judiciário, n.21, 132-151.
- Alba, M. (2004). El Método ALCESTE y su Aplicación al Estudio de las Representaciones Sociales del Espacio Urbano: El Caso de la Ciudad de México. *Papers on Social Representations*, 13, 1-20.
- Bicca, A. (2005). A honra na relação entre os detentos crentes e não-crentes. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 6, n.8, 87-98.
- Boarccaech, A. (2009). Os Eleitos do Cárcere. São Paulo: Porto de Ideias.
- Brasil. (2009). Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino, & S. M. da Nóbrega (Orgs.). *Perspectivas Teórico-Methodológicas em Representações Sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes: Revista de Estudios sobre Juventud*, México, DF, ano 9, n. 22, 338-355.
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Falando sério sobre prisões, prevenções e segurança pública*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Constituição do estado do Espírito Santo*. (1989, 05 de outubro). Recuperado em 28 de novembro, 2011, de <http://www.es.gov.br/site/cidadaos/constestadual.pdf>.
- Dias, C. C. N. (2006). Conversão evangélica na prisão: sobre ambiguidade, estigma e poder. *Plural* (Revista do Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP), v.13, 85-110.

- Dias, C. C. N. (2007). Análise da manutenção da identidade evangélica na prisão a partir de uma perspectiva interacionista: focalizando tensões e ambiguidades. *Ciências Sociais e Religião*, v.9, n.9, 217-240.
- Duarte, F.M., & Wanderley, K. S. (2011). Religião e Espiritualidade de Idosos Internados em uma Enfermaria Geriátrica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 49-53.
- Faria, J. B., & Seidl, E. M. F. (2005). Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 381-389.
- Folha Vitória. (2010, março). *Reunião da ONU termina em acordo para melhorar situação dos presídios do ES*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de <http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2010/03/reuniao-da-onu-termina-em-acordo-para-melhorar-situacao-dos-presidios-do-es.html>
- Folha.com. (2010, março). *Direitos humanos denunciam à ONU tortura em unidade de internação no ES*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u706972.shtml>
- Folha.com. (2011). Cotidiano. Recuperado em 03 de outubro de 2011, de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>
- Foucault, M. (1979). Sobre a prisão. In R. Machado (org.), *Microfísica do Poder* (pp. 129-144). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Foucault, M. (2003). A prisão vista por um filósofo francês. In M. B. da Motta (org.), *Estratégia, Poder-Saber* (pp.152-158). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Fragoso, H. (1977). *Direito penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Forense.

- Frinhani, F. M. D., & Souza, L. (2005). Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. *Psicol. teor. prat.*, 7(1), 61-79.
- Frinhani, F.M.D. (2004). *Mulheres aprisionadas: representando o universo prisional*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Gazeta Online. (2010, março). *Presídios: discussão na ONU e protesto no Palácio*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/03/612972-presidios+discussao+na+onu+e+protesto+no+palacio.html.
- Giumbelli, E. (1997). Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*, 40(2), 31-82.
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos* (8a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Governo do Estado do Espírito Santo. (2010). *Políticas Públicas de Justiça*. Vitória: GSA Gráfica e Editora.
- Grupo Interconfessional. (2010). *Programa de assistência social espiritual aos apenados – Relatório Grupo Interconfessional*. Secretaria de Justiça do estado do Espírito Santo.
- Guimarães, A. G. C., & Moreira, J. O. (2011). A religiosidade do morador de rua e o sentido de vida: o caso Marcelo. *Memorandum*, 20, 225-249.
- Hayner, N. S.; & Ash, E. (1939). The Prisoner Community as a Social Group. *American Sociological Review*, 4(3), 362-369.
- Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984. (1984, 13 de julho). Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.

Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. (1984, 13 de julho). Institui a Lei de Execução Penal.

Diário Oficial da União.

Lemgruber, J. (1999). *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres* (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense.

Lima, L. C. (2008a). A Articulação “Themata-Fundos Tópicos”: por uma Análise Pragmática da Linguagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 243-246.

Lima, L. C. (2008b). Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública Cuiabá*, 17(33), 83-97.

Livramento, A. M. & Rosa, E. M. (2011). Religião e sistema prisional: um estudo exploratório sobre a assistência religiosa em presídios capixabas [CD-ROM]. In *Anais VI Encontro Nacional de Política Social*. Vitória, ES.

Lobo, E. S. (2005a). Católicos e Evangélicos em prisões do Rio de Janeiro. *Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)*, n.61, 22-29.

Lobo, E. S. (2005b). Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o "rebanho do senhor" nas prisões. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 6, n.8, 73-85.

Massola, G. M. (2005). *A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ministério da Justiça (2011). Departamento Penitenciário Nacional. *Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen)*. Recuperado em 31 de janeiro, 2012, de <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>

- Moraes, P. A. C., & Dalgalarrrondo, P. (2006). Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. *J Bras Psiquiatr*, v.55, n.1, 50-56.
- Moreira-Almeida, A.; Lotufo Neto, F.; Koenig, H.G. (2006). Religiousness and mental health: a review. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(3), 242-50.
- Moscovici, S. (2011). *A invenção da sociedade: sociologia e psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P., R., M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização Conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
- Nascimento, M. G. O. (2005). Ciclo de debates sobre religiões e prisões: visão inter-religiosa. *Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)*, n.61, 47-52.
- O Globo. (2010, março). *As masmorras de Hartung aparecerão na ONU*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/03/07/as-masmorras-de-hartung-aparecerao-na-onu-272212.asp>
- O globo. (2011). Cidades. Recuperado em 03 de outubro de 2011, de <http://oglobo.globo.com/cidades/>
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In S. S. S. Menin, & A. M. Shimizu (Orgs.). *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp. 23-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, M. C. C. (1978). *A Religião nos Presídios*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Paiva, G. J. (2007). Religião, enfrentamento e cura: perspectivas psicológicas. *Estudos de Psicologia*, 24(1), 99-104.

- Panzini, R.G., & Bandeira, D.R. (2007). Coping (enfrentamento) religioso/espiritual. *Rev. Psiq. Clín.*, 34, 126-135.
- Paula, E. S., Nascimento, L. C., & Rocha, S. M. M. (2009). Religião e espiritualidade: experiência de famílias de crianças com Insuficiência Renal Crônica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(1), 100-106.
- Pedroso, R. C. (1997). Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. *Revista de História* 136, 121-137.
- Peres, J. F. P., Simão, M. J. P., & Nasdello, A. G. (2007). Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. *Rev. Psiq. Clín.*, 34(1), 136-145.
- Portaria 242-R, de 10 de junho de 2008. (2008). Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Justiça.
- Portaria 879-R, de 18 de novembro de 2008. (2008). Dispõe sobre normas para a assistência religiosa nos presídios capixabas.
- Portaria 89-S, de 18 de junho de 2007. (2007). Dispõe sobre os serviços de assistência religiosa nos presídios capixabas. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Justiça.
- Prandi, R. (2008). Converter indivíduos, mudar culturas. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 20(2), 155-172.
- Proença, W. L. (2008). Contribuições do Método da Observação Participante para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Revista Antropos*, 2(1), 8-33.
- Quiroga, A. M. (2005). Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. *Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)*, n.61, 13-21.

- Rabelo, M. C. (1993). Religião e Cura: Algumas Reflexões Sobre a Experiência Religiosa das Classes Populares Urbanas. *Cad. Saúde Públ.*, 9 (3), 316-325.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Rauter, C. (2007). Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, 19(2).
- Rodrigues, G. E. (2005). Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre as práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 6, n.8, 9-20.
- Roehe, M. V. (2004). Experiência religiosa em grupos de autoajuda: o exemplo de neuróticos anônimos. *Psicologia em Estudo*, 9(3), 399-407.
- Salla, F. (2006). As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, 8(16), 274-307.
- Scheliga, E. L. (2005a). "Sob a proteção da bíblia"? A conversão ao pentecostalismo em unidades penais paranaenses. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 6, n.8, 57-71.
- Scheliga, E. L. (2005b). Trajetórias religiosas e experiências prisionais: a conversão em uma instituição penal. *Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)*, n.61, 75-85.
- Secretaria de Estado da Justiça. (2011a). *Instituto de Readaptação Social – IRS*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de <http://www.sejus.es.gov.br/default.asp>.
- Secretaria de Estado da Justiça. (2011b). *Sistema Penitenciário Capixaba – Relatório Dezembro/2011*. Recuperado em 10 de agosto, 2011, de http://www.sejus.es.gov.br/download/Rel_Dez.pdf
- Secretaria de Estado da Justiça. (2011c). Subsecretaria Para Assuntos do Sistema Penal. Diretoria de Inspeção e Controle das Unidades Prisionais. *Informações Penitenciárias – InfoPen*. Recuperado em 30 de dezembro, 2011, de

http://www.vepema.com.br/vepema/cariboost_files/Controle_20Di_C3_A1rio_20_2826_12.pdf.

Seculodiario.com. (2010, março). *Espírito Santo na ONU: discurso do governo não convence comunidade internacional*. Recuperado em 03 de agosto, 2011, de http://www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=5288.

Segato, R. L. (2005). Religião, vida carcerária e direitos humanos. *Comunicações do ISER* (Religiões e Prisões), n. 61, 40-45.

Silva, J. A., & Garcia, M. L. T. (2004). Comunidades terapêuticas religiosas de tratamento de dependência química no Estado do Espírito Santo. *J. Bras. Psiquiatr.*, 53(3), p.243-52.

Tavares, G. M. (2006). *Trajetórias de vida de internos do sistema penitenciário capixaba: um estudo da rede de significações do processo de encarceramento a partir das práticas discursivas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Tavares, G. M. (2011). O dispositivo da criminalidade e suas estratégias. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 123-136.

Tavares, G. M., & Menandro, P. R. M. (2008). Modos de vida de internos do sistema penitenciário capixaba. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 340-349.

Thompson, A. (1980). *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense.

Thompson, A. (1998). O Verdadeiro Conteúdo do Direito Penal Corretivo. In A. Thompson. *Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos* (pp. 95-125) Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

Varella, D. (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras.

Vargas, L. O. (2005). Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. *Comunicações do ISEER (Religiões e Prisões)*, n.61, 30-39.

Vaz, P. (2004). Risco e Justiça. In T. C. B. Calomeni (org.), *Michel Foucault – entre o murmúrio e a palavra* (101-131). Campos: Faculdade de Direito de Campos.

Violações de direitos humanos no sistema prisional do Espírito Santo - Atuação da sociedade civil. (2011). Vitória, ES, InPrima.

Wacquant, L. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Walmsley, R. (2011). World Prison Population List (ninth edition). *International Centre for Prison Studies*. Recuperado em 04 de outubro, 2011, de http://www.prisonstudies.org/images/news_events/wppl9.pdf

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para realização da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ao Grupo de Trabalho Interconfessional – Secretaria de Justiça do Espírito Santo

A/C Ana Maria Caracoche

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito (UFES) e pretendo realizar uma pesquisa que tem como temática "A experiência religiosa no sistema prisional capixaba", orientada pela Drª. Edinete Maria Rosa, Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES. Visto que a assistência religiosa nos presídios brasileiros é assegurada pela Lei de Execução Penal nº. 7210. de 11 de julho 1984, e que no estado do Espírito Santo as atividades religiosas são regulamentadas pela Portaria nº 879-R, de 18 de novembro de 2008, ainda, dada a escassez de estudos científicos que considerem essa temática, pontuamos a importância da pesquisa. Entendemos que a Psicologia, com suas ferramentas teórico-metodológicas, pode contribuir para melhor compreensão dessa temática e assim reafirmamos a relevância desse estudo.

Assim, solicitamos a Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo o acesso as instituições do sistema prisional capixaba, de modo que a pesquisa possa ser realizada, e o mapeamento dos grupos religiosos que atuam nos presídios do estado.

Dede já, comprometo-me a disponibilizar os resultados desta pesquisa a Secretaria de Justiça do estado do Espírito Santo.

Vitória. 30 de agosto de 2010

Att.

André Mota do Livramento
André Mota do Livramento
Mestrando do PPGP/UFES

Edinete Maria Rosa
Edinete Maria Rosa
Professora do PPGP - UFES

Maria Cristina S. Menandro
Maria Cristina S. Menandro
Coordenadora do PPGP - UFES

1. Au forizo com o acompanhamento do tempo Infracional.
2. Ainda, o SOSP devida autorizar com os Deputados - Sim de Ju- licitar o trabalho etc. etc.

Confere como Original

AMC

Ana Maria Caracoche
Chefe do NDI/SEJUS
N.º Func.: 390863
13/09/2010

Angelo Rodolfo de Barros
Secretário de Estado da Justiça

ANEXO B – Autorização para ingresso nas unidades prisionais do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA PARA ASSUNTOS DO SISTEMA PENAL

AO NDH,
Para conhecimento.
EM 23/09/10
SASP/SEJUS.

CI/SEJUS/SASP/Nº 620/10

Vitória/ES, 22 de setembro de 2010.

Aos (as) Ilmos. (as) Diretores (as).

PEF – PFC – HCTP – IRS – CASCUVV – USP – PAES – CDPV I – CDPV II – PSME I – PSME II – PSMA I – PSMA II – PRL – PRBSF – PRCOL – PSMECOL – CDPCOL – PRCI – CDPCI – CPFCI – CDPA – CDPM – CDPSDN – CDPSM – CDPG – CDPS – DSP.

Assunto: Pesquisa “A experiência religiosa no sistema prisional capixaba”

Senhor (a), Diretor (a),

Ao cumprimentá-lo, dirijo-me a V. Senhoria, para encaminhar cópia do documento em anexo e informar que está autorizada a pesquisa com a devida segurança de praxe.

Certo da atenção renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Valdir Rogério dos Santos Ferreira
N.º Func.: 2725380
Diretor de Inspeção e Controle
das Unidades Prisionais - SEJUS

VALDIR ROGÉRIO DOS SANTOS FERREIRA
Diretor de Inspeção e Controle das Unidades Prisionais

ANEXO C – Roteiro de Entrevista para os agentes religiosos que realizam assistência religiosa no IRS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA AGENTE RELIGIOSO**

DADOS PESSOAIS

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Filhos:

Formação profissional:

Denominação Religiosa:

Tempo que faz parte da denominação religiosa:

Tempo que atua como agente religioso no sistema prisional:

CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

1. Com que frequência vocês realizam a atividade aqui no presídio?
2. Quais são as atividades que o seu grupo religioso realiza?
3. Existe um lugar específico para realizar as atividades?
4. O que te levou a fazer esse trabalho no sistema prisional?
5. Qual a sua relação com o sistema prisional?
6. Você passou por alguma formação para prestar assistência religiosa no sistema prisional?
7. Como é o relacionamento entre os agentes religiosos do seu grupo e os funcionários do presídio? (direção, agentes penitenciários, psicólogos, assistentes sociais...)

IMPORTÂNCIA E OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO SISTEMA PRISIONAL

8. Pra você, qual a importância do trabalho religioso no sistema prisional?
9. Qual a importância da assistência religiosa para o interno?

10. Qual a importância do trabalho religioso para a instituição prisional? (para as relações estabelecidas entre os detentos e entre detentos e funcionários, nos presídios)
11. Quais são os objetivos do seu grupo, ao prestar assistência religiosa nos presídios?
12. Há o propósito de conversão?
13. Se sim, o que vocês entendem por conversão?
14. A ressocialização é um objetivo?
15. Se sim, como vocês entendem a ressocialização?
16. Todas as igrejas fazem o mesmo trabalho que vocês? Se não, qual é a diferença?

CONCEPÇÕES DE CRIME E CRIMINOSO

17. Se você tivesse que descrever um criminoso, que características daria a ele?
18. E uma criminosa?
19. O que você acha que leva uma pessoa a cometer um crime?
20. Quais os crimes que você considera mais graves?
21. E o menos grave?
22. Pelo tempo que você vem convivendo com os presidiários já deve ter aprendido bastante sobre eles. Conte um pouco pra mim como eles são.

O DETENTO E A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RELIGIOSAS

23. O que você acha que leva um detento a participar de atividades religiosas?
24. O que você acha dos internos que participam de atividades religiosas?
25. Há diferença entre os presos que participam de atividades religiosas e os que não participam?
26. Se sim, quais?
27. Se não, por quê?
28. E o que você acha que faz com que alguns internos não participem de atividades religiosas?
29. Você acredita que a participação em atividades religiosas influi no comportamento do preso?
30. Você observa mudanças de comportamento entre os internos que participam de atividades religiosas?
31. Se sim, quais mudanças você poderia me apontar?
32. Quais os aspectos da religião que podem ser os responsáveis por essas mudanças?

33. Durante esse período que você realiza o trabalho religioso no sistema prisional, há algum caso que mais lhe chamou a atenção? Poderia me relatar?

34. Você sabe de algum caso em que uma pessoa mudou de vida, dentro do presídio, por participar de atividades religiosas?

35. E conhece algum caso de uma pessoa que a partir da vivência religiosa na prisão continuou com a mesma prática religiosa ao sair do encarceramento?

36. O que você acha que é mais importante para o interno, a liberdade ou a religiosidade?

37. Você percebe, entre os detentos que participam de atividades religiosas, se eles fazem planos para o futuro, pensando na vida ao sair da prisão?

ANEXO D – Roteiro de entrevista para os detentos que participam de atividades religiosas no
IRS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA INTERNO QUE PARTICIPA DE ATIVIDADES RELIGIOSAS**

DADOS PESSOAIS

Identificação:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Religião:

Tempo que está preso:

Tempo que participa de atividades religiosas:

VIDA ANTES DA PRISÃO

1. Gostaria que você me contasse um pouco da sua vida, antes da prisão.
2. Você estudou? Até que série?
3. Porque parou de estudar?
4. Na infância ou adolescência, chegou a viver em alguma instituição para crianças ou adolescentes?
5. Você trabalhava em que? Quanto recebia?
6. E a vida familiar, você pode me contar um pouco?
7. Já esteve preso em algum outro presídio? Quando?

COTIDIANO NO PRESÍDIO

8. E nesse presídio, está há quanto tempo?
9. Como foi vivenciada a prisão?
10. Quanto tempo falta para cumprir o restante da pena?
11. Como é a sua vida aqui?

12. Como você me relata o seu dia-a-dia no presídio? Quais as atividades que você realiza?
13. Tem algum trabalho? Recebe por ele?
14. Recebe alguma visita? De quem? Com qual frequência?
15. E como é a relação com os demais presos?
16. Como você avalia as condições desse presídio?
17. O que há de bom?
18. O que poderia ser melhorado?

VIDA RELIGIOSA

19. Antes de vir preso, pertencia a alguma religião? Qual?
20. Na sua família, há pessoas que frequentam alguma religião?
21. E aqui no presídio, você participa das atividades de qual religião?
22. Quais as atividades religiosas que você participa aqui? Com que frequência?
23. O que você acha que faz com que as pessoas procurem participar de atividades religiosas no presídio?
24. Qual a importância em participar de atividades religiosas?
25. E o que faz com que algumas pessoas não participem de atividades religiosas?
26. Você acha que é possível observar diferenças entre pessoas que participam de atividades religiosas e as que não participam? E semelhanças?
27. Você acha que participar de atividades religiosas interfere nas relações aqui no presídio, entre detentos e funcionários?
28. E no seu caso, o que te levou a buscar assistência religiosa?
29. Você é convertido?
30. Se sim, a conversão aconteceu aqui dentro do presídio? Como foi o processo?
31. As pessoas mudam de comportamento quando começam a participar de atividades religiosas?
32. E você, mudou de comportamento?
33. Hoje, o que a religião representa em sua vida?

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

34. Se você tivesse que contar um pouco sobre as pessoas que estão presas aqui, de uma forma geral, o que me diria?

35. E você, também possui essas características?
36. E se você fosse me descrever as pessoas que participam de atividades religiosas, como elas são?
37. Como é a relação entre detentos convertidos e não convertidos?
38. Você acha que participar de atividades religiosas interfere na forma como as pessoas te tratam aqui no presídio?
39. E você, se percebe de forma diferente, pelo fato de ter passado a participar de atividades religiosas aqui no presídio?
40. Se você tivesse que se apresentar para alguém que está acabando de te conhecer, como se apresentaria?
41. Essa apresentação seria diferente, se fosse há alguns anos atrás? (Por exemplo, se for convertido: a apresentação seria diferente, se fosse antes da conversão?)

FUTURO

42. Quais são as suas expectativas para o futuro, quando sair do presídio?
43. Você tem planos?
44. Pretende continuar na prática religiosa quando sair daqui?

ANEXO E – Roteiro de entrevista para os detentos que não participam de atividades religiosas no IRS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA INTERNO QUE NÃO PARTICIPA DE ATIVIDADES RELIGIOSAS**

DADOS PESSOAIS

Identificação:

Idade:

Estado civil:

Filhos:

Religião:

Tempo que está preso:

VIDA ANTES DA PRISÃO

1. Gostaria que você me contasse um pouco da sua vida, antes da prisão.
2. Você estudou? Até que série?
3. Porque parou de estudar?
4. Na infância ou adolescência, chegou a viver em alguma instituição para crianças ou adolescentes?
5. Você trabalhava em que? Quanto recebia?
6. E a vida familiar, você pode me contar um pouco?
7. Já esteve preso em algum outro presídio? Quando?

COTIDIANO NO PRESÍDIO

8. E nesse presídio, está há quanto tempo?
9. Como foi vivenciada a prisão?
10. Quanto tempo falta para cumprir o restante da pena?
11. Como é a sua vida aqui?
12. Como você me relata o seu dia-a-dia no presídio? Quais as atividades que você realiza?

13. Tem algum trabalho? Recebe por ele?
14. Recebe alguma visita? De quem? Com qual frequência?
15. E como é a relação com os demais presos?
16. Como você avalia as condições desse presídio?
17. O que há de bom?
18. O que poderia ser melhorado?

CONCEPÇÕES SOBRE A VIDA RELIGIOSA NA PRISÃO

19. Já participou de alguma religião, antes de vir preso? Qual?
20. Aqui no presídio, porque não participa de atividades religiosas?
21. Porque você acha que outras pessoas não participam de atividades religiosas aqui no presídio?
22. O que você acha que faz com que as pessoas procurem participar de atividades religiosas no presídio?
23. E o que você acha das pessoas que participam de atividades religiosas?
24. E das pessoas que não participam?
25. Você acha que é possível observar diferenças entre pessoas que participam de atividades religiosas e as que não participam? E semelhanças? Quais?
26. Como você avalia essas práticas religiosas, mesmo sem participar desses grupos?
27. Você acredita na conversão religiosa aqui no presídio?
28. Com relação às pessoas que participam de grupos religiosos, você consegue observar mudanças de comportamento delas?

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

29. Se você tivesse que contar um pouco sobre as pessoas que estão presas aqui, de uma forma geral, o que me diria?
30. E você, também possui essas características?
31. Se você tivesse que se apresentar para alguém que está acabando de te conhecer, como se apresentaria?
32. E se você fosse me descrever as pessoas que participam de atividades religiosas, como elas são?
33. Como é a relação entre detentos que participam de grupos religiosos e os que não participam?

FUTURO

34. Quais são as suas expectativas para o futuro, quando sair do presídio?

35. Você tem planos?

ANEXO F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Pesquisa: “A experiência religiosa em uma unidade prisional capixaba”
Pesquisador e responsável pela coleta de dados: André Mota do Livramento
Orientador: Prof.^a. Dar. Edinete Maria Rosa
Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES)

Justificativa e objetivo da Pesquisa

Visto que a assistência religiosa nos presídios brasileiros é assegurada pela Lei de Execução Penal nº. 7210, de 11 de julho 1984, e que no estado do Espírito Santo as atividades religiosas são regulamentadas pela Portaria nº 879-R, de 18 de novembro de 2008, ainda, dada a escassez de estudos científicos que considerem essa temática, pontuamos a importância da pesquisa. Entendemos que a Psicologia, com suas ferramentas teórico-metodológicas, pode contribuir para melhor compreensão dessa temática e assim reafirmamos a relevância desse estudo.

Essa pesquisa tem como objetivo investigar os significados da experiência religiosa e prisional entre detentos que participam de atividades religiosas e agentes religiosos no Instituto de Readaptação Social do Espírito Santo.

Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos

Serão realizadas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado. As entrevistas serão gravadas em áudio, desde que os participantes concordem. A participação é voluntária, estando o participante livre para interromper a entrevista em qualquer momento da pesquisa. Fica assegurado também o anonimato do participante.

Benefícios esperados

Os resultados da pesquisa serão apresentados em meio acadêmico, a partir da apresentação em congressos, sendo possível ainda a publicação dos resultados em anais de eventos científicos, artigos e livros de Psicologia, contribuindo para a reflexão da temática estudada. Espera-se, ainda, que esta pesquisa possa servir como base para implementação de políticas públicas destinadas ao sistema prisional.

Contatos

| | |
|---|---|
| Pesquisador Telefone: 27 33352501 E-mail: drepsi@yahoo.com.br | Comitê de Ética em Pesquisa (www.ccs.ufes.br/cep) Telefone - 3335-7211 E-mail: cep@ccs.ufes.br ou CEP.ufes@hotmail.com |
|---|---|

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome:

Documento:

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

 Participante

 André Mota do Livramento

Vitória, _____ de _____ de 2011.